

2013

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO

Instituto Jones dos Santos Neves



2013

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO

Instituto Jones dos Santos Neves

Instituto Jones dos Santos Neves Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo. Vitória, ES, 2013.

137p. il. tab.
ISBN: 978-85-8370-011-1

1.Indicadores Sociais. 2.Demografia. 3.Domicílios. 4.Educação. 5.Saúde. 6.Mercado de Trabalho. 7.Renda. 8.Pobreza. 9.Espírito Santo(Estado). I.Título.

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Renato Casagrande

VICE-GOVERNADOR
Givaldo Vieira

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
Davi Diniz de Carvalho

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
DIRETOR-PRESIDENTE
José Edil Benedito

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS
Pablo Silva Lira

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Sandra Sarmento Aragão

EQUIPE TÉCNICA

Demografia
Adriano do Carmo Santos
Cyntia Lopes Pessoa de Miranda
Estefania Ribeiro da Silva

Saúde
Adriano do Carmo Santos
Érico Jenz Santos
Marlon Neves Bertolani

Mercado de Trabalho
Thamirys Figueredo Evangelista
Vicente de Paulo Costa Pereira

Distribuição de Renda
Cleverlânio Silva Gomes

Educação
Rafael Correia das Neves

Arranjos Familiares
Antônio Ricardo Freislebem da Rocha
Pablo Medeiros Jabor

Domicílios
Antônio Ricardo Freislebem da Rocha
Rodrigo Bettim Bergamaschi

EDITORAÇÃO
Arthur Ceruti Quintanilha
João Vitor André

CAPA
Eugênio Herkenhoff
Lastênio João Scopel

BIBLIOTECÁRIA
Andreza Ferreira Tovar

APRESENTAÇÃO

O Instituto Jones dos Santos Neves tem a finalidade precípua de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e na avaliação de políticas públicas. A Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo, editada anualmente, encontra-se em sua 4° edição e pretende evidenciar a evolução socioeconômica capixaba no período de 2001 a 2012. São abordadas as áreas de demografia, educação, saúde e mercado de trabalho, além de tratar de arranjos familiares, situação dos domicílios e concentração de renda e pobreza. Busca ainda situar o Espírito Santo no contexto das transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil e na região Sudeste no período correspondente. Cada tema abordado recebeu a contribuição de especialistas na área, com o intuito de enriquecer e ressaltar com análises os dados, figuras e gráficos apresentados, fornecendo uma reflexão sobre cada assunto. Os enfoques de gênero, situação censitária (urbana ou rural) e cor ou raça foram abordados de forma a permitir melhor compreensão sobre os indicadores, na medida em que as informações estatísticas permitissem. Maiores informações podem ser obtidas no site: www.ijsn.es.gov.br.

Para a construção dos indicadores foram utilizadas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos Censos Demográficos, ambas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA).

FOREWORD

Jones dos Santos Neves Institute is committed to provide social, economic and territorial information about the Brazilian State of Espírito Santo to support policy makers on the formulation, management and evaluation of public policies. The Synthesis of Espírito Santo's Social Indicators, published annually, is on its 4rd edition and aims to highlight the main socioeconomic development evidences registered from 2001 to 2012. The present publication covers key areas as demography, education, health and labor market, as well as characteristic of family arrangements, households, income concentration and poverty. Furthermore, the Sate's relative position is also introduced by placing those empirical data in the corresponding national and regional context. Each topic addressed received contributions from experts in the field, in order to enhance and emphasize with the data analysis, tables and graphs, providing a reflection on each subject. The approaches of gender, census situation (urban or rural) and color or race were addressed to enable better understanding of the indicators, the extent to which statistics information enable. Further information can be obtained at: www.ijsn.es.gov.br.

The indicators were estimated based on the National Household Sample Survey (PNAD), Population Census, both compiled by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Scholar Census compiled by the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (INEP), the database of the National Health System (DASTASUS), and data provided by Espírito Santo's Health Office (SESA).

SUMÁRIO

DEMOGRAFIA 11

População 14
Evolução anual da população 15
Crescimento populacional 16
Grau de urbanização 17
Migração 18
Fecundidade 19
Estrutura etária 20
Idade média 21
Envelhecimento 22

SAÚDE 25

Informações sobre nascimentos 28
Mortalidade infantil 29
Profissionais e equipamentos 30
Mortalidade e internação por grupo de causas 31
Mortalidade: causas externas e causas internas 32
Doenças transmissíveis 33

MERCADO DE TRABALHO 35

População em idade ativa (PIA) 40
População economicamente ativa (PEA) 41
População não economicamente ativa (PNEA) 42
Taxa de atividade 43
População ocupada 44
População ocupada por setor formal e informal 45
Taxa de ocupação 46
Ocupação segundo faixa etária 47
Ocupação segundo anos de estudo 48
Ocupação por atividade econômica 49
Índice de descasamento 50
Taxa de desemprego 51
Taxa de desemprego segundo faixa etária 52
Razão de dependência 53
Razão de dependência jovem 54
Razão de dependência idosos 55
Trabalho infantil 56
Posição na ocupação 57
Contribuição previdenciária 58
Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola 59
Pessoas sindicalizadas 60
Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola 61
Renda média real de todos os trabalhos 62

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CLASSES ECONÔMICAS 65

Coeficiente de Gini 68
Renda média domiciliar per capita real 69
Renda média real de todas as fontes 70
Extremamente pobres 71
Classe E 72
Classe D 73
Classe C 74
Classe AB 75

EDUCAÇÃO 77

Escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais 80
Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos 81
Anos de estudo segundo faixas de idade 82
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo 83
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo 84
Taxa de analfabetismo 85
Taxa de analfabetismo funcional 86
Taxa de analfabetismo por classe de rendimentos 87
Frequência escolar 88
Frequência escolar por nível de ensino e rede 89
Taxa de distorção idade-série 90
Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio 91
Alocação do tempo dos jovens 92

ARRANJOS FAMILIARES 95

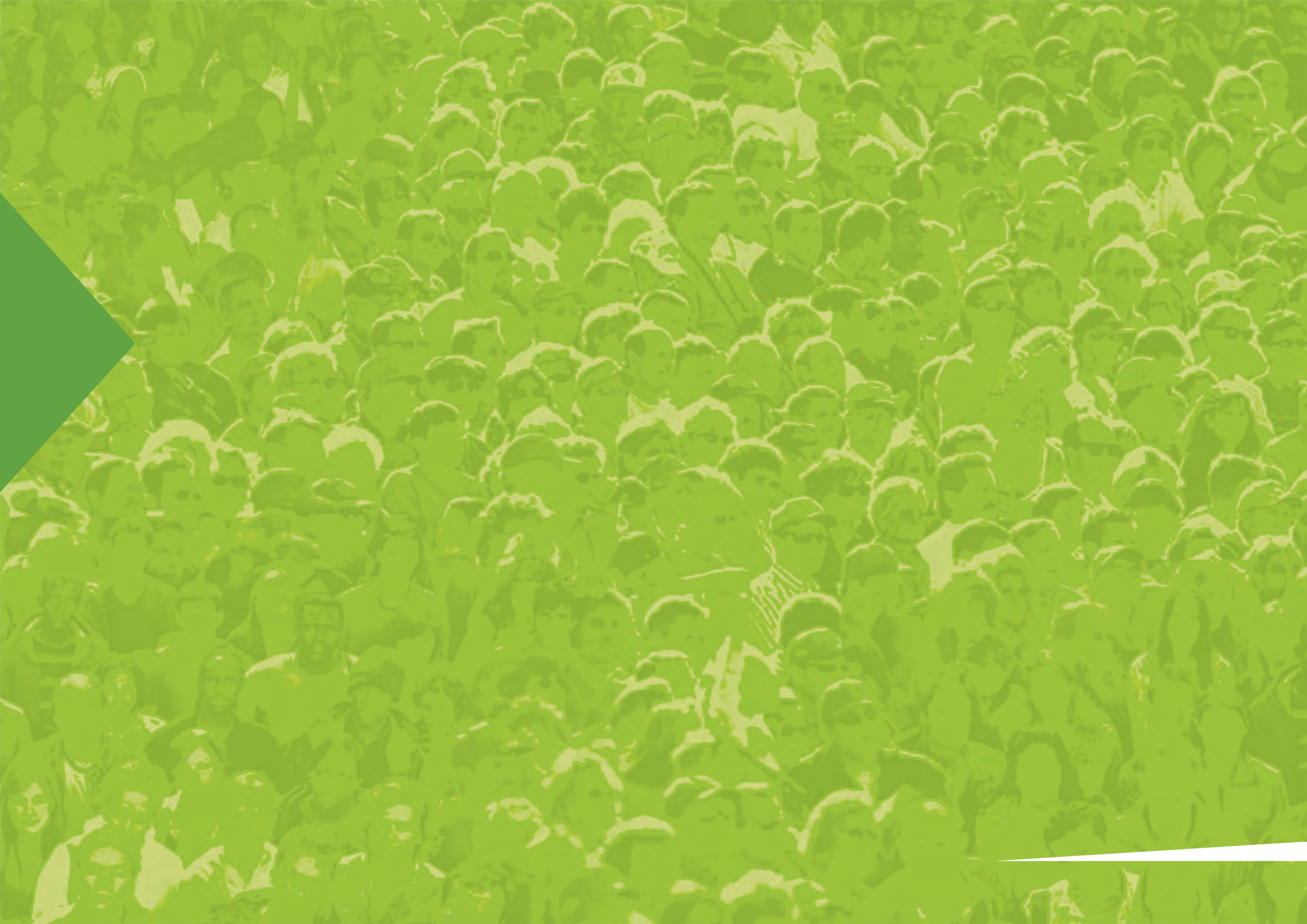
Arranjos familiares 98
Arranjo familiar típico 99
Arranjo familiar mononuclear 100
Característica das mulheres chefes de família 101
Níveis de instrução segundo arranjos familiares 102
Ocupações segundo arranjos familiares 103
Classes econômicas segundo arranjos familiares 104

DOMICÍLIOS 107

Total de domicílios particulares permanentes 110
Abastecimento de água 111
Acesso à rede coletora de esgoto 112
Esgotamento sanitário adequado 113
Esgotamento sanitário inadequado 114
Coleta de lixo 115
Serviços de telefonia fixa 116
Serviços de telefonia celular 117
Iluminação elétrica 118
Posse de bens móveis 119
Domicílios próprios, alugados e cedidos 120
Domicílios adequados 121
Déficit habitacional 122

APÊNDICE METODOLÓGICO 125

GLOSSÁRIO 129





DEMOGRAFIA

A compreensão dos fenômenos demográficos, a partir do estudo das características populacionais, tanto as estáticas (tamanho e composição) quanto as dinâmicas (fecundidade, mortalidade e migração), é fundamental para o planejamento econômico, social, político e territorial de uma região. A análise da dinâmica demográfica brasileira a partir da segunda metade do século XX, por exemplo, revela importantes transformações que mostram a necessidade de se pensar novos modelos e alternativas frente aos desafios impostos por uma nova estrutura populacional mais envelhecida.

O Brasil encontra-se atualmente em um processo de transição demográfica. Segundo Castiglioni (2009, p. 93)[1], "este processo, que consiste na passagem de uma situação caracterizada por níveis elevados de natalidade e mortalidade a uma situação em que os níveis dos dois componentes de crescimento são baixos, ocorre em todo o mundo: os países de desenvolvimento mais avançado iniciaram a transição há cerca de dois séculos atrás e já completaram o processo, todos os demais países estão passando atualmente pelas fases da transição". A transição demográfica brasileira teve início na primeira metade do século XX, com a queda da mortalidade, e prosseguiu de forma mais acelerada na segunda metade, com o declínio da natalidade, aproximando-se atualmente de sua etapa final (CASTIGLIONI, 2009, p. 95).

O período de transição demográfica de uma sociedade se caracteriza por mudanças significativas no crescimento e na composição da população, a partir de um processo de envelhecimento que se dá com a redução dos segmentos de crianças e jovens e o aumento dos segmentos de adultos e idosos. O processo de envelhecimento indica que o nível de vida do brasileiro está se elevando (MOREIRA, 2001; CAMARANO, 2002; WONG, 2001; *apud* CASTIGLIONI, 2008, p. 5)[2], no entanto, também é preciso considerar o impacto que esse processo traz na realidade socioeconômica do país, trazendo grandes implicações nas demandas sociais, principalmente no que se refere aos sistemas de saúde e previdência social.

Ao mesmo tempo em que passou pela transição demográfica, o país passou pela sua transição urbana e chegou a 2010 com mais de 84% de sua população vivendo em áreas urbanas (IBGE, 2013, p. 63)[3]. Ambos foram processos bastante intensos e acelerados. No entanto, passado esse período da transição, o Brasil hoje enfrenta "desafios demográficos que se mesclam com o potencial positivo derivado dessas importantes transformações" (IBGE, 2013, p. 63). Se por um lado o crescimento da população parece não ser mais um problema que necessite preocupação[4], por outro lado, a acelerada queda das taxas de natalidade, em especial na segunda metade do século passado, colocam o país em uma situação na qual grande parcela de sua população se encontra em idade ativa (15 a 64 anos) (IBGE, 2013, p. 64).

[1] CASTIGLIONI, Aurélia H. Mudanças na Estrutura Demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. Geografares. 2009.

[2] CASTIGLIONI, Aurélia H. Envelhecimento da população em Vitória, Espírito Santo (Brasil). Trabalho Apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008. 16 p.

[3] Brasil em números = Brazil in figures. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Vol. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 392 p.

[4] As projeções já anunciam um declínio da população total brasileira muito antes do meio deste século (IBGE, 2013, p. 63).

Essa condição, chamada por muitos autores de bônus demográfico, se dá quando a parcela de pessoas em idade ativa é maior do que a parcela dependente da população (crianças e idosos), o que é uma condição propícia ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, "com uma razão de dependência favorável, o Brasil tem condição única na sua história para aproveitar as oportunidades geradas pelo pequeno peso relativo das demandas sociais em relação a jovens e idosos. Neste contexto demográfico, os investimentos em educação e saúde, principalmente, poderão refletir em resultados muito positivos se as devidas políticas foram adotadas" (IBGE, 2013, p. 64).

O Espírito Santo começou mais tarde que o Brasil o seu processo de transição demográfica, no entanto este processo foi mais acelerado e atualmente está mais avançado que a média do país. Segundo Castiglioni (2009, p. 95), a queda da fecundidade no Espírito Santo ocorreu com atraso em relação ao conjunto do país, porém de forma acelerada. Esse declínio, que era modesto na década de 60, se acentua nas décadas de 70 e 80 e continua na década de 90, porém com um ritmo mais lento (CASTIGLIONI, 2009, p. 95). Assim, nas últimas décadas do século XX o Espírito Santo já apresentava taxas de fecundidade total mais baixas que o conjunto do país. Com relação à mortalidade, Castiglioni (2009, p. 95) afirma que "a situação do Estado foi sempre melhor que a do conjunto do país, em consequência da formação de sua população composta por descendentes de imigrantes europeus, cuja cultura influiu positivamente nos hábitos e costumes da população".

Segundo Castiglioni, o processo de envelhecimento ocorre com maior rapidez no Espírito Santo (2009, p. 97). A população capixaba vem passando por uma fase da transição demográfica na qual a população deixa de ser predominantemente jovem e passa a se tornar progressivamente envelhecida, repercutindo em novos parâmetros para atendimento às demandas sociais, em especial no que se refere à saúde, à educação, ao emprego e à seguridade social.

Esta seção de demografia da Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo – 2013 tem como objetivo analisar as recentes tendências da dinâmica demográfica do Espírito Santo, a partir das mudanças ocorridas no período entre 2001 e 2012, tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). De forma geral, verifica-se o seguinte contexto demográfico:

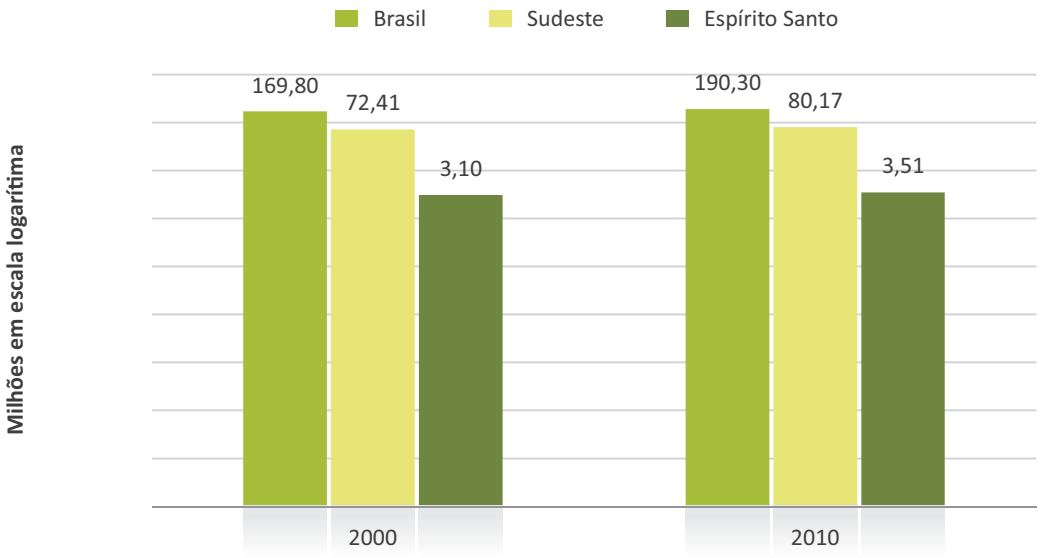
• Ritmo decrescente de crescimento populacional. Em 2002, a taxa de expansão da população em relação ao ano anterior foi de 1,6%, patamar que recuou para 0,8% em 2012;

• Mudanças na estrutura etária em decorrência do perfil mais envelhecido da população. Entre 2001 e 2012 a idade média dos capixabas avançou de 28,7 anos para 34,3 anos e;

• Redução da taxa de fecundidade total para níveis abaixo da taxa de reposição populacional de 2,1 filhos por mulher em idade reprodutiva. Em 2012, a TFT do Brasil era de 2,0 enquanto a do Espírito Santo era de 1,77 filhos por mulher.

População

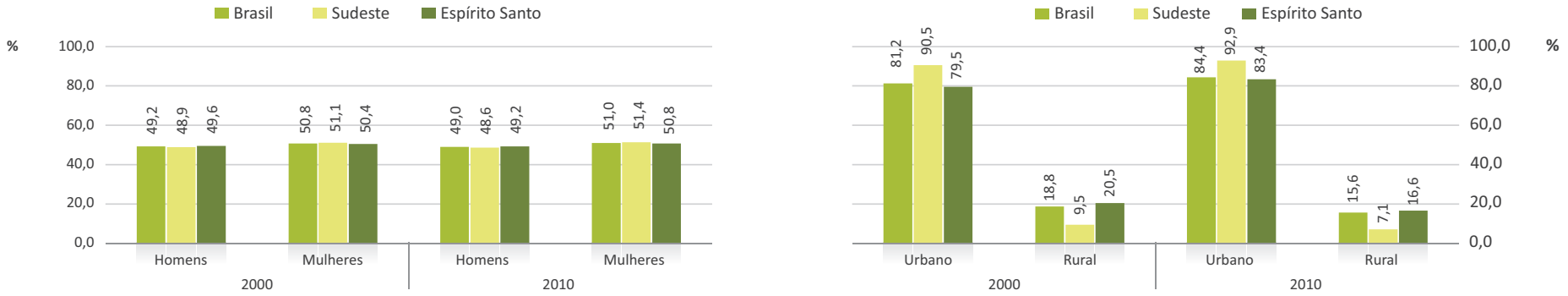
População censitária, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2000 e 2010



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Segundo o Censo Demográfico 2010, o Brasil possui 190,30 milhões de habitantes. Esse contingente é 12,1% superior ao registrado em 2000. Já na região Sudeste, o aumento populacional registrado no mesmo período foi de 10,7%, totalizando 80,17 milhões de habitantes em 2010. No que se refere ao Espírito Santo, cuja população registrada em 2010 totalizou 3,51 milhões de habitantes, o acréscimo foi de 13,4% (415 mil), percentual superior ao Brasil e ao Sudeste. Cabe destacar, ainda, o aumento da participação da população urbana no total populacional do estado, passando de 79,5%, em 2000, para 83,4% em 2010. Analisando a composição por gênero da população capixaba, observa-se que não houve grandes mudanças entre 2000 e 2010. Em 2000, a participação das mulheres no total populacional era de 50,4%, e em 2010 passou-se a uma participação de 50,8%.

Composição da população censitária por gênero e situação de domicílio, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2000 e 2010

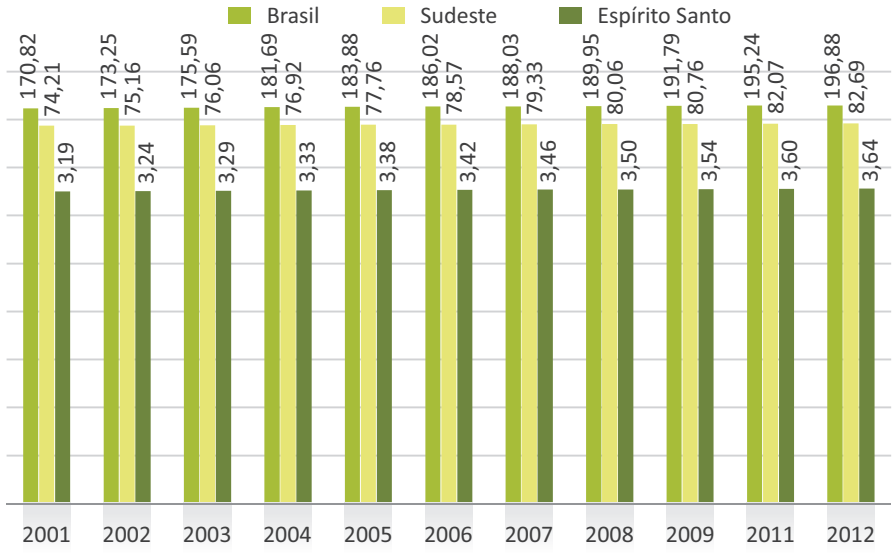


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Evolução anual da população

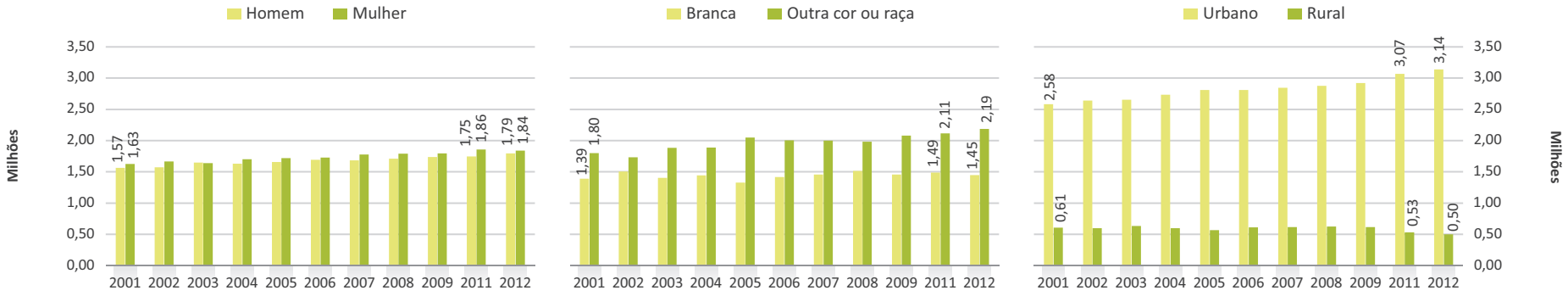
Os dados da PNAD mostram que a população estimada do Espírito Santo aumentou progressivamente de 3,19 milhões para 3,64 milhões de habitantes entre 2001 e 2012. Ao longo desse período, a população masculina passou de 1,57 milhão para 1,79 milhão, mas continuou inferior a feminina que avançou de 1,63 milhão para 1,84 milhão. Em termos proporcionais, havia em 2012, 103 mulheres para cada 100 homens, indicando uma aproximação em relação a 2011 no qual a razão era de 106 para 100. A maioria da população capixaba, 3,14 milhões de habitantes (86,3% do total), residia em 2012 em áreas urbanas. Em relação a cor ou raça, quase 40% da população se declarou branca e cerca de 60% pertencentes a outras cores ou raças.

População residente,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

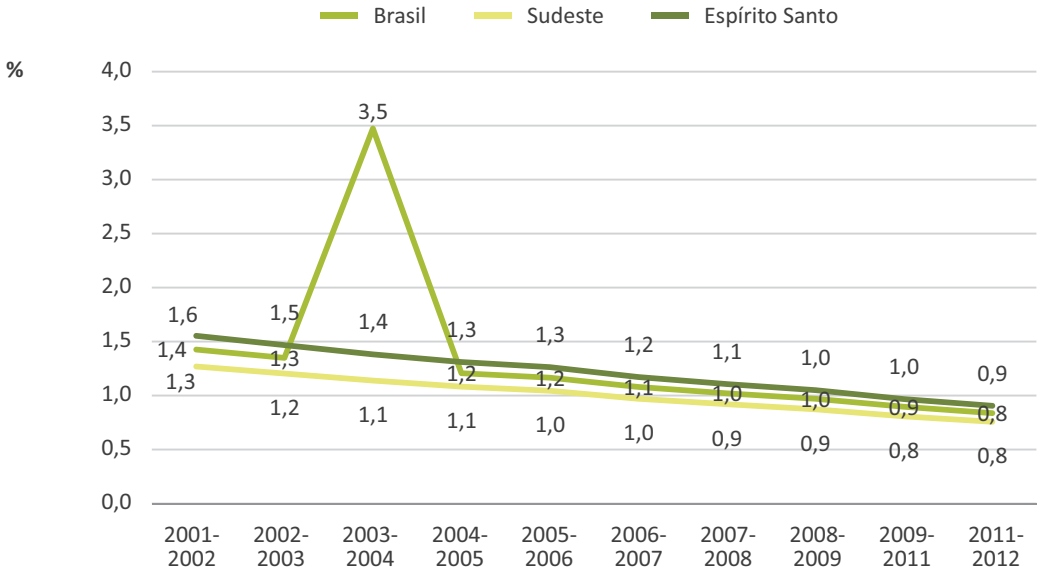
População residente por gênero, cor ou raça e situação do domicílio de residência,
Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Crescimento populacional

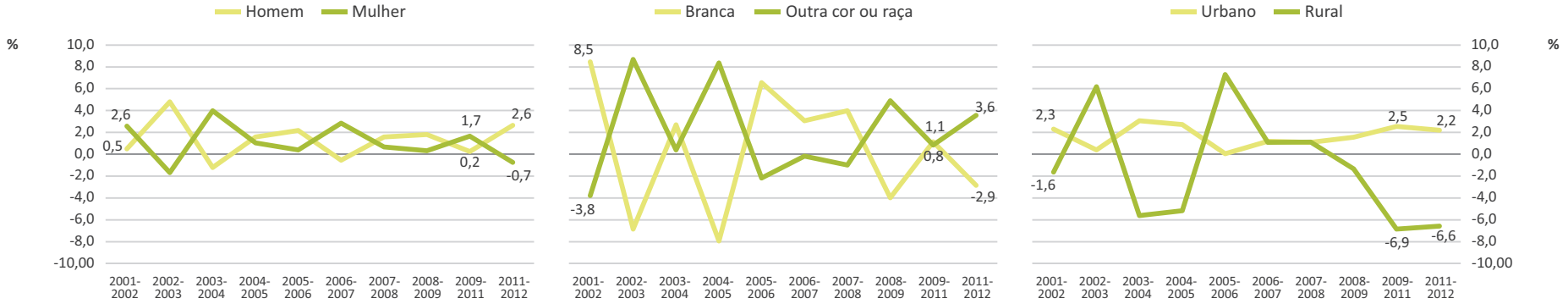
Taxa de crescimento populacional anual, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).
Nota: A taxa de crescimento populacional para o período 2009-2011 refere-se a taxa de crescimento anual média.

A série histórica mostra a desaceleração do crescimento populacional capixaba, na medida em que a variação percentual de cada ano é inferior a verificada no ano/período imediatamente anterior. Entre 2001 e 2012 a população do Espírito Santo cresceu a uma taxa média de 1,2%, acima da média do Sudeste (1,0%) e abaixo da verificada no Brasil (1,3%). Os segmentos que mais contribuíram para o aumento populacional do estado no período foram os homens (média de 1,2% ante 1,1% das mulheres), a população de outras cores ou raças (média de 1,8% ante 0,4% de brancos), e os residentes em áreas urbanas (média de 1,8% ante –1,8% em áreas rurais).

Taxa anual de crescimento populacional por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012

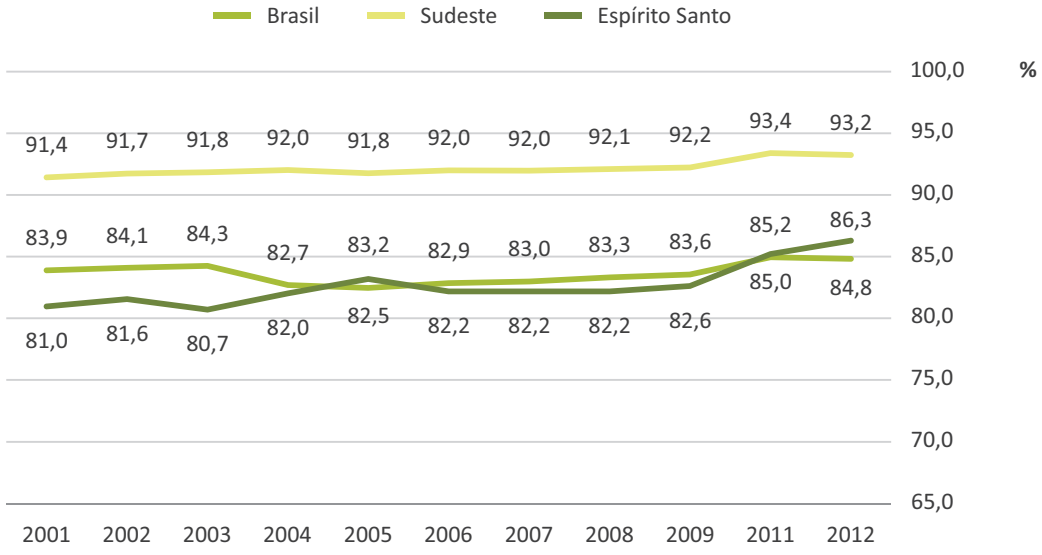


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Grau de urbanização

Embora tenha apresentado oscilações ao longo dos anos o grau de urbanização do Espírito Santo avançou de 81,0% da população total em 2001 para 86,3% em 2012, patamar inferior ao do Sudeste (93,2%) e superior ao do Brasil (84,8%). No estado a concentração urbana se manifesta de forma mais acentuada nos seguintes grupos populacionais: mulheres (87,5% ante 85,1% dos homens) e outras cores ou raças (87,7% ante 84,1% dos brancos).

Taxa de urbanização, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

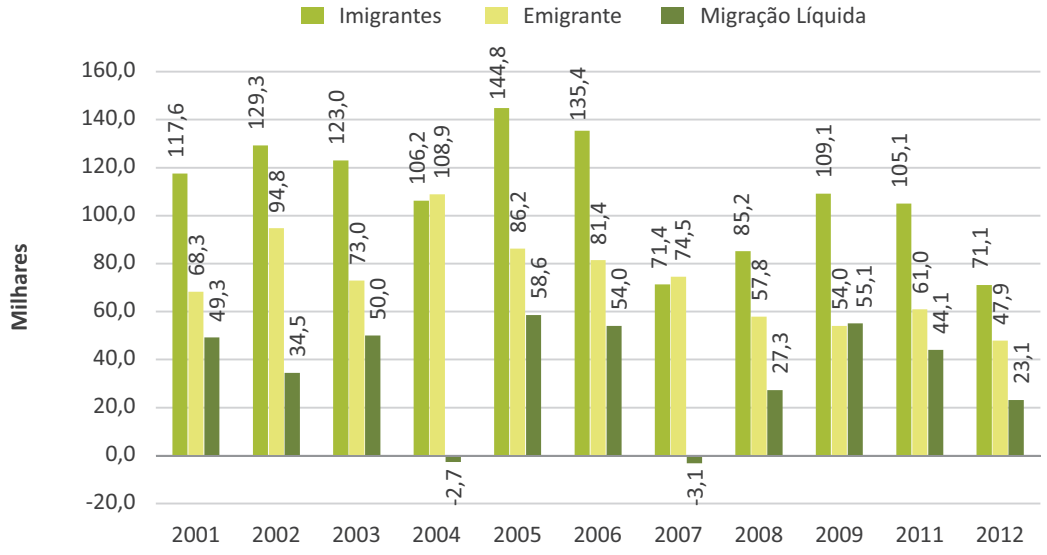
Taxa de urbanização por gênero e cor ou raça, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Migração

Fluxos migratórios, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Com exceção dos anos de 2004 e 2007, o saldo do movimento migratório do Espírito Santo em relação aos outros estados foi positivo, indicando que houve uma quantidade maior de entradas (imigrantes) de pessoas no estado do que de saídas (emigrantes). Em 2012, tanto o quantitativo de imigrantes e de emigrantes diminuíram em relação ao ano anterior. Do total de 71,1 mil pessoas que entraram no Espírito Santo, 64,7% vieram dos demais estados do Sudeste e 32,3% do Nordeste. Essas mesmas regiões foram os principais destinos dos emigrantes do estado com 62,0% e 22,8%, respectivamente.

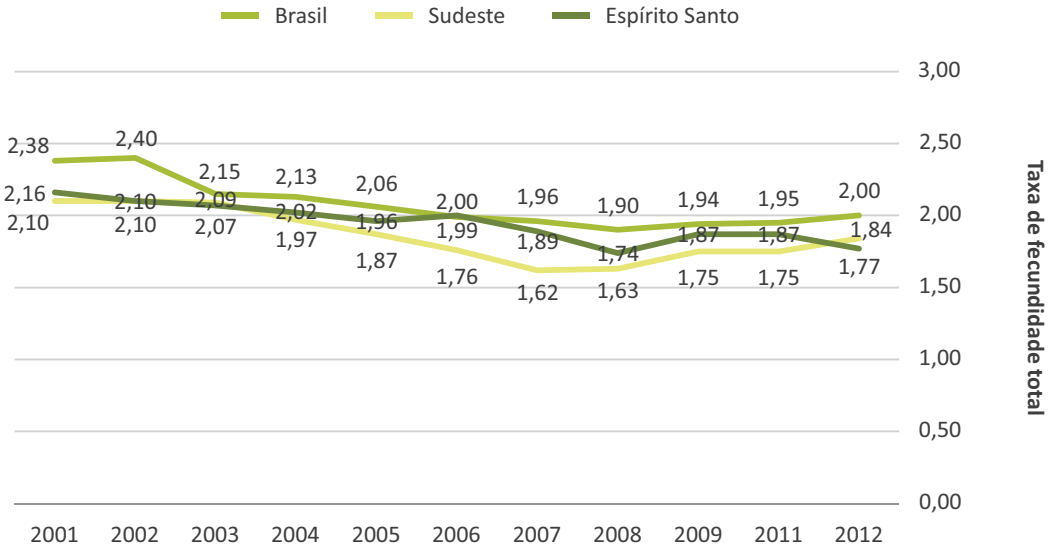
Composição dos fluxos migratórios por macrorregião, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

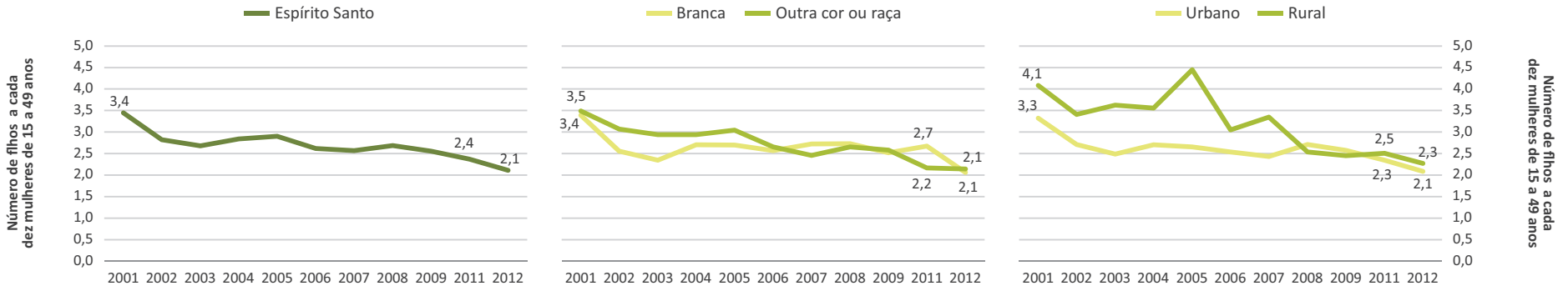
Ao longo da primeira década do século XXI, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) no Brasil, Sudeste e Espírito Santo caiu para um nível inferior a taxa de reposição que é de 2,1 filhos por mulher. Em 2012, a TFT do estado foi de 1,77, abaixo do patamar nacional e regional. Em relação ao número de crianças de 0 a 4 anos tidos por mulheres no período reprodutivo, isto é, mulheres com idade de 15 a 49 anos, o indicador diminuiu de 3,4, em 2001, para 2,1, em 2012. Esse índice não tem diferenças significativas nos últimos anos quando se desdobra por cor ou raça e situação de domicílio.

Taxa de fecundidade total, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

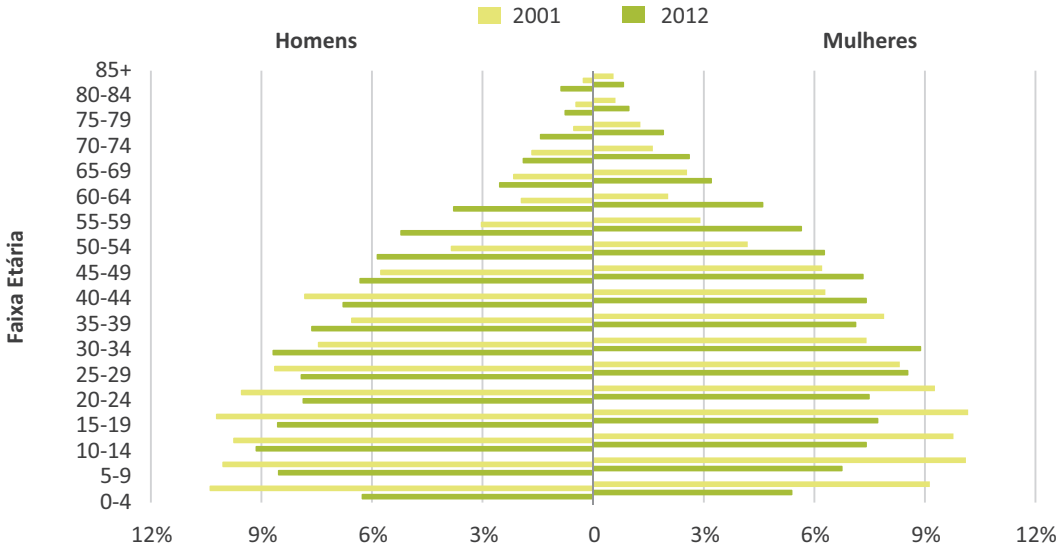
Crianças de 0 a 4 anos a cada dez mulheres de 15 a 49 anos, total, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Estrutura etária

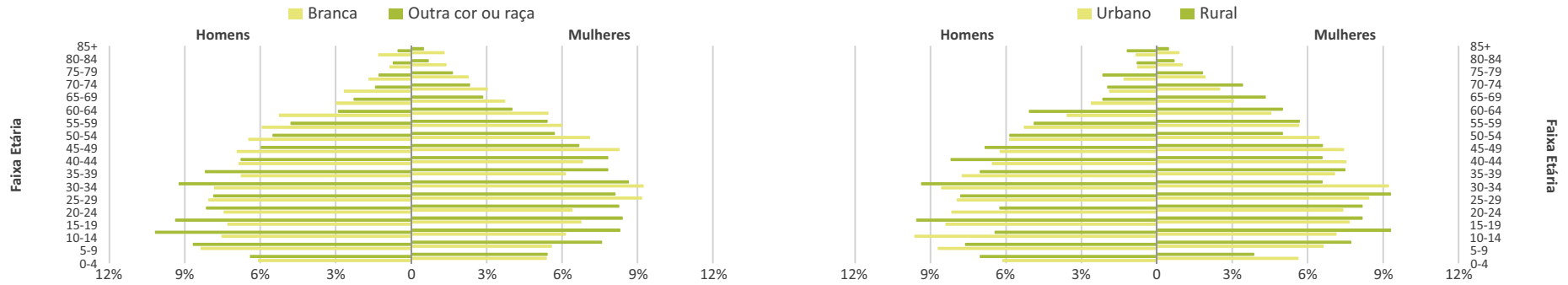
Pirâmide etária, Espírito Santo, 2001 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A pirâmide etária mostra o percentual das pessoas residentes por sexo em relação a população total, segundo as faixas etárias nos anos de 2001 e 2012 no Espírito Santo. Neste período, houve um estreitamento da base pirâmide, devido à queda do nível de fecundidade, e um alargamento do topo, que traduz o aumento da esperança de vida ao nascer. Em 2012, nas faixas etárias dos mais jovens (até 24 anos) havia o predomínio dos homens, enquanto nas idades acima de 40 anos as mulheres foram maioria. A população de outras cores ou raças mostrou-se mais jovem que a branca, enquanto a população rural masculina e a urbana feminina apresentaram uma concentração maior de idosos acima de 75 anos que a população urbana masculina e rural feminina, respectivamente.

Pirâmide etária por cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012

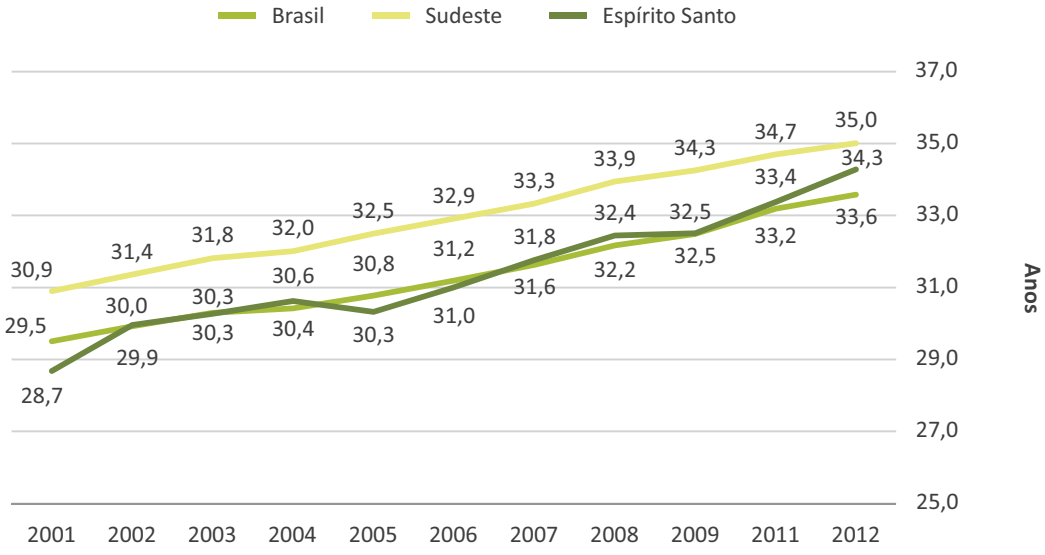


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Idade média

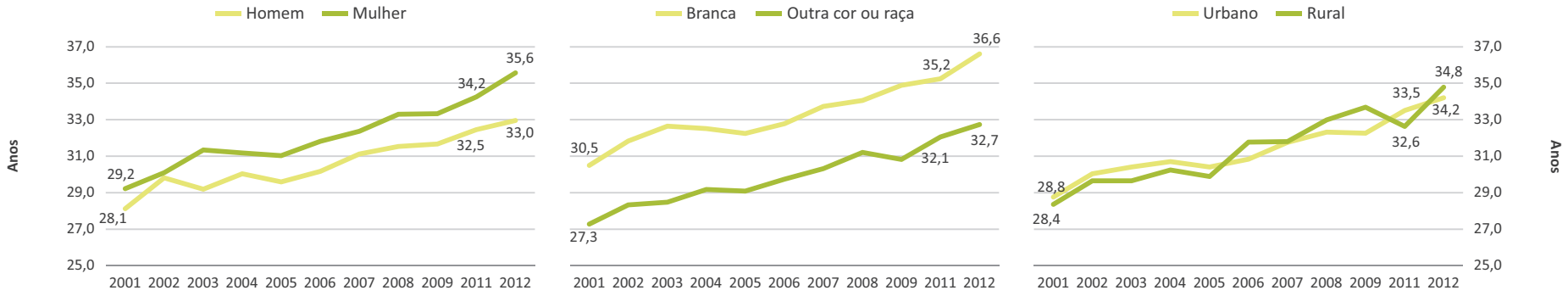
A idade média da população brasileira em geral vem apresentando tendência ascendente em correspondência com os menores níveis de fecundidade e o aumento da esperança de vida ao nascer. Em 2012, a idade média do capixaba alcançou a marca de 34,3 anos, mantendo-se pelo segundo ano consecutivo acima da média brasileira (33,6 anos) e abaixo da média do Sudeste (35 anos). Refletindo a maior esperança de vida das mulheres, a idade média da população feminina capixaba ao longo do período 2001-2012 esteve sempre acima da média masculina. O indicador também se mostrou mais elevado para os brancos em relação a outras cores ou raças e muito próximos quando se compara as populações urbana e rural.

Idade média da população residente, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



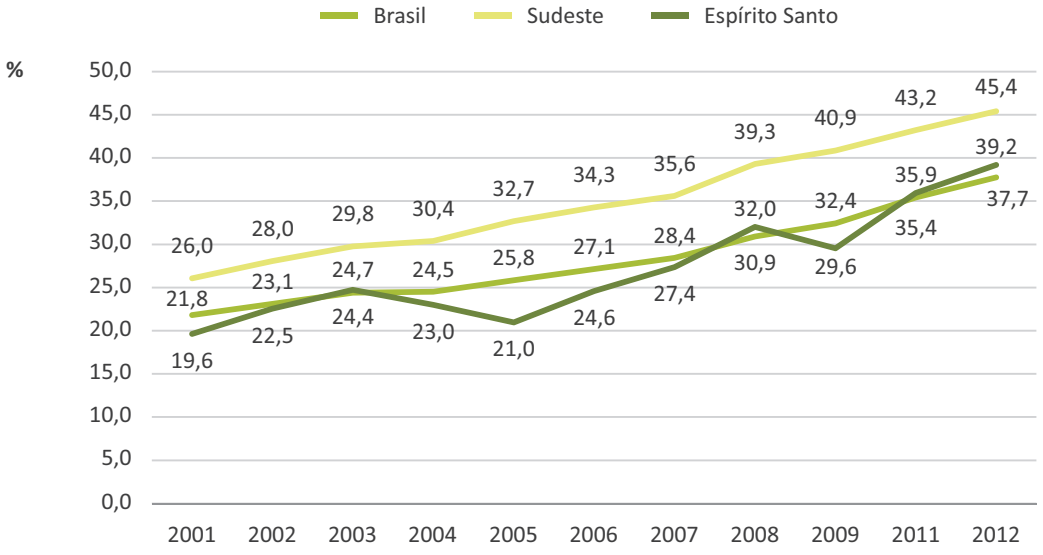
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Idade média da população residente por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

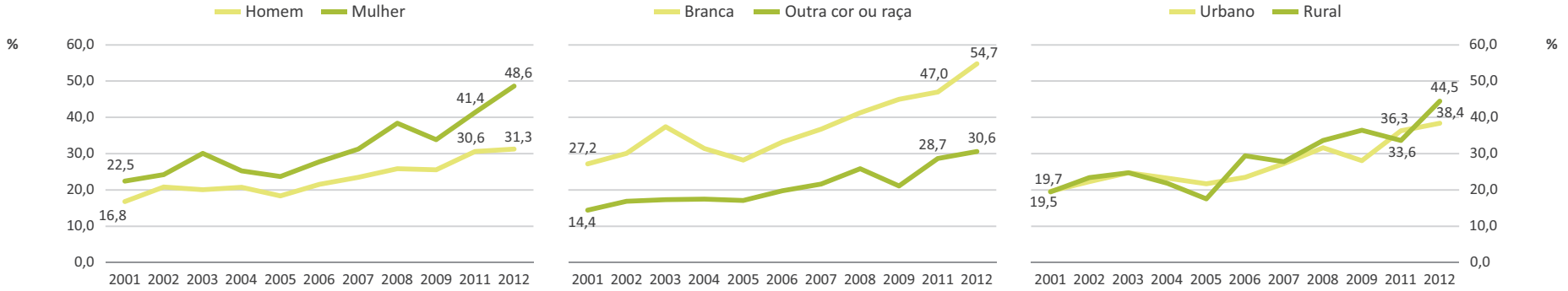
Índice de envelhecimento, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

O índice de envelhecimento mostra a participação ascendente da população de idosos sobre a população jovem do Brasil, Sudeste e Espírito Santo. Em 2012, a proporção de idosos (com mais de 65 anos) por 100 jovens (com menos de 15 anos) na população capixaba foi de 39,2, índice maior que o do Brasil (37,7) e menor que o da região Sudeste (45,4). Decomposto por gênero, cor ou raça e situação de domicilio, o índice das mulheres (48,6) superou o dos homens (31,3); o dos brancos (54,7) ficou acima do registrado pelas outras cores ou raças (30,6); e o dos residentes em áreas rurais (44,5) superou o dos residentes em áreas urbanas (38,4).

Índice de envelhecimento por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).





SAÚDE

Os fenômenos que influenciam o perfil de saúde de uma população são de natureza variada, na medida em que a saúde é muito sensível a fatores socioeconômicos, demográficos, culturais dentre outros. Portanto, é importante enfatizar a necessidade de ações multissetoriais visando elevar o nível de saúde da população, uma vez que grande parte dos problemas enfrentados reside em processos externos ao setor saúde.

De fato, a procura por serviços de saúde é influenciada por variáveis extrínsecas como acidentes de trânsito e saneamento básico inadequado e intrínsecas como os hábitos alimentares, sedentarismo, o consumo de bebidas alcoólicas, tabagismo e a higiene pessoal e coletiva, etc.

Nesse sentido, monitorar os indicadores sociais e de saúde é também essencial para o adequado desenho de políticas públicas. É nesse contexto que a saúde é abordada na Síntese dos Indicadores Sociais juntamente com outras temáticas da mais alta relevância para a sociedade capixaba.

Na presente seção foram tratados seis temas: Informações sobre nascimentos, Mortalidade infantil, Profissionais e equipamentos, Mortalidade e internação por grupo de causas, Mortalidade (causas internas e externas) e Doenças transmissíveis.

Ao longo do período analisado observa-se mudanças nos indicadores selecionados: redução das taxas de natalidade e mortalidade infantil, expansão dos recursos físicos e humanos do setor, diminuição da internação por gravidez, parto e puerpério, consolidação das doenças do aparelho circulatório como principal causa de mortalidade e tendência de elevação dos casos de dengue e AIDS.

Embora o número de nascidos vivos tenha aumentado no Espirito Santo entre 2010 e 2011, a análise da série a partir de 2001 mostra uma queda consistente deste quantitativo. O total de nascidos vivos que era de 57.092 mil em 2001 declinou para 53.053 em 2011. A redução do número de nascidos vivos conjugado ao aumento da população se traduziu numa queda da taxa de natalidade que no mesmo período diminuiu de 18,1 para 15 nascidos vivos por mil habitantes.

O quantitativo de nascidos vivos cujas as mães eram jovens de 15 a 19 anos também encolheu de 12.720 em 2001 para 8.698 em 2011. No mesmo período, o percentual de mães nessa faixa etária diminuiu de 22,3% para 16,4% sobre o total de mães.

Ainda em relação aos nascimentos, verifica-se que as iniciativas visando reduzir os partos cesáreos não surtiram efeito. Observa-se que a participação desse procedimento no número total de partos tem aumentado quantitativamente e proporcionalmente no Brasil, Sudeste e Espírito Santo. No caso capixaba eram 25.230 partos cesáreos em 2001 (44,2% do total) contra 34.110 em 2011, o que elevou a participação desse procedimento no total de partos para 64,3%.

No período analisado o número de óbitos infantis declinou gradualmente, resultando numa taxa de mortalidade infantil cada vez menor. Essa redução tem sido influenciada tanto pela diminuição dos óbitos no período neonatal como no pós neonatal.

Uma das variáveis apontadas como fundamentais na retração da mortalidade é o Programa Saúde da Família (PSF). O quantitativo de equipes do PSF avançou de 31.745, em dezembro de 2007 para 41.776, em dezembro de 2012.

Outra importante tendência dos padrões epidemiológicos do estado é a concentração das mortes em três causas. Uma análise dos óbitos listados por capítulo da CID-10 mostra que as principais causas de mortes no Espírito Santo são oriundas de doenças no aparelho circulatório (6.461), neoplasias (3.628) e causas externas (3.804). Juntas elas responderam por 64,9% dos óbitos no estado.

Em contraste com as causas de mortalidade, a principal causa de internação no estado refere-se a gravidez, parto e puerpério, que alinhada com a queda da taxa de fecundidade diminuiu de mais de 50.980, em 2001 para 40.869, em 2012. Em seguida aparece as doenças do aparelho circulatório (25.761) e as doenças do aparelho respiratório (24.228).

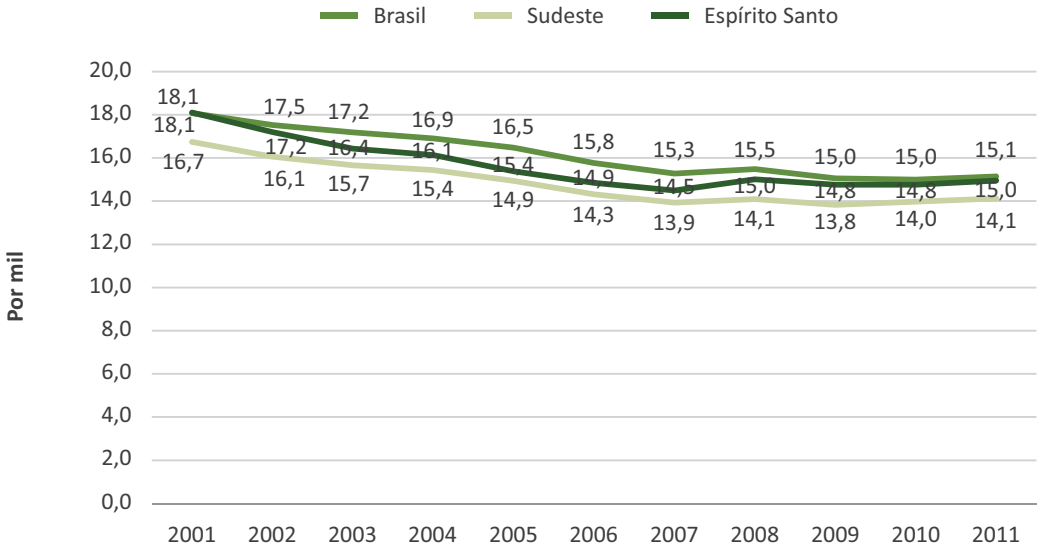
Além da gravidez, as diferenças na ordem de frequência entre a mortalidade e a internação pode ser explicada pelo fato de alguns agravos evoluírem para quadros graves, "porém com baixa letalidade ou potencialmente reversíveis mediante a prestação de assistência médica".

Analisando a evolução das doenças transmissíveis tratadas nesta publicação (dengue e AIDS) verifica-se que os casos notificados de dengue diminuíram significativamente em 2012 em relação a 2011, porém não se trata de uma tendência consistente, uma vez que os primeiros 4 meses de 2013 já contabilizam mais casos que em 2012. O aumento de casos notificados em 2013, pode estar associado a presença do vírus DEN-4 que passou a circular no estado no final de 2012 e avançou rapidamente no ano de 2013.

Os casos de AIDS se elevaram de 469 para 515 entre 2001 e 2011, tendo atingido seu maior patamar em 2010 com 614 casos. Ao longo desse período os homens se destacam com o maior número de casos.

Informações sobre nascimentos

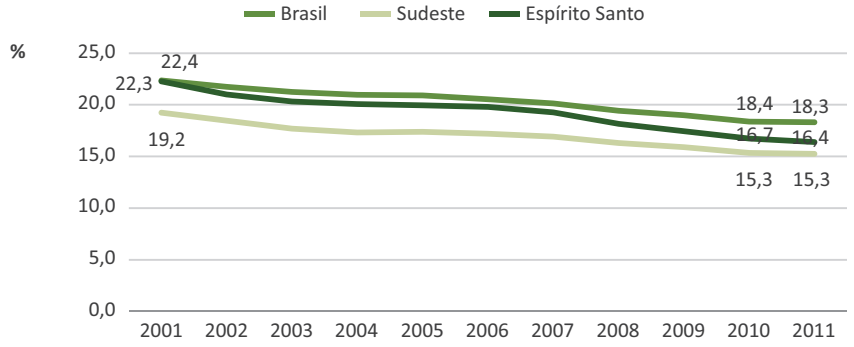
Taxa bruta de natalidade (por 1.000 habitantes), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

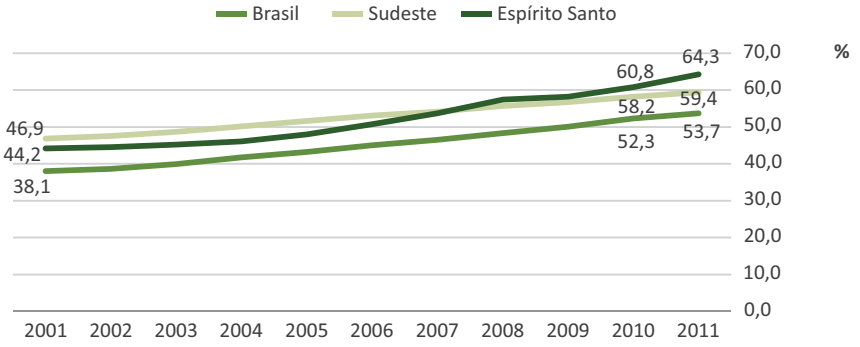
Observa-se uma tendência de redução da taxa de natalidade e da proporção de mães com idade entre 15 e 19 anos. Por outro lado, segue a trajetória de aumento do percentual de partos cesáreos. No período 2001-2011, a taxa de natalidade recuou numa velocidade maior no Espírito Santo, passando de 18,1 para 15 nascidos vivos por mil habitantes (queda de 3,1 pontos por mil), que no Sudeste (2,6 pontos por mil) e no Brasil (2,9 pontos por mil). O mesmo comportamento é verificado na proporção de mães com idade entre 15 e 19 anos, cuja diminuição capixaba de 5,9 p.p. superou a do país (4,1 p.p.) e da Região Sudeste (4 p.p.). A proporção de partos cesáreos, que já era bastante elevada, avançou entre 2001 e 2011: de 38,1% para 53,7% no Brasil; de 46,9% para 59,4% no Sudeste; e de 44,2% para 64,3% no Espírito Santo.

Percentual de mães na faixa etária de 15 a 19 anos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: SINASC/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Percentual de partos cesáreos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011

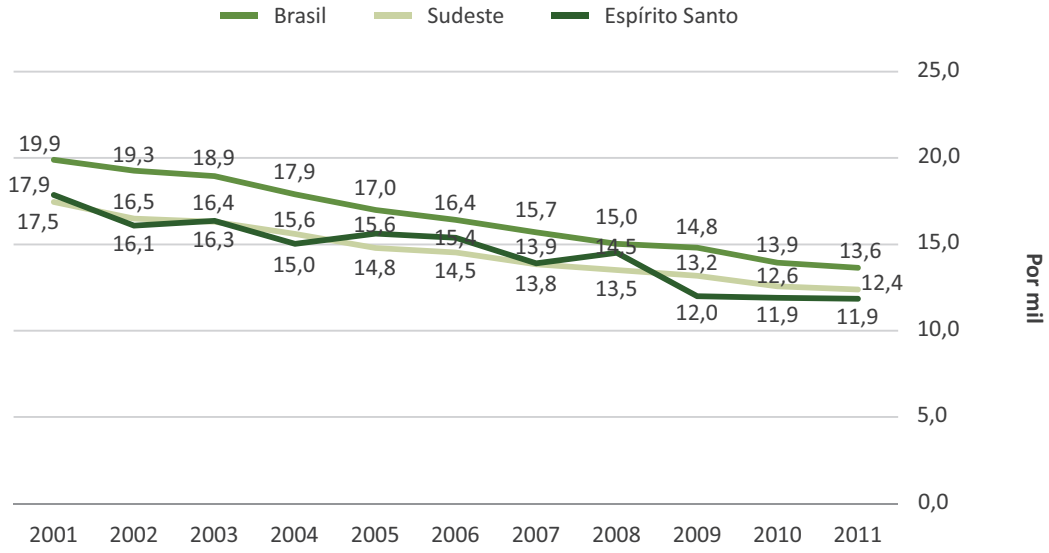


Fonte: SINASC/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Mortalidade infantil

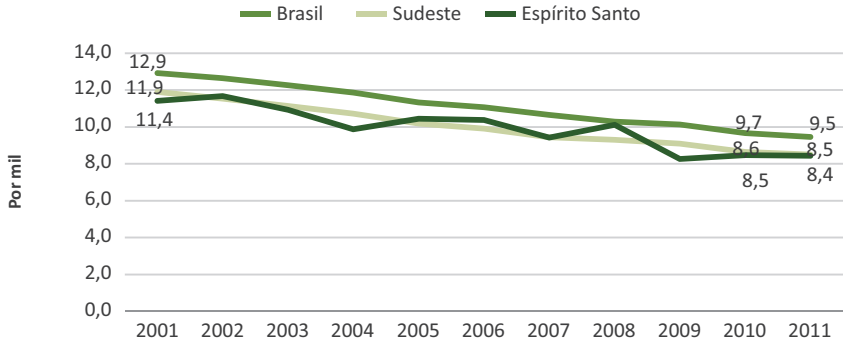
A taxa de mortalidade infantil, em menores de um ano de idade, declinou gradualmente de 19,9 para 13,6 por mil nascidos vivos no Brasil e de 17,5 para 12,4 no Sudeste no período 2001-2011. Embora houvesse algumas oscilações ao longo do tempo, a taxa de mortalidade infantil também recuou no Espírito Santo passando de 17,9, em 2001 para 11,9 no biênio 2010-2011. A redução da taxa de mortalidade infantil tem se beneficiado tanto da queda da mortalidade nos 27 primeiros dias de vida (taxa de mortalidade neonatal) como no período de 28 a 364 dias de vida (taxa de mortalidade pós neonatal). Em ambos os casos, essas taxas no Espírito Santo têm sido menores que a média do Brasil e do Sudeste desde 2009.

Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) de crianças menores de 1 ano, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



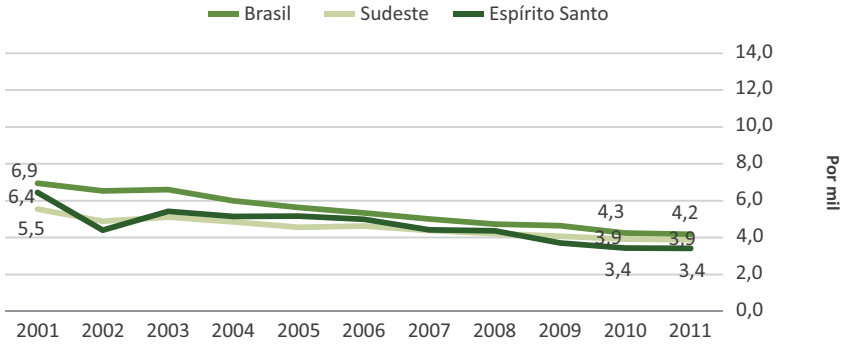
Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de mortalidade neonatal (por 1.000 nascidos vivos), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: SIM/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

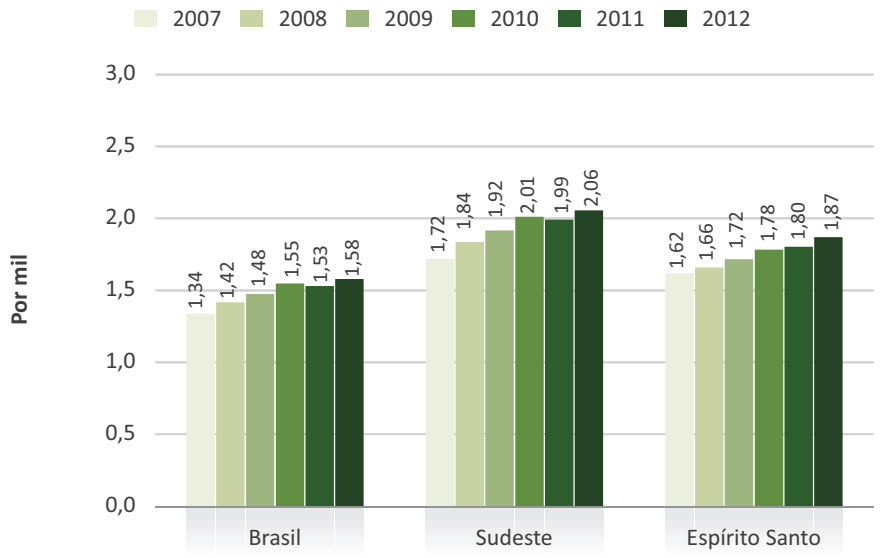
Taxa de mortalidade pós-neonatal (por 1.000 nascidos vivos), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: SIM/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

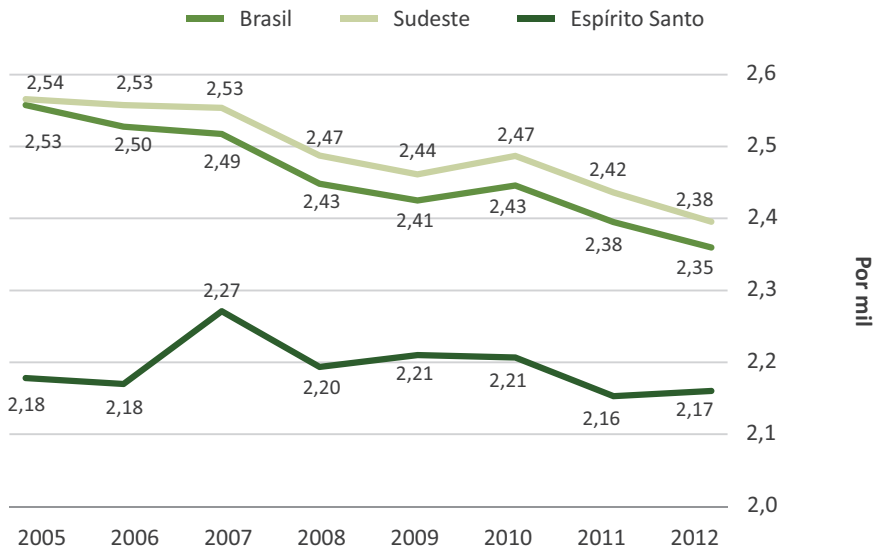
Profissionais e equipamentos

Proporção de médicos por 1.000 habitantes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2007 a 2012



Fonte: CNES/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Proporção de leitos de internação por 1.000 habitantes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2005 a 2012

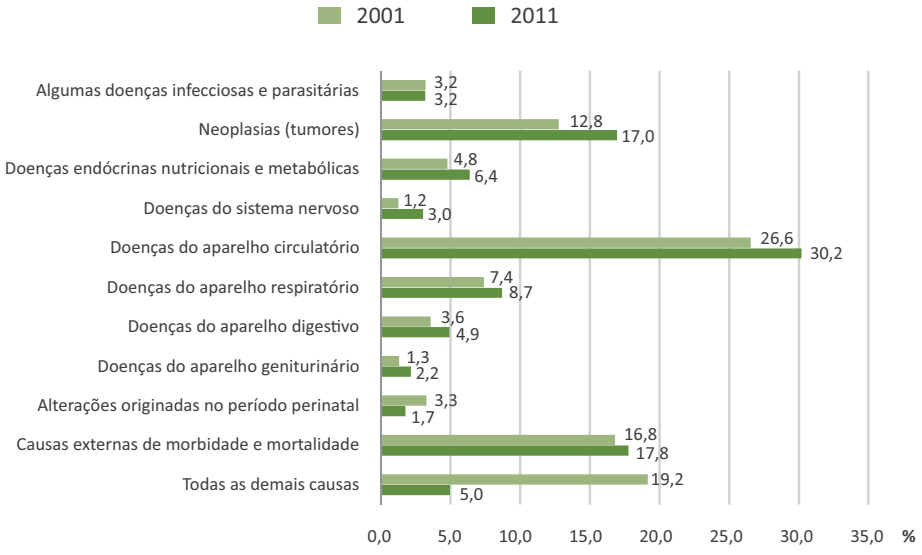


Fonte: CNES/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Entre 2007 e 2012, a média de médicos por mil habitantes passou de 1,62 para 1,87 no Espírito Santo, proporção que esteve sempre acima da média do Brasil, que aumentou de 1,34 para 1,58, e abaixo da média do Sudeste, que avançou de 1,72 para 2,06. No Espírito Santo existem 2,17 leitos para internação para cada mil habitantes, patamar abaixo da média do Brasil (2,35) e do Sudeste (2,38).

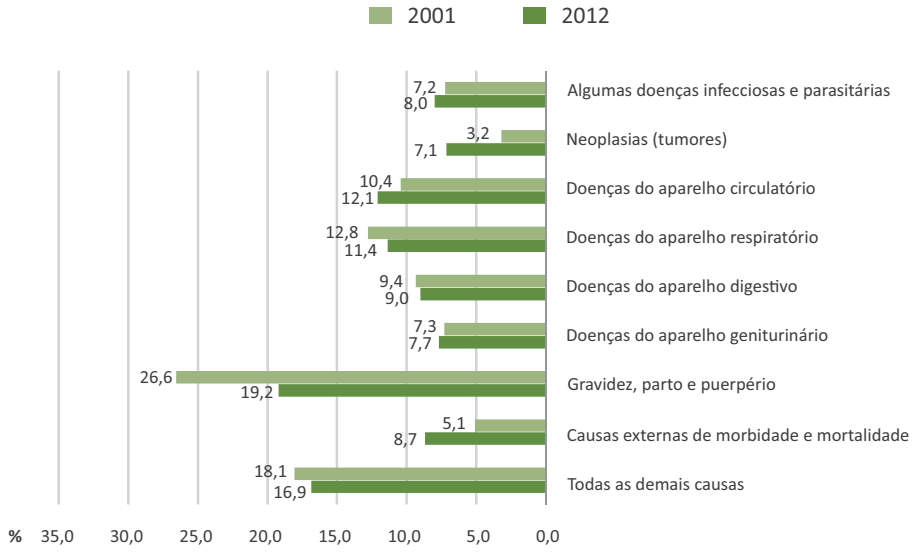
Mortalidade e internação por grupo de causas

Mortalidade proporcional por grupo de causas, Espírito Santo, 2001 e 2011



Fonte: SIM/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Internação por grupo de causas, Espírito Santo, 2001 e 2012

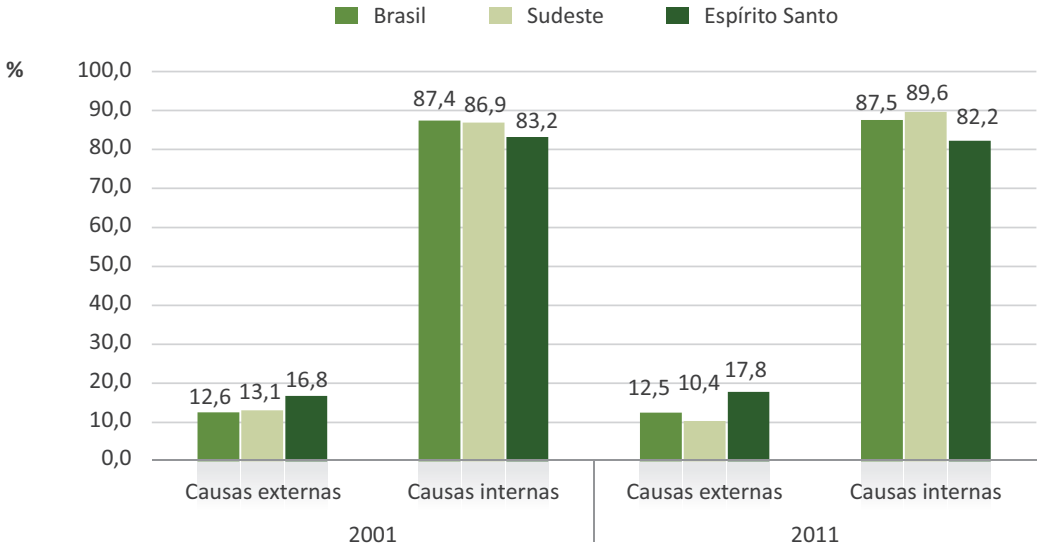


Fonte: SIM/DATASUS.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Verifica-se nos anos de 2001 e 2011 que a participação das três principais causas de mortalidade no Espírito Santo se elevaram. A proporção de óbitos por doenças do aparelho circulatório avançou de 26,6% para 30,2%, a Neoplasia (tumores) elevou-se de 12,8% para 17% e as mortes por causas externas expandiram-se de 16,8% para 17,8%. As principais causas de internações no Espírito Santo em 2012 foram a gravidez, parto e puerpério (19,2%); as doenças no aparelho circulatório (12,1%); e as doenças no aparelho respiratório (11,4%).

Mortalidade: causas externas e causas internas

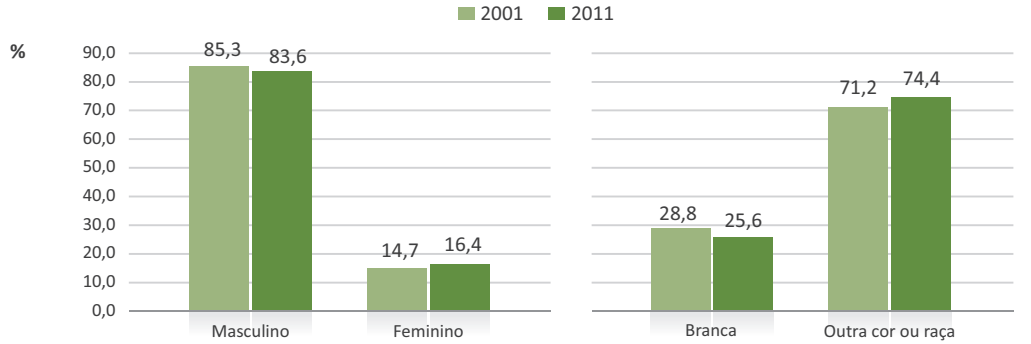
Participação percentual da mortalidade por causas externas e causas internas na mortalidade geral, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 e 2011

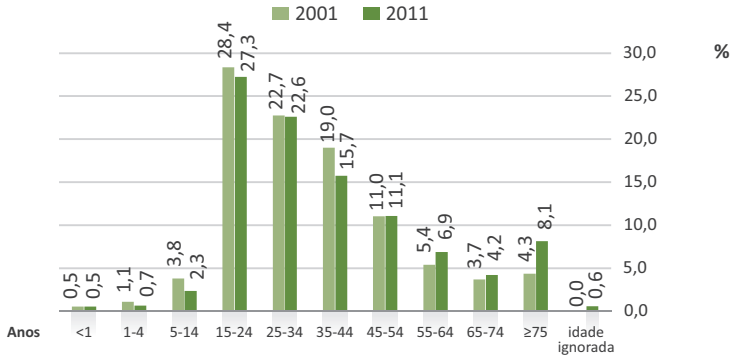


A mortalidade foi observada por dois grandes grupos de causas: internas e externas. As mortes no Brasil, Sudeste e no Espírito Santo são majoritariamente determinadas por causas internas. Comparando os anos de 2001 e 2011, as mortes por causas internas ficaram praticamente estáveis no Brasil (87,5%), aumentaram de 86,9% para 89,6% no Sudeste e diminuíram de 83,2% para 82,2% no Espírito Santo. Em 2011, os dados de morte por causas externas no estado segundo gênero, cor ou raça e faixa etária, mostram que a maioria dos casos ocorre em pessoas de sexo masculino (83,6%), auto declaradas como outra cor ou raça (74,4%) e nos grupos de idades de 15 a 24 anos (27,3%) e 25 a 34 anos (22,6%).

Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Participação percentual da mortalidade por causas externas, por gênero, cor ou raça e faixa etária, Espírito Santo, 2001 e 2011

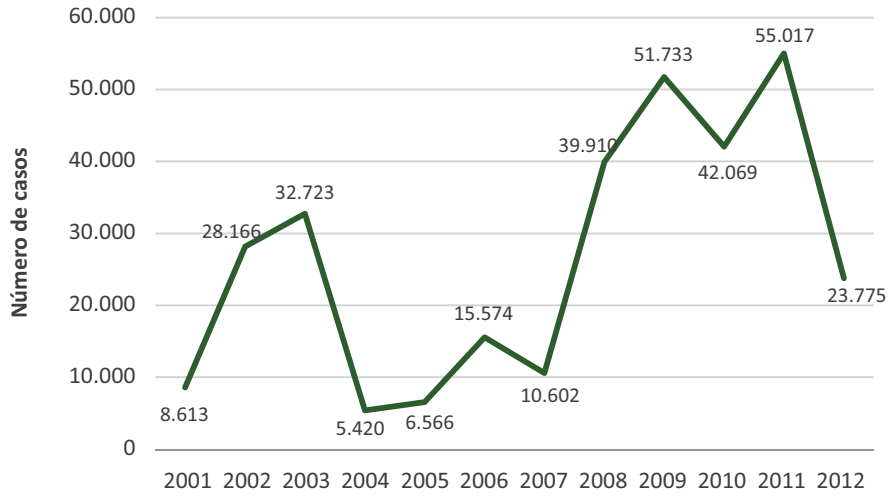




Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

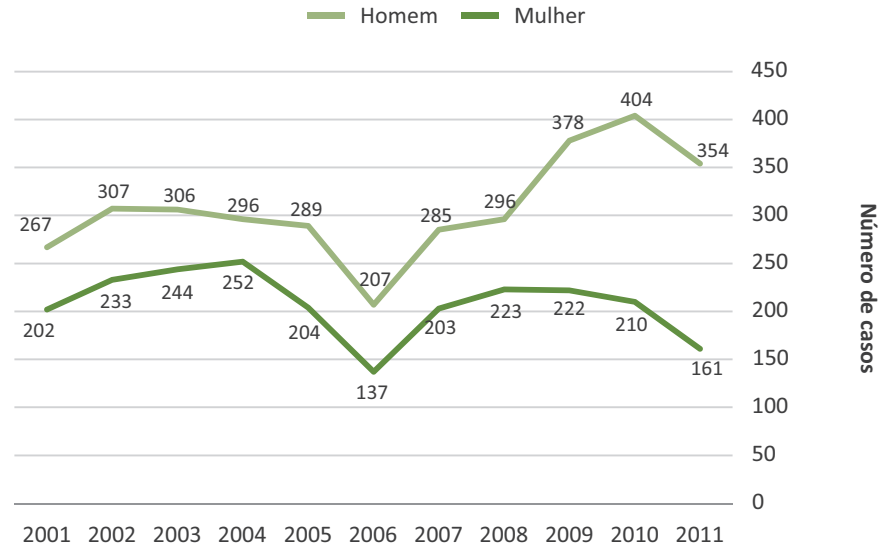
Doenças transmissíveis

Casos notificados de dengue, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: SESA-ES.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Número de casos de AIDS segundo ano de diagnóstico por gênero, Espírito Santo, 2001 a 2011



Fonte: SESA-ES.
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)/Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Os casos notificados de dengue no estado do Espírito Santo oscilaram significativamente ao longo do período 2001-2012. Nota-se que a partir de 2008 as flutuações no quantitativo de casos notificados ocorrem em patamares mais elevados. A redução para menos da metade nos casos notificados em 2012 (23.775) em relação a 2011 (55.017), não representa uma tendência persistente. Segundo o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Saúde, os casos notificados e consolidados até abril de 2013 (34.798) já superam o total apurado no ano de 2012. Em relação aos casos de AIDS, os números preliminares apurados até dezembro de 2011 apontam para uma redução em relação aos dois anos imediatamente anteriores. Em 2011, o número de casos em homens (354) continuou muito superior aos registrados em mulheres (161).





MERCADO DE TRABALHO

O tema desta seção da Síntese dos Indicadores Sociais do Espírito Santo é o Mercado de Trabalho. Este é um tema central e transversal, pois possui interface com várias dimensões, incluindo a econômica, a social e a política, que servem de referência para estudos, pesquisas e ações no campo das políticas públicas.

A quantidade da força de trabalho disponível numa dada sociedade depende basicamente de três fatores: a) o tamanho da sua população residente; b) a estrutura etária dessa população, que indica a quantidade de adultos ativos existentes (População em Idade Ativa – PIA); e c) a disposição ao emprego dessa população dado o nível dos salários pagos, que é indicada pelas taxas de ocupação. A qualidade da força de trabalho, por sua vez, está condicionada, em linhas gerais, ao nível educacional conquistado e as políticas de qualificação existentes para a população.

O crescimento populacional de certa sociedade denota, por um lado, sua habilidade coletiva em prover um contingente cada vez maior de pessoas e, por outro, sua capacidade de atrair imigrantes que projetam seu futuro em suas potencialidades.

A estrutura etária remete a análise para as fases da transição demográfica por que passam as sociedades. Segundo Souza (2006), este fenômeno, que foi proposto por Warren Thompson em 1929, postula fases mais ou menos definidas para o processo de desenvolvimento das sociedades. De uma primeira fase que apresenta taxas de fecundidade e mortalidade elevadas, passando a uma segunda em que a taxa de mortalidade cai sensivelmente, uma terceira onde a taxa de fecundidade decresce, chegando a uma última, na qual as duas taxas voltam a se estabilizar, tendo como consequência um crescimento populacional pequeno, e por vezes, tendendo ao negativo.

Em algum momento da transição demográfica, quando a população em idade ativa (PIA), cresce mais rapidamente do que a população total, a sociedade entra numa fase conhecida como bônus demográfico, trazendo uma contribuição de natureza puramente demográfica ao crescimento econômico. Isto acontece devido a uma alteração da estrutura etária da população, que reduz o peso relativo das crianças e idosos (em geral aposentados) em relação aos adultos ativos (Razão de Dependência), significando uma maior capacidade potencial ao trabalho produtivo em relação ao contingente considerado dependente[1].

A disposição ao emprego define o quantitativo da PIA que encontra-se economicamente ativa (PEA), parte efetivamente ocupada e parte buscando uma ocupação, bem como o quantitativo de inativos, que apesar de estarem em condições etárias de ocupar-se, por alguma razão, não estão exercendo qualquer atividade. Nesta dimensão da análise encontra-se o conceito de pleno emprego da força de trabalho, como um possível objetivo a ser perseguido. Se aquelas pessoas que podem, precisam/querem, conseguem ou estão qualificadas para ocupar-se e conseguem objetivamente este intento, esta sociedade está em situação de pleno emprego. Segundo PRONI (2012), para uma economia em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, uma taxa de desemprego considerada de pleno emprego seria entre 4% e 5%. No entanto, existe um grande debate relacionado a esse assunto, pois existem inúmeros fatores que dificultam

[1] Para maiores detalhes ver artigo "O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil". Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/poppobreza/alves.pdf.

esta realidade, que podem ser explicados quando se compreende os diferentes tipos de desemprego[2].

O Desemprego Friccional ou Natural é aquele que ocorre na transição de um tipo de emprego para outro. Pessoas que perderam o emprego não encontram sempre outro no momento imediatamente seguinte; há uma "fricção", uma dificuldade de adaptação e de informação até ocorrer a recolocação. Imperfeições na informação sobre as vagas existentes, dificuldades no deslocamento da força de trabalho e fatores institucionais podem retardar o regresso à população ocupada.

O Desemprego Conjuntural, Cíclico ou Involuntário é o tipo estudado por Keynes quando a crise de 1929 deixou claro que não existiam apenas fricções como causa do desemprego. Ele ocorre nas fases descendentes do ciclo econômico, quando o Produto fica abaixo do nível de pleno emprego (hiato deflacionário – Demanda Agregada inferior à Oferta Agregada). O receituário keynesiano baseado nas políticas monetária e fiscal busca enfrentar esta espécie de desemprego.

O Desemprego Estrutural ou Tecnológico resulta de transformações na estrutura da economia, sendo que por um lado expressa a falta de requisitos técnicos ou educacionais necessários aos novos empregos e por outro refere-se a profissões e especialidades ultrapassadas pelas mudanças tecnológicas, tornando esses profissionais inúteis para os processos produtivos contemporâneos. Este é o tipo de desemprego que está em ênfase com transformações tecnológicas e organizacionais ocorridas nas últimas décadas em todo o mundo.

O Desemprego Sazonal ocorre em função das variações no ritmo e na frequência da atividade econômica em épocas típicas do ano. Nas áreas rurais temos o período de colheita, quando o emprego se expande, para se contrair em seguida, e no meio urbano, o emprego no comércio durante o período das festas de final de ano.

Conseguir alcançar uma situação de pleno emprego pressupõe desenvolver políticas públicas que mapeiem, criem soluções e atuem sobre as diferentes causas apresentadas em cada tipo de desemprego e suas características específicas.

Diante destas considerações conceituais gerais é possível avaliar a situação do Estado do Espírito Santo no período analisado por este documento.

A PIA do Estado está crescendo em todo o período, chegando ao nível de 2.804.173 pessoas em 2011 e 2.847.465 pessoas em 2012, perfazendo um crescimento anual de 1,5% de 2011 para 2012, enquanto a PEA, passou de 1.947.422 pessoas para 1.953.030 pessoas, no mesmo período, apresentando um crescimento anual de 0,3%.

Esta diferença do crescimento da PIA e da PEA vai repercutir diretamente na Taxa de Atividade, que passa de 69,4% (2011) para 68,6% (2012), indicando que proporcionalmente menos pessoas encontram-se economicamente ativas no Estado.

[2] Para maiores detalhes ver texto do IPEA sobre esse debate, "Considerações sobre o pleno emprego no Brasil". Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120216_comunicadoipea135.pdf.

Quando se analisa a questão da estrutura etária, a Razão de Dependência mostra a relação entre as faixas etárias que podem, precisam/querem, conseguem ou estão qualificadas para ocupar-se e aquelas que estão abaixo da idade mínima legal, somadas a aquelas que chegaram a idade de gozar sua aposentadoria. Efetivamente demonstra o peso dos que não trabalham em relação a aqueles que estão em idade ativa.

A Razão de Dependência Total para o Espírito Santo, referentes aos anos de 2011 e 2012, foram respectivamente de 43,2% e 43,3%, e no período analisado tem oscilado, ora ficando com os níveis mais próximos do Brasil, ora da região Sudeste. Quando analisamos esta taxa separando seus segmentos, encontramos diferenças significativas.

A Razão de Dependência dos Jovens passou de 31,8% (2011) para 31,1% (2012), denotando nesse segmento uma situação de decréscimo, indicando uma tendência de estreitamento da base da pirâmide na estrutura etária, acenando para todas as consequências que este fato acarreta, principalmente na dimensão das políticas de educação.

Ao contrário, a Razão de Dependência dos Idosos cresce de 11,4% em 2011 para 12,2% em 2012, reforçando a tendência de envelhecimento da população, impactando principalmente na dimensão das políticas de saúde.

Na análise da estrutura da População Economicamente Ativa, quando ela se desdobra em População Ocupada e População não Ocupada, encontra-se o núcleo deste tema, comumente chamada de Força de Trabalho disponível. Entre 2011 e 2012 o número de pessoas ocupadas aumentou de 1.799.406 para 1.846.964, sendo um acréscimo de 61,8% para 63,7% no setor formal e um decréscimo de 38,2% para 36,3% no setor informal, considerando sempre 2011 e 2012, respectivamente.

O Nível de Ocupação no Estado cresce de 92,4% (2011) para 94,6% (2012), perfazendo uma desocupação de 7,6% e 5,4% nos dois anos. Vale dizer que, independente do debate do pleno emprego, pode-se afirmar que o Espírito Santo vem acompanhando a tendência de queda da taxa de desemprego do Brasil nos últimos anos, visto que esta era de 8,9% em 2001 e em 2012 atingiu a menor taxa no período considerado (5,4%).

Com relação ao nível de ocupação, alguns destaques são pertinentes. Na faixa etária dos jovens de 20 a 24 anos, houve uma melhoria de 84,6% (2011) para 91,6% (2012). No corte de trabalho formal e informal e na situação de domicílio rural e urbano, percebe-se uma situação a ser pontuada. De 2011 para 2012 o setor formal cresceu na área urbana de 69,0% para 70,7% e na área rural manteve-se em 26,9%, enquanto o setor informal segue a tendência diametralmente oposta.

Quanto a posição de ocupação no trabalho principal, encontra-se as seguintes variações de 2011 para 2012: Empregados (62,9% para 60,9%), Conta Própria (19,8% para 21,8%), Empregador (4,4% para 4,1%), Não Remunerado (4,6% para 5,4%), Consumo Próprio (1,7% para 1,0%) e o Trabalho doméstico (6,5% para 6,9%).

Quando o foco recai na dimensão institucional, como as questões da previdência e sindicatos, percebe-se uma razoável participação e um aumento entre os anos de 2011 e 2012 da cobertura previdenciária (61,8% para 63,7%) e no mesmo período uma pequena participação sindical, que também cresceu de 25,7% para 26,1%.

A qualidade da força de trabalho está diretamente vinculada à escolaridade e a qualificação, e irá expressar-se na renda auferida. A Renda Real Média de Todas as Fontes, mantendo uma trajetória de aumentos constantes desde 2003, também teve um acréscimo, no período entre 2011 e 2012 de R$ 805,98 para R$858,40.

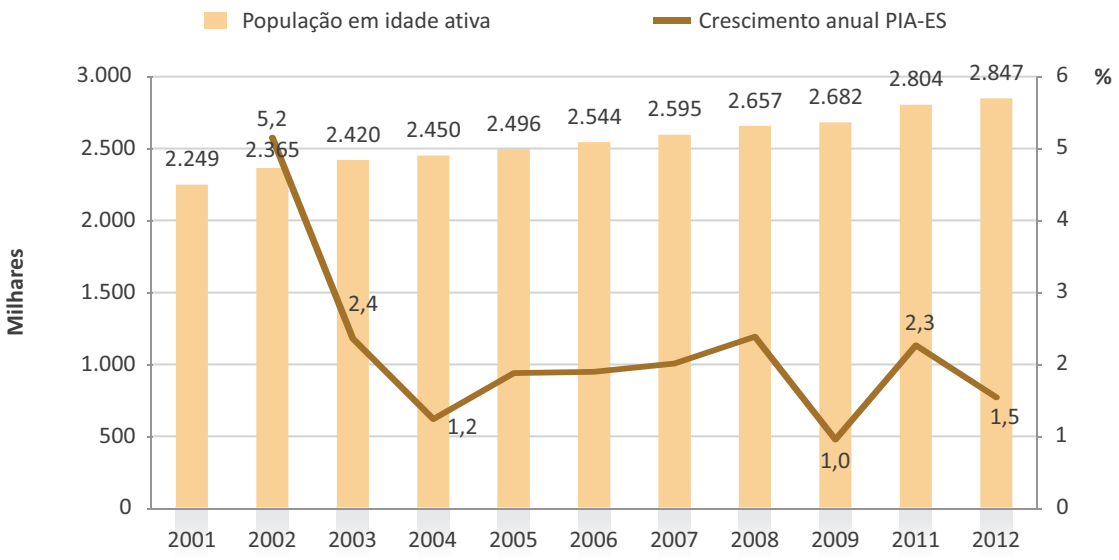
Referências:

PRONI, M.W.O debate sobre a tendência ao pleno emprego no Brasil. Revista Economia & Tecnologia (RET), v. 8, n. 2, p. 23-50, 2012. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Volume%208%20n%202/06%20Marcelo%20Weishaupt%20Proni.pdf >.

SOUZA, A.K. Elementos de demografia econômica. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

População em idade ativa

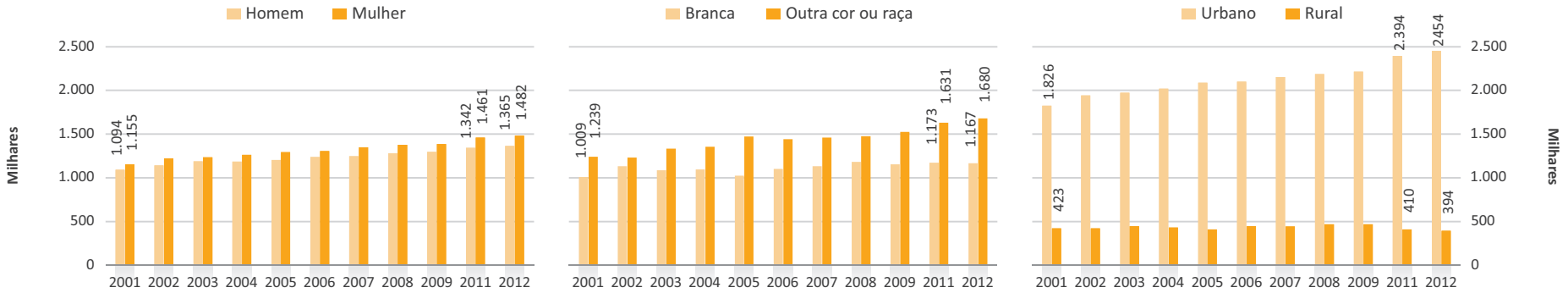
População em idade ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

A População em Idade Ativa (PIA) do Espírito Santo cresceu 1,5% na comparação de 2012 com 2011, alcançando o montante de 2.847 mil pessoas em idade propícia ao trabalho. O resultado representou o terceiro menor crescimento da PIA na série histórica, maior apenas que o aumento ocorrido em 2009 com relação a 2008 (1,0%) e ao de 2004 com relação a 2003 (1,2%). O crescimento foi decorrente da elevação da PIA na área urbana, visto que na área rural observa-se uma diminuição da PIA. Em relação ao gênero e a cor ou raça, em toda a série histórica observa-se a predominância das mulheres em relação aos homens e de outra cor ou raça na comparação com a branca, que alcançaram em 2012 o total de 1.482 mil mulheres e 1.680 mil indivíduos de outra cor ou raça.

População em idade ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012

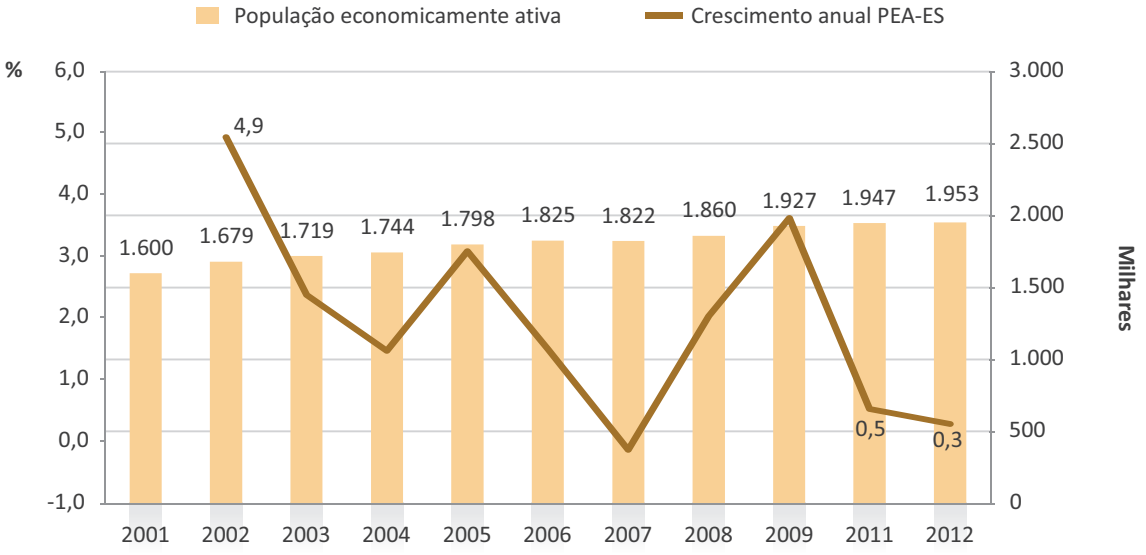


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

População economicamente ativa

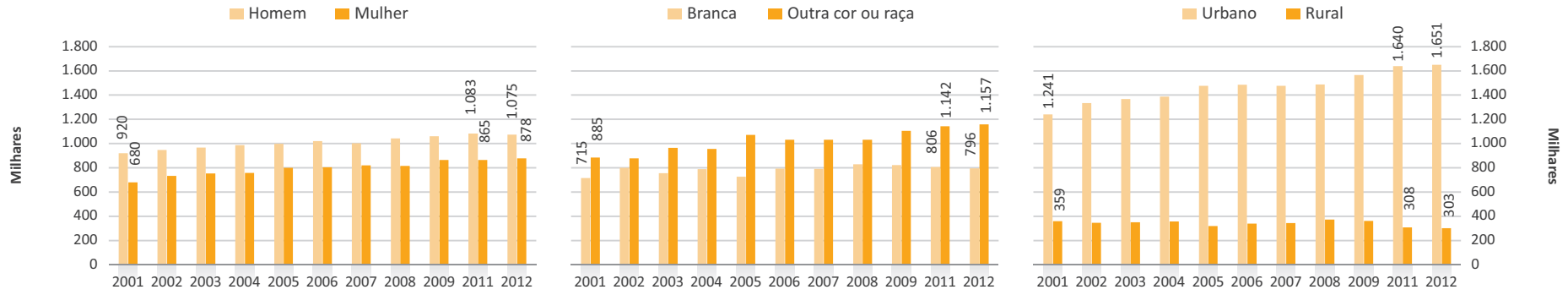
A População Economicamente Ativa (PEA) alcançou no ano de 2012 total de 1.953 mil pessoas. Apesar do crescimento observado na PIA (1,5%), entre 2011 e 2012 a PEA cresceu apenas 0,3%, o segundo menor crescimento na série histórica, maior apenas que de 2007 em relação a 2006 (- 0,1%). A análise por cor ou raça indicou maior participação de indivíduos de outra cor ou raça, que representavam 55,3% em 2001 e passaram para 59,2% em 2012. Em relação ao gênero, a participação dos homens na PEA foi superior às mulheres em todo o período. Observa-se também uma concentração da PEA na área urbana, que em 2012 atingiu o patamar de 1.651 mil indivíduos.

População economicamente ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

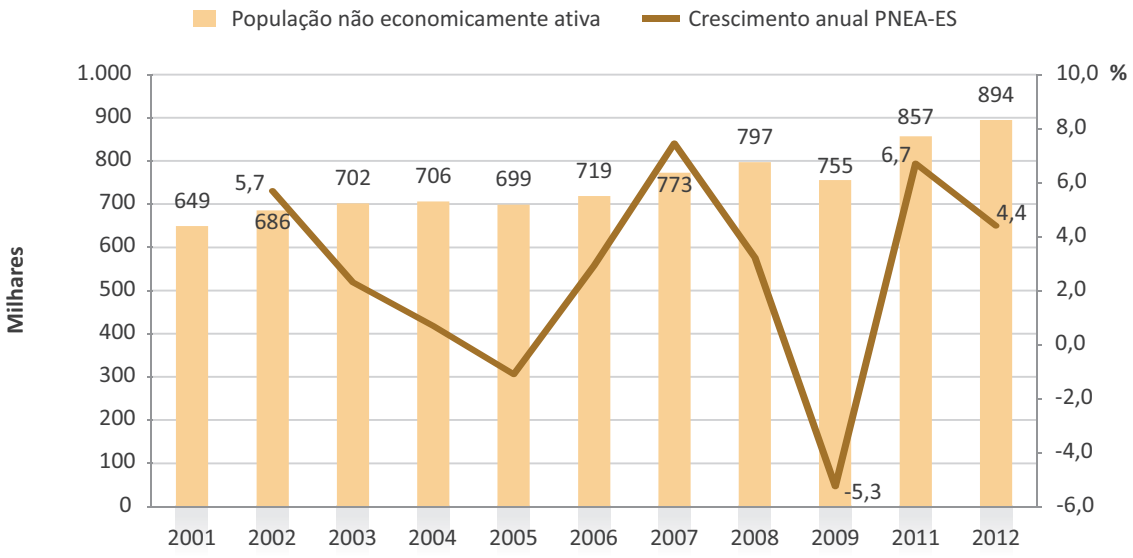
População economicamente ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

População não economicamente ativa

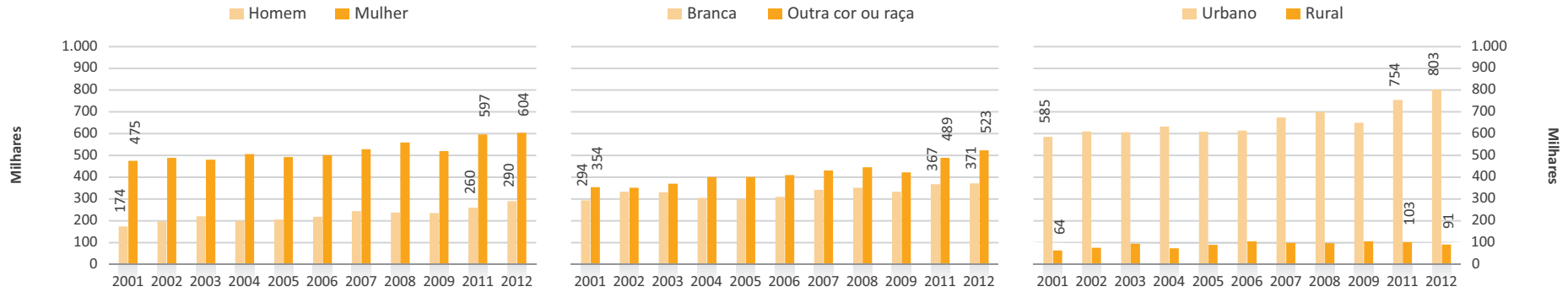
População não economicamente ativa (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Após a queda de -5,3% ocorrida em 2009 com relação a 2008 e do aumento de 6,7% registrado em 2011 em relação a 2009, a População Não Economicamente Ativa (PNEA) tornou a crescer em 2012 comparado a 2011 (4,4%), contabilizando 894 mil pessoas de idade ativa fora do mercado de trabalho. Assim, observa-se que o crescimento da PIA, em sua maior parte foi alocado na PNEA. No que diz respeito ao gênero, em toda a série histórica a PNEA de mulheres foi superior a PNEA dos homens, em 2012 as mulheres representaram 67,6% da PNEA. Com relação a cor ou raça, também existe uma predominância de indivíduos de outra cor ou raça, representando 58,5% da PNEA. A área urbana concentrou 89,8%, isto é, 803 mil indivíduos não economicamente ativos.

População não economicamente ativa por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012

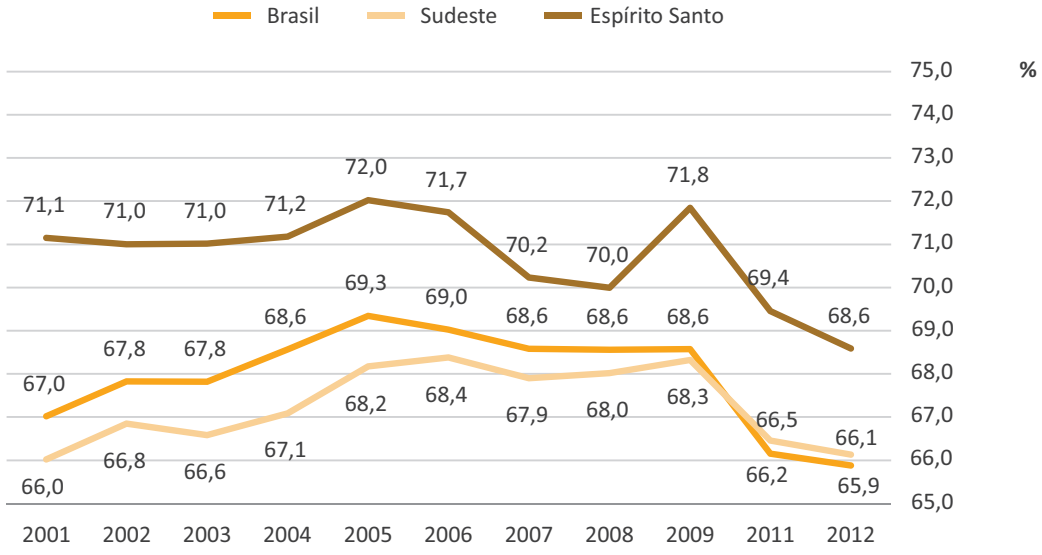


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Taxa de atividade

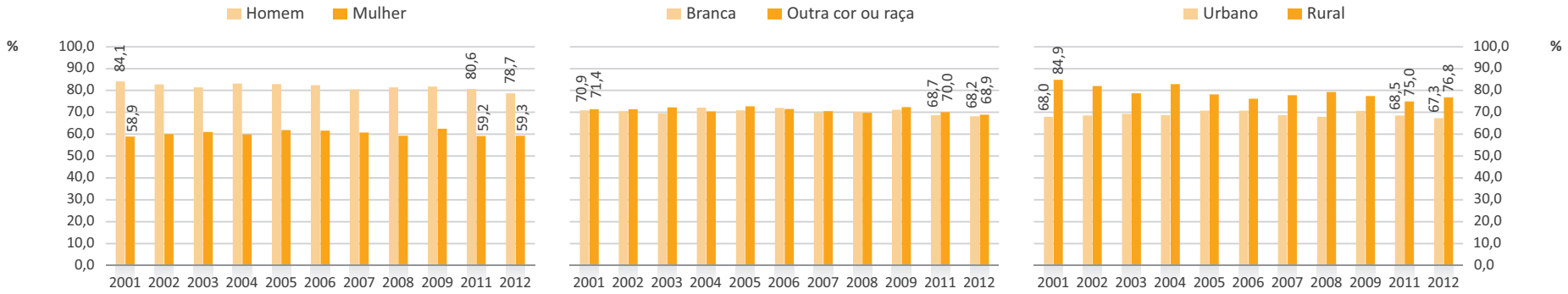
O maior crescimento da PNEA em detrimento da PEA impactou na queda da taxa de atividade do Espírito Santo, que passou de 71,8% em 2009 para 69,4% em 2011 e para 68,6% em 2012, representando o menor valor da série histórica. Ainda assim, o estado se manteve acima das taxas apresentadas pela região Sudeste (66,1%) e Brasil (65,9%), as quais também apresentaram o mesmo comportamento de queda em 2012. A análise por gênero indicou maior taxa de atividade para os homens (78,7%), superior em 19,4 p.p. em relação às mulheres no ano de 2012. A população residente na área rural também apresentou uma taxa de atividade superior à área urbana, sendo de 76,8% para o primeiro e 67,3% para o segundo. Já para a comparação entre cor ou raça, não ocorrem diferenças significativas quanto a participação da população no mercado de trabalho.

Taxa de atividade (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

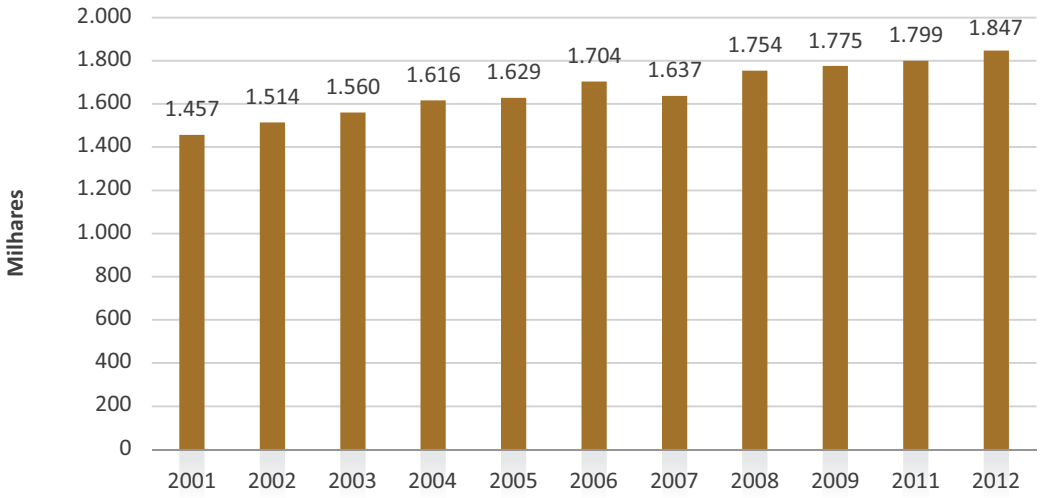
Taxa de atividade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

População ocupada

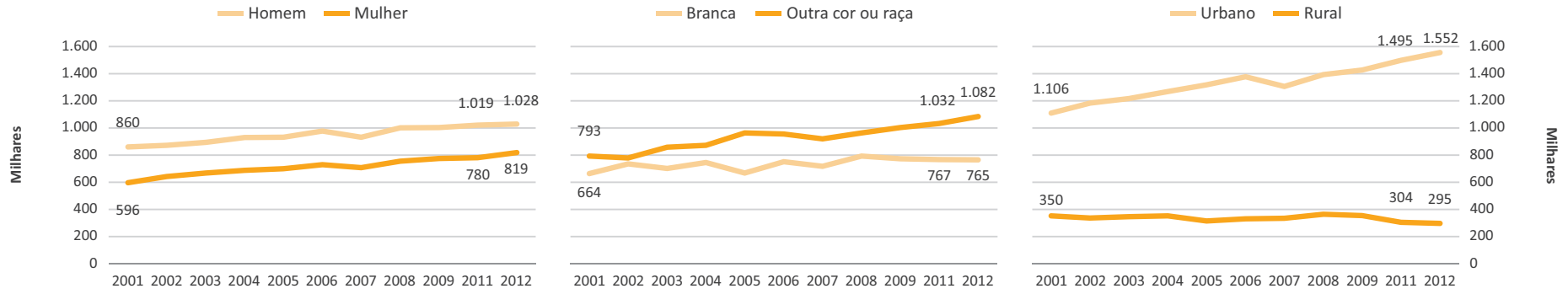
Número de pessoas ocupadas (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Entre 2001 e 2012, o Espírito Santo apresentou trajetória ascendente no número de pessoas ocupadas, com exceção do ano de 2007. Em 2012, o total de pessoas ocupadas atingiu 1.847 mil pessoas, 48 mil a mais que em 2011 e 390 mil a mais comparativamente a 2001. Tanto os homens como as mulheres apresentaram crescimento no número de ocupados de 2012 em relação a 2011; a participação sobre o total de ocupados para os homens foi de 55,7% e para as mulheres foi de 44,3%. Por outro lado, nas outras desagregações analisadas registrou-se queda no número de ocupados dos indivíduos auto declarados brancos (-2 mil) e residentes da área rural (-9 mil); em contrapartida ao aumento dos indivíduos de outra cor ou raça (+50 mil) e da área urbana (+57 mil).

Número de ocupados por gênero, cor ou raça, situação do domicílio e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012

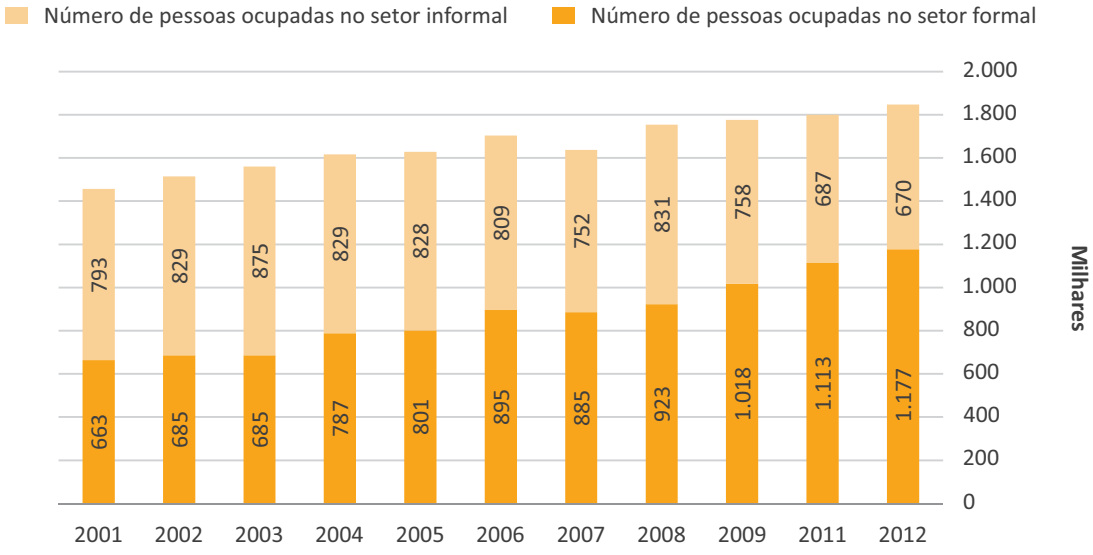


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

População ocupada por setor formal e informal

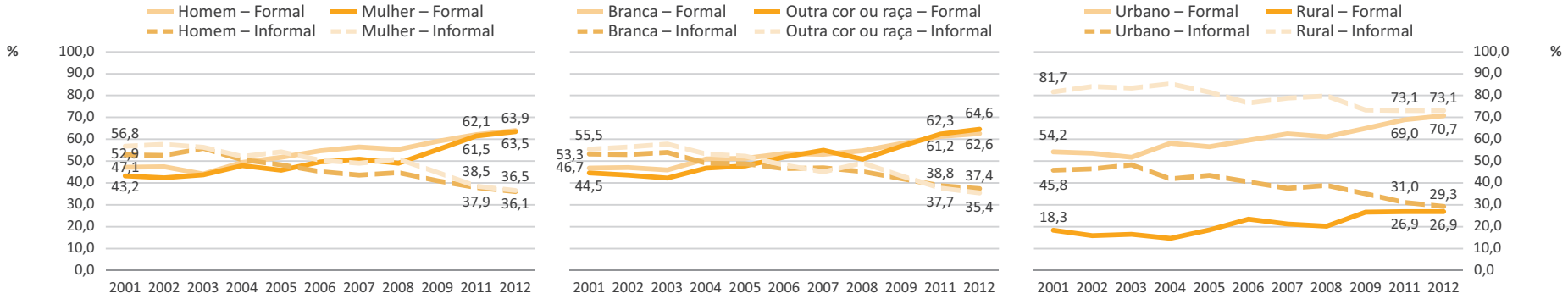
Em 2012, dos 1.847 mil indivíduos ocupados no mercado de trabalho capixaba, 1.177, ou seja, 63,7% estavam inseridos no setor formal. Resultado que representa o maior valor de toda a série analisada. Cerca de 670 mil trabalhadores continuam na condição de informalidade, que tem na área rural a sua maior representatividade (a informalidade na zona rural alcançou 73,1% em 2012). No que tange a características dos trabalhadores, observa-se que as mulheres e os indivíduos de outra cor ou raça, que em geral, possuíam menor formalidade no mercado de trabalho comparativamente aos homens e aos brancos, em 2011 atingiram um patamar de formalidade (61,5%) próximo ao dos homens (62,1%) e os indivíduos de outra cor ou raça apresentaram uma formalidade (62,3%) levemente superior em relação aos brancos (61,2%), ambos os recortes mantiveram-se assim também em 2012, sendo de: 63,5% para as mulheres, 63,9% para os homens, 62,6% para os brancos e 64,6% os de outra cor ou raça.

Número de pessoas ocupadas por setor formal e informal (15 anos ou mais), Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

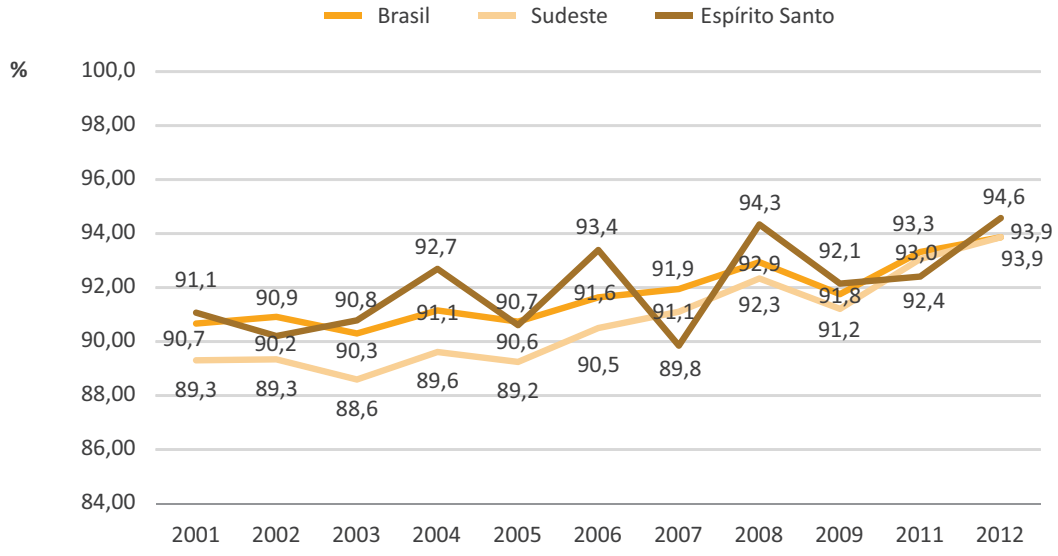
Porcentagem de pessoas ocupadas por setor formal e informal por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Taxa de ocupação

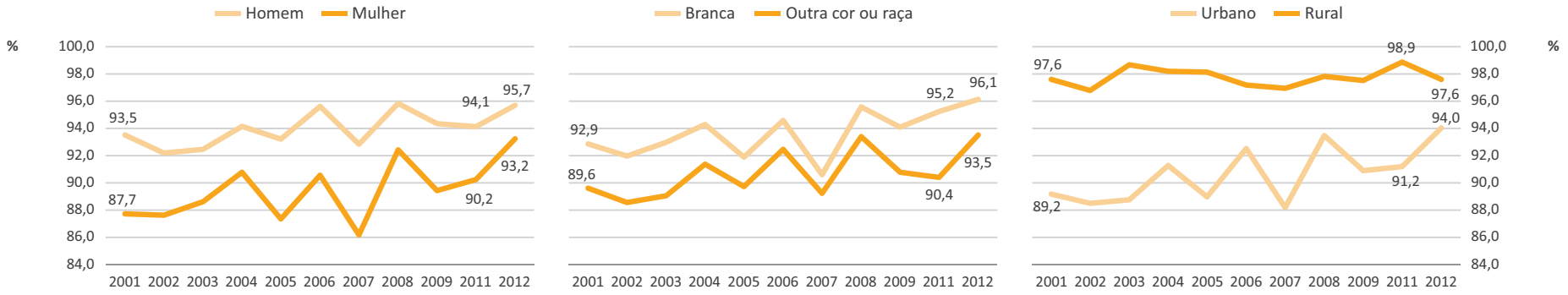
Taxa de ocupação (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Em 2012, o nível de ocupação para o Espírito Santo (94,6%) ficou acima dos valores igualmente apresentados pela região Sudeste (93,9%) e Brasil (93,9%), aumentado significativamente a ocupação em relação a 2011, alcançando o valor mais alto de toda a série. O Espírito Santo apresentou trajetória bastante instável ao longo do período analisado, oscilando entre 89,8% (2007) e 94,6% (2012). Essa instabilidade se mostrou mais intensa na área urbana do estado e entre as mulheres. A análise por cor ou raça registrou maior ocupação para os indivíduos de cor branca em todo o período. A diferença entre ambas foi de 3,3 p.p. em 2001 e em 2012 a diferença reduziu para 2,6 p.p.. Os homens também registraram taxa de ocupação superior às mulheres em todo o período, mas a diferença vem diminuindo: em 2001 era de 5,8 p.p., passou para 4,9 p.p. em 2009, em 2011 registrou 3,9 p.p. e em 2012 alcançou a menor diferença (2,5 p.p.).

Taxa de ocupação por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012

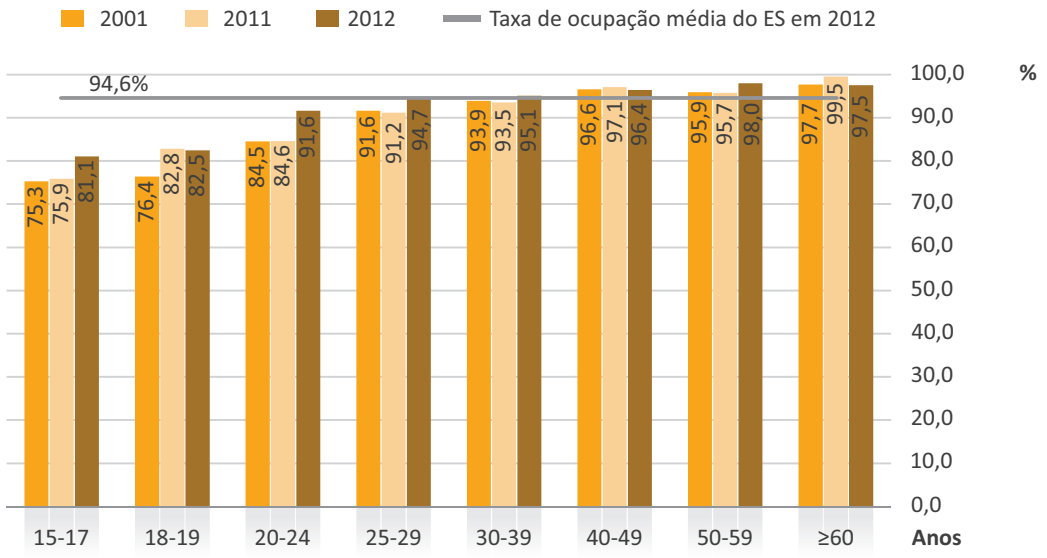


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Ocupação segundo faixas etárias

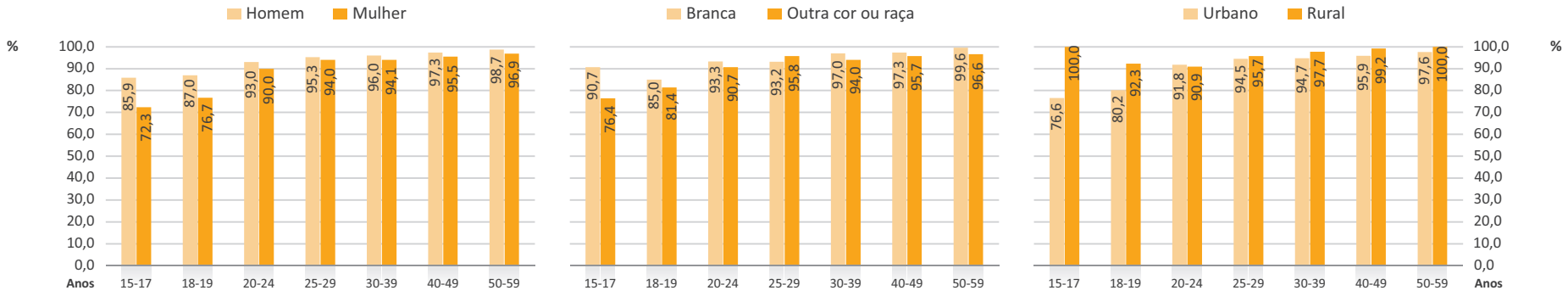
Em 2012, observa-se que as faixas etárias acima de 25 anos de idade tiveram taxa de ocupação superior à média do estado, enquanto a população mais jovem ficou abaixo. Em 2012, o menor valor foi observado na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, que registrou 81,1% em 2012, nível superior aos dados de 2001 (75,3%) e 2011 (75,9%). Ainda na faixa etária de 15 a 17 anos, observa-se uma menor ocupação das mulheres (72,3%), de outra cor ou raça (76,4%) e da área urbana (76,6%). A área rural registrou as maiores taxas de ocupação, tendo 100% da população economicamente ativa acima de 50 anos empregada (resultado da amostra).

Taxa de ocupação segundo faixa etária, Espírito Santo, 2001, 2011 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

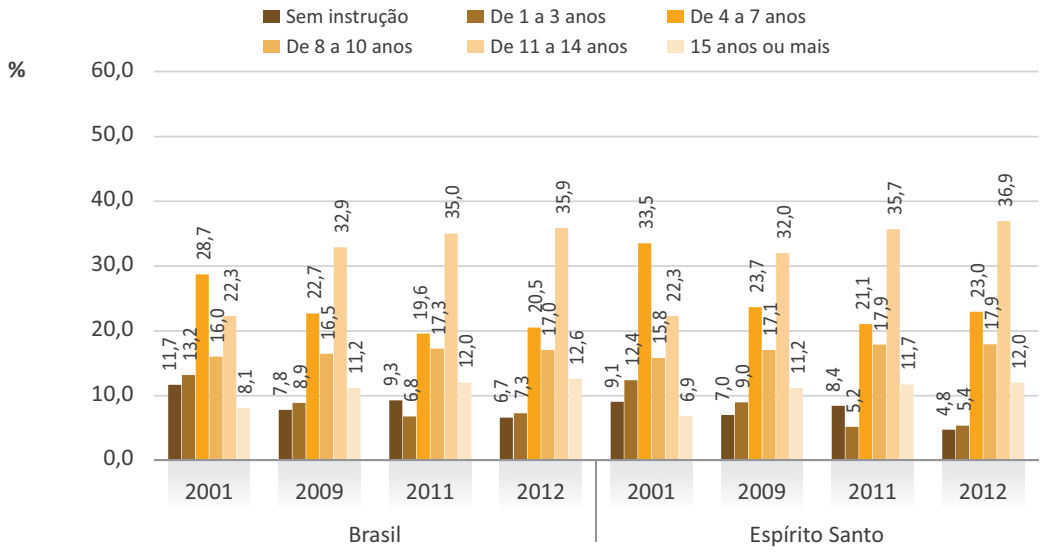
Taxa de ocupação segundo faixa etária por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Ocupação segundo anos de estudo

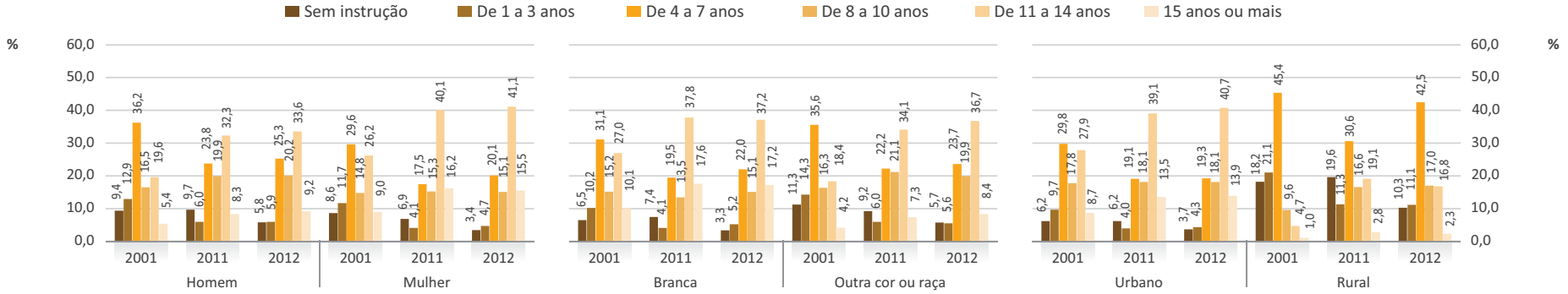
Taxa de ocupação (15 anos ou mais) segundo anos de estudo, Brasil e Espírito Santo, 2001, 2009, 2011 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

O ano de 2012 mostra a continuidade de uma mudança que vem ocorrendo ao longo dos anos no mercado de trabalho, caracterizada por uma redução da ocupação dos indivíduos com menor escolaridade, em contrapartida a um aumento para os mais escolarizados. Movimento evidenciado tanto para o Brasil como para o Espírito Santo. Em 2012, no Espírito Santo, verificou-se um aumento na ocupação dos indivíduos com fundamental completo e médio incompleto (8 a 10 anos de estudo), com ensino médio completo e superior incompleto (11 a 14 anos) e superior completo e mais anos de estudo (15 ou mais anos de estudo) tanto com relação a 2001, a 2009 e a 2011. As mulheres apresentaram uma maior taxa de ocupação para os níveis de escolaridade de 1 a 3 anos, de 4 a 7 anos e de 11 a 14 anos de estudo, na comparação com 2011. Na área rural observou-se um aumento na participação dos indivíduos com 4 a 7 anos de estudo passando de 30,6% (2011) para 42,5% (2012), e um aumento na participação dos indivíduos com 8 a 10 anos de estudo, passando de 16,6% (2011) para 17,0% (2012).

Taxa de ocupação segundo anos de estudo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001, 2011 e 2012

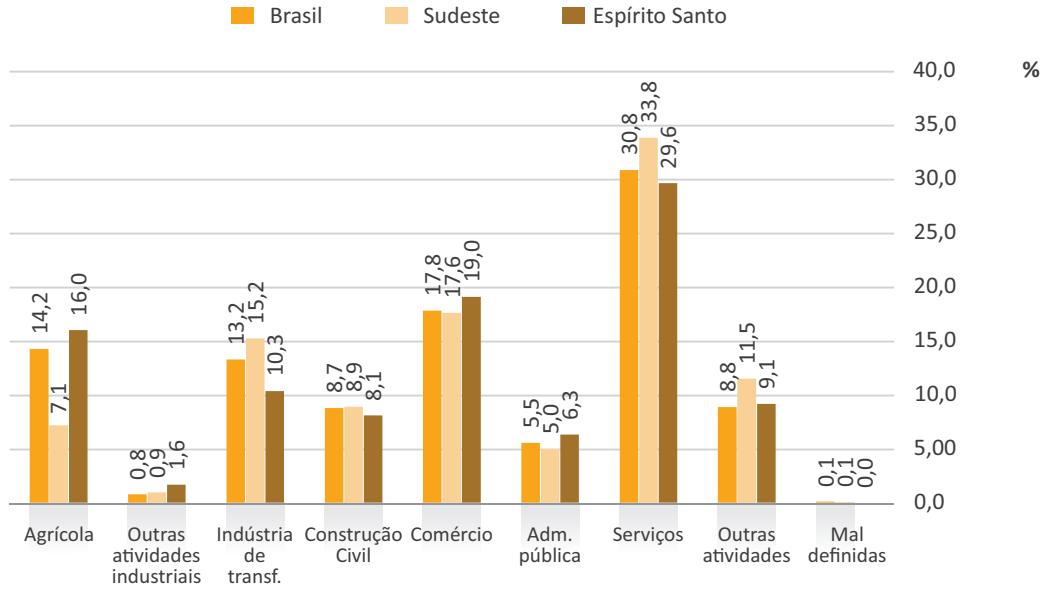


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Ocupação por atividade econômica

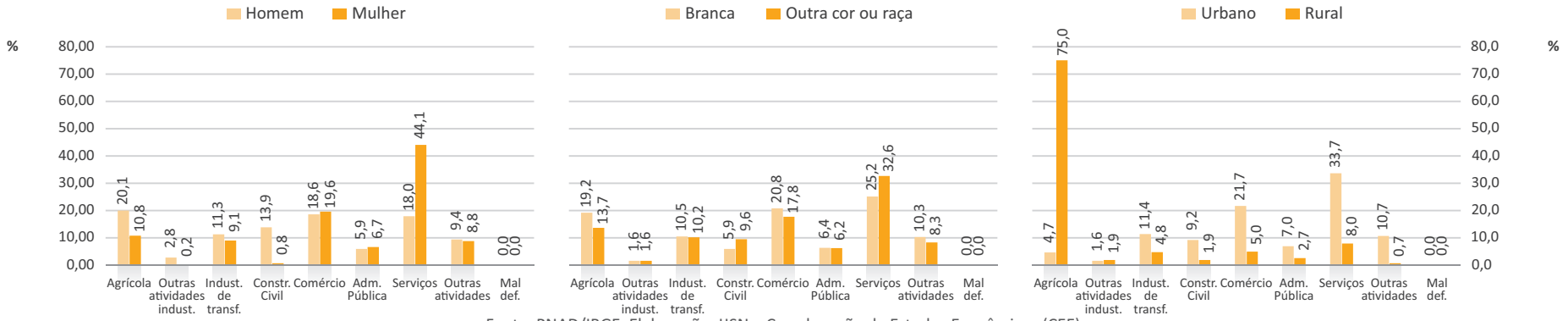
Em 2012, a análise da distribuição segundo atividade econômica apresentou um maior percentual de trabalhadores capixabas alocadas nos setores de Serviços (29,6%), Comércio (19,0%) e Agrícola (16,0%). Na comparação com Brasil e Sudeste, o Espírito Santo se destaca com um maior percentual nos setores Agrícola (16,0%), Outras atividades industriais (1,6%), Comércio (19,0%) e Administração Pública (6,3%). Na análise por gênero, observou-se uma alta alocação das mulheres no setor de Serviços (44,1%), enquanto o principal setor para os homens foi o Agrícola (20,1%). No que tange a situação do domicílio, o setor Agrícola (75,0%) destacou-se como importante empregador da mão de obra na área rural, e no meio urbano empregando mais que todos os outros setores, destaca-se o setor de Serviços (33,7%).

Distribuição da ocupação segundo ramos de atividade econômica, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

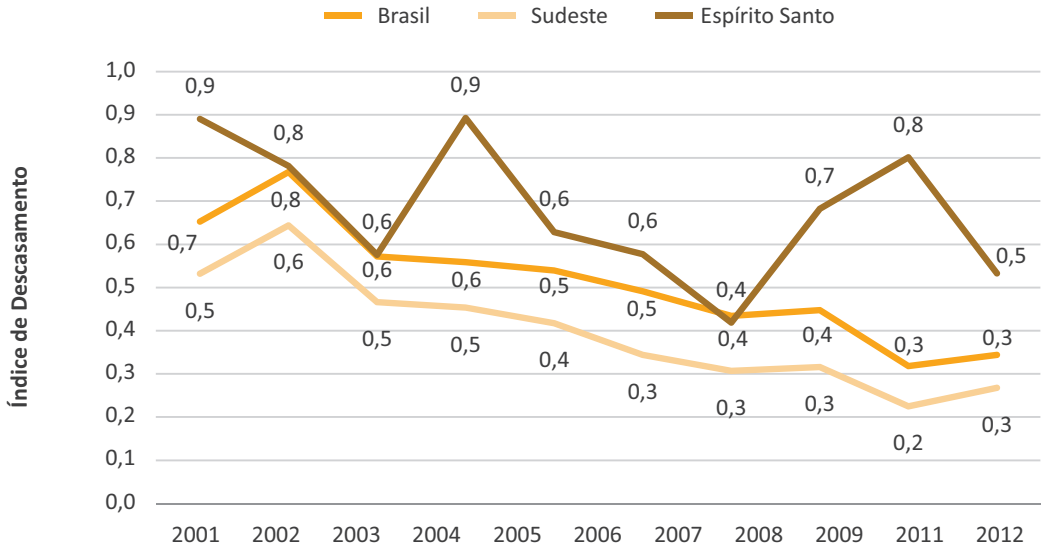
Distribuição da ocupação segundo ramos de atividade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Índice de descasamento

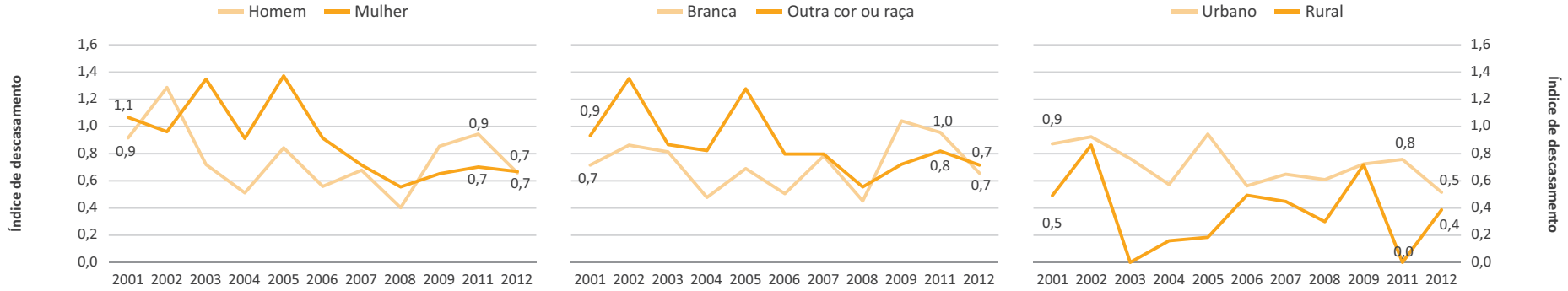
Índice de descasamento para a população de 25 anos ou mais de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

O índice de descasamento para o Espírito Santo durante todo o período analisado foi, na maioria dos anos, superior aos valores apresentados pelo Brasil e pela região Sudeste. No ano de 2008 foi registrado o menor índice para o estado capixaba (0,4), em 2009 e em 2011 foram registradas elevações, 0,7 e 0,8, respectivamente. Em 2012 sofre nova redução atingindo o patamar de 0,5. De 2001 a 2008 observou-se uma maior dificuldade de mobilidade de trabalhadores entre os setores onde postos de trabalho estavam sendo destruídos para os setores onde postos de trabalho estavam sendo criados, para as mulheres, outra cor ou raça e residentes na área urbana. No entanto, tal comportamento se modificou em 2009 para as mulheres e outra cor ou raça se manteve em 2012.

Índice de descasamento por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012

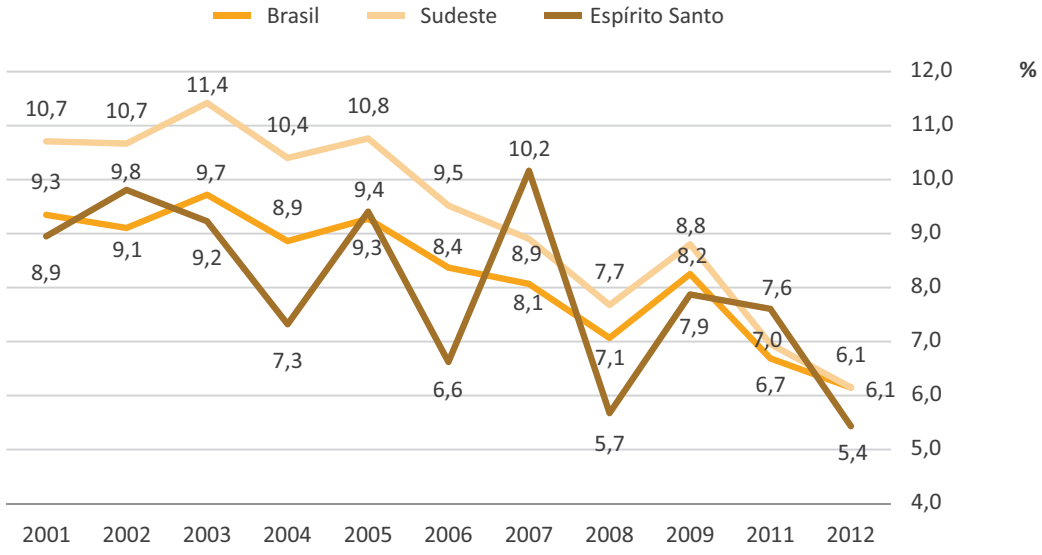


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Taxa de desemprego

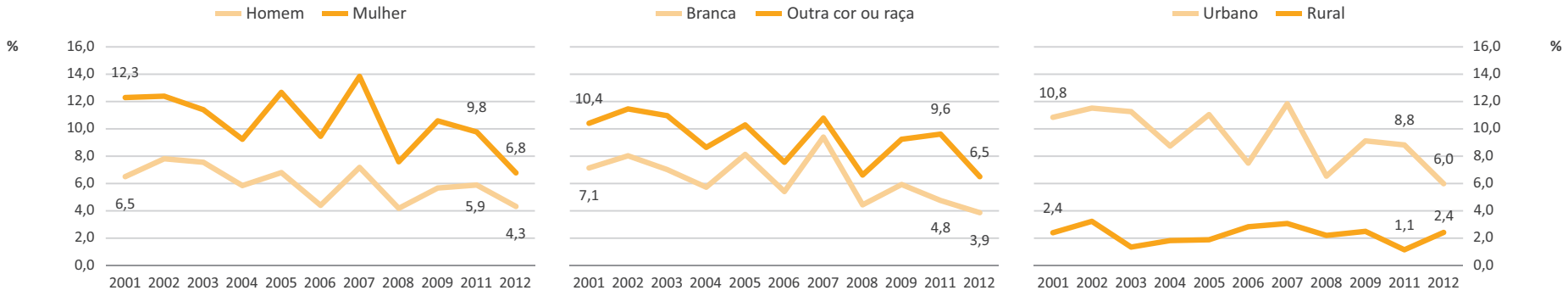
No ano de 2012, ocorreu uma queda significativa no nível de desemprego, atingindo no Brasil e na região Sudeste os menores valores de sua série histórica (6,1% para ambos), sendo que no Espírito Santo a redução do desemprego chega ao menor nível em todo o período e volta a apresentar níveis mais baixos (5,4%) que as taxas do Brasil e da região Sudeste. A análise por cor ou raça e gênero mostrou taxa menor de desemprego para brancos (3,9%) e homens (4,3%) em relação aos indivíduos de outra cor ou raça (6,5%) e as mulheres (6,8%). O desemprego na área rural aumentou em 2012 (2,4%) em relação ao menor valor histórico ocorrido em 2011 (1,1%), mas ambas podem ser caracterizadas como tendo pleno emprego.

Taxa de desemprego (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



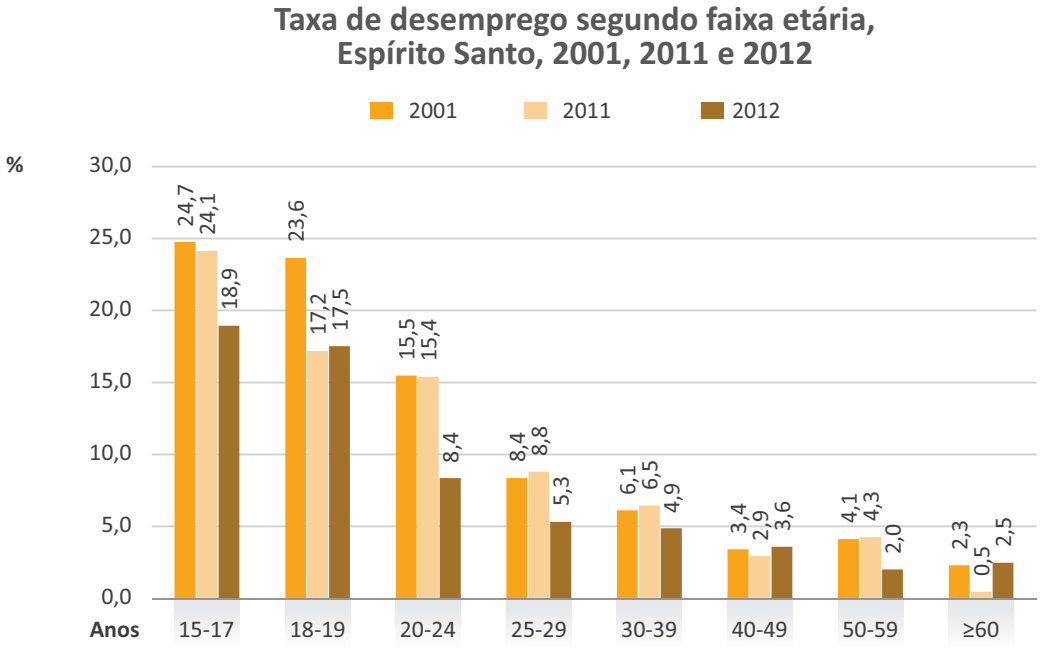
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Taxa de desemprego por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



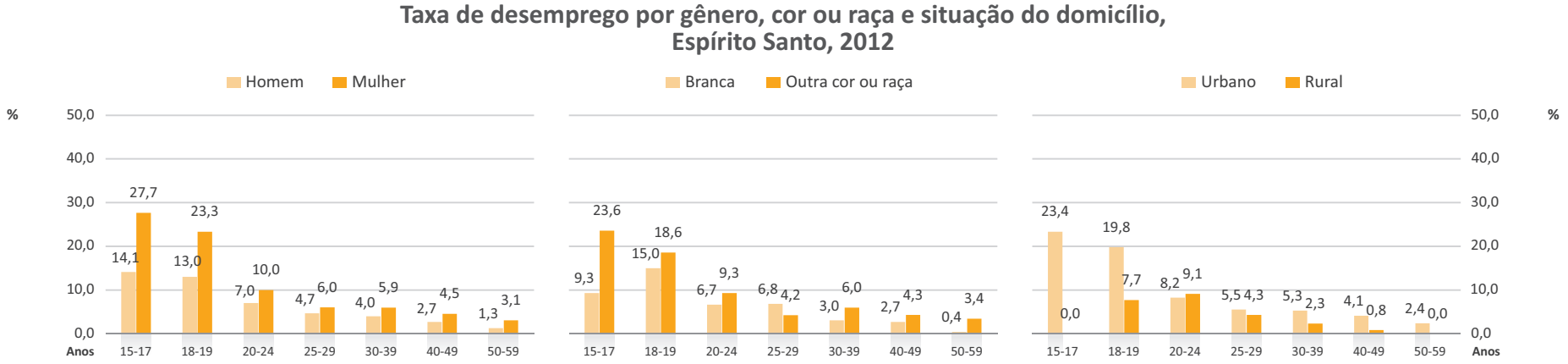
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Taxa de desemprego segundo faixas etárias



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

O desemprego por faixa etária mostra um padrão de maior desemprego para os jovens que tende a decair ao longo da idade ativa do indivíduo. Em 2012, as faixas etárias de 15 a 17 anos, de 18 a 19 anos e 20 a 24 anos de idade, mesmo ainda apresentando as maiores taxas em relação as outras faixas etárias, tiveram considerável queda na comparação com os anos de 2001 e 2011. Os destaques podem ser dados às faixas etárias de 40 a 49 anos e mais de 60 anos, nas quais a taxa atinge os menores níveis dentre as faixas etárias pesquisadas em todo o período analisado, com exceção apenas para a faixa etária de mais de 60 anos no ano de 2012, que registrou uma taxa de 2,5%, superior à da faixa de 50 a 59 anos (2,0%) neste mesmo ano. Em todas as faixas etárias analisadas, a taxa de desemprego se mostra superior para as mulheres, outra cor ou raça (com exceção 25 a 29 anos) e a área urbana (com exceção de 20 a 24 anos). Chama atenção o elevado desemprego urbano para as faixas etárias de 15 a 17 anos e de 18 a 19 anos, sendo respectivamente de 23,4% e 19,8%.

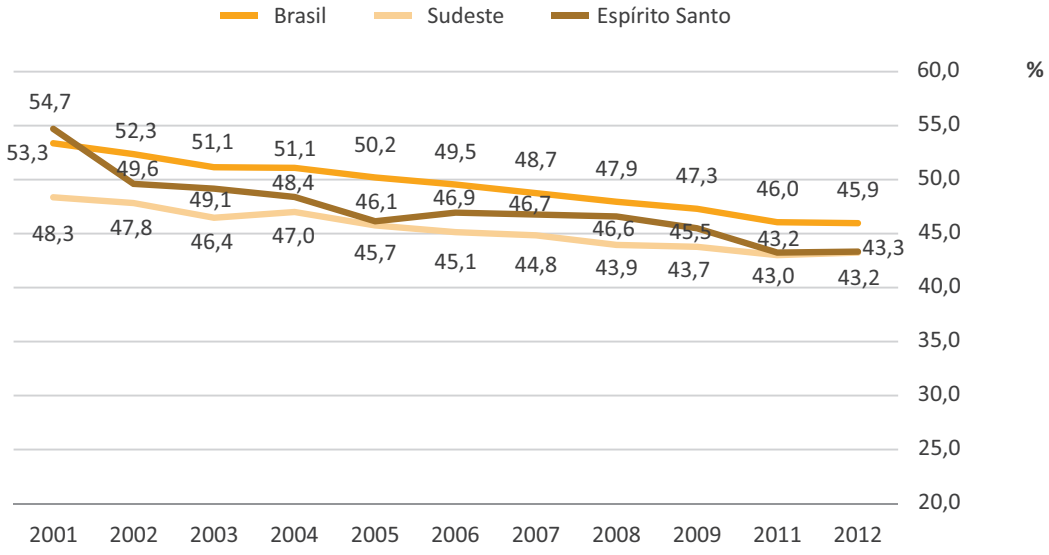


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Razão de dependência

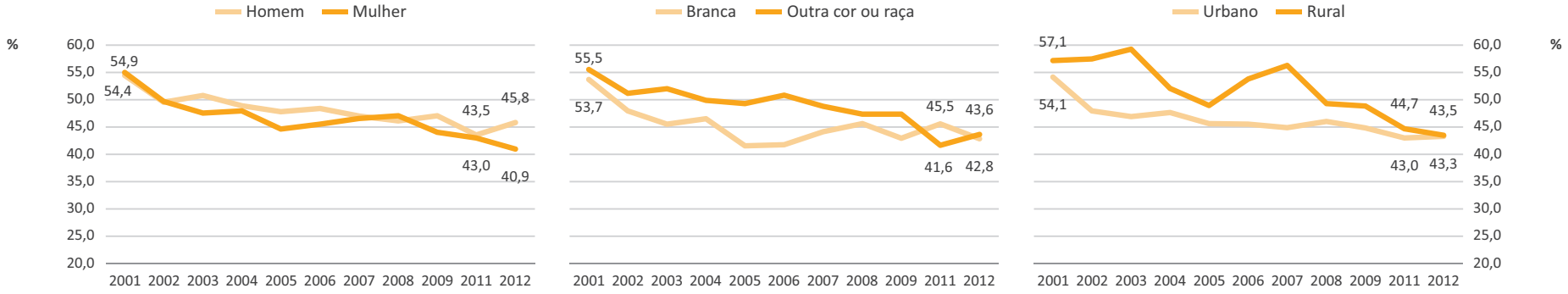
A razão de dependência no Espírito Santo desde 2002 registra valores abaixo da série brasileira, mas superiores a da região Sudeste. Em 2012, a razão de dependência capixaba foi de 43,3%, ficando praticamente estável com relação ao registrado em 2011 (43,2%). Com esse resultado o estado se aproximou da razão apresentada pela região Sudeste (43,2%). Com relação a análise por gênero, a razão de dependência dos homens aumentou em 2012, ao passar de 43,5% em 2011 para 45,8% em 2012, enquanto que a razão de dependência das mulheres decresceu em 2012, ao passar de 43,0% em 2011 para 40,9 em 2012. As características domiciliares indicaram uma razão de dependência aproximadas nas áreas urbanas (43,5%) e rural (43,3%). Em 2012, outra cor ou raça (43,6%) volta a exibir valores superiores aos indivíduos autodeclarados brancos (42,8%).

Razão de dependência,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



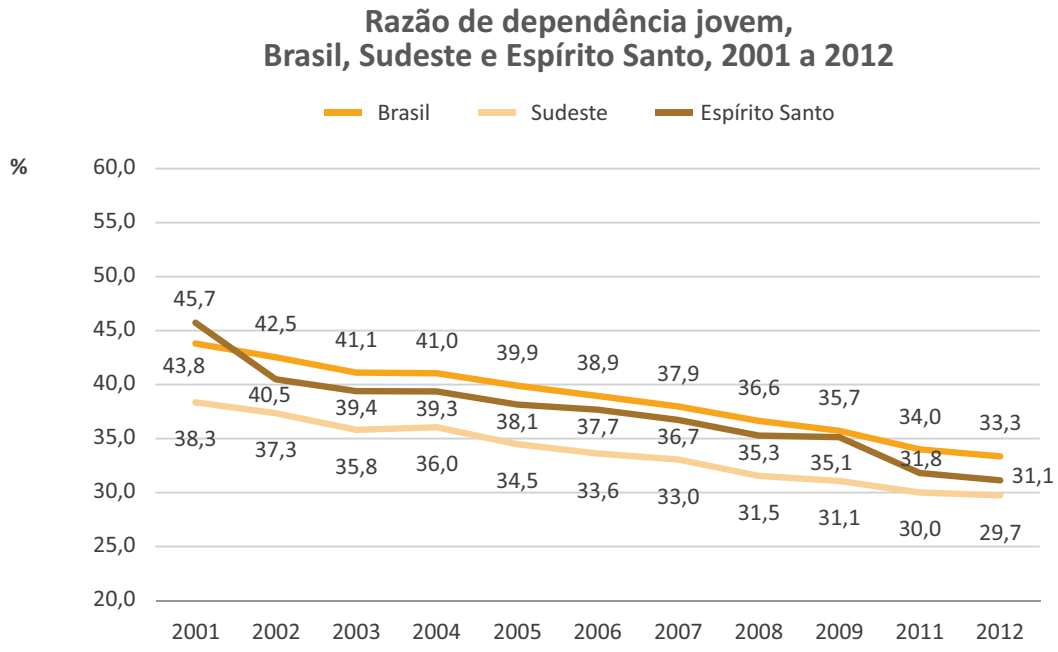
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Razão de dependência por gênero, cor ou raça e situação do domicílio,
Espírito Santo, 2001 a 2012



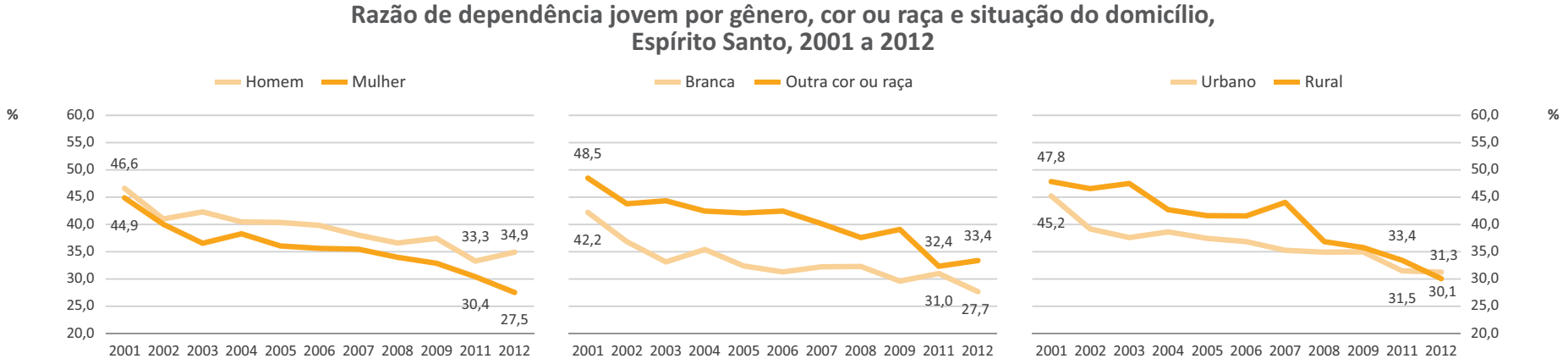
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Razão de dependência jovem



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

A análise da razão de dependência jovem, em que se considerando apenas a população inativa de 0 a 14 anos mostra um padrão semelhante à dependência geral, com o estado registrando valores abaixo da série brasileira, mas superiores a da região Sudeste. De 2009 para 2011 ocorreu uma queda significativa, reduzindo de 35,1% para 31,8%. A análise por gênero indicou uma razão de dependência jovem maior para homens em relação às mulheres em todo o período analisado e, enquanto a dos homens sobe de 2011 (33,3%) para 2012 (34,9%), a das mulheres continua sua trajetória descendente, de 30,4% para 27,5%, respectivamente. Depois de uma aproximação em 2011 entre outra cor ou raça (32,4%) e indivíduos de cor branca (31,0%), em 2012, a razão de dependência de jovens volta a divergir para 33,4% e 27,7%, respectivamente. A razão de dependência de jovens na área rural, que durante todo o período analisado permaneceu maior que a da área urbana, em 2012 cai para 30,1%, enquanto a urbana fica em 31,3%.

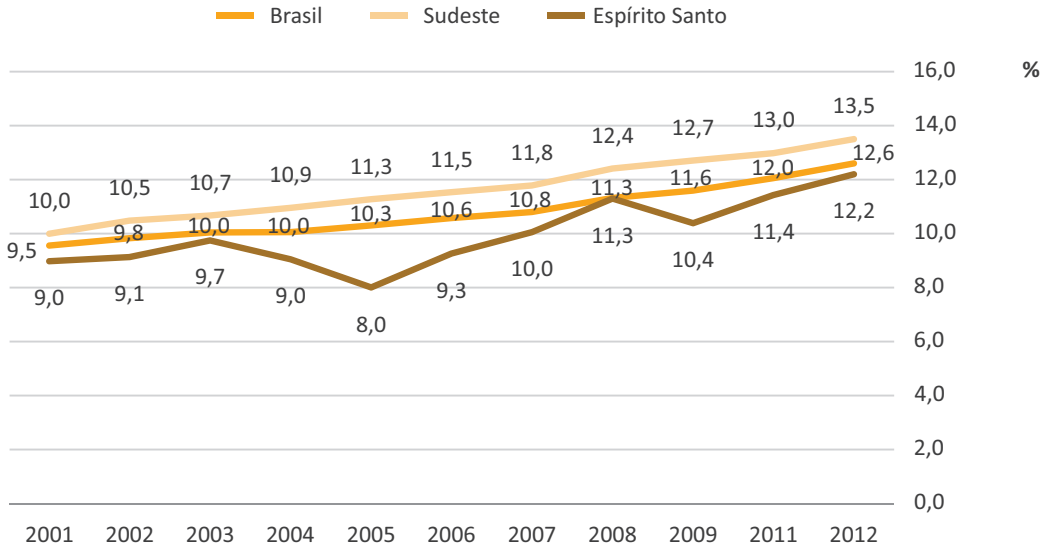


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Razão de dependência idosos

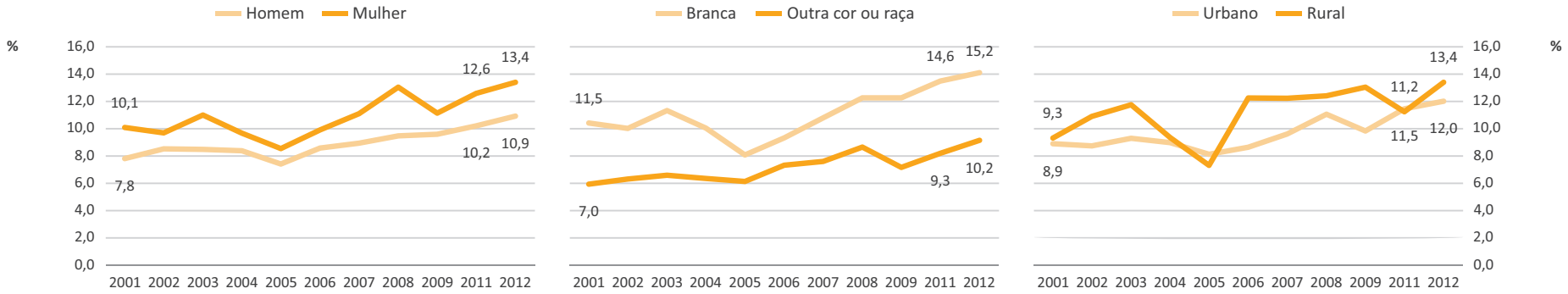
A decomposição da razão de dependência para a população acima de 65 anos revela que o Espírito Santo registrou valores abaixo da região Sudeste e do Brasil para todo o período analisado. Em 2012, as três regiões apresentaram o maior valor de sua série histórica, sendo de 13,5% na região Sudeste, 12,6% no Brasil e de 12,2% no Espírito Santo. Tal fato indica um envelhecimento da população causando uma maior pressão sobre a população em idade ativa. Ao contrário da dependência de jovens, na razão de idosos as mulheres (13,4%) apresentaram taxas superiores aos dos homens (10,9%) e os indivíduos autodeclarados brancos (15,2%) maiores que os de outra cor ou raça (10,2%).

Razão de dependência idosos,
Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

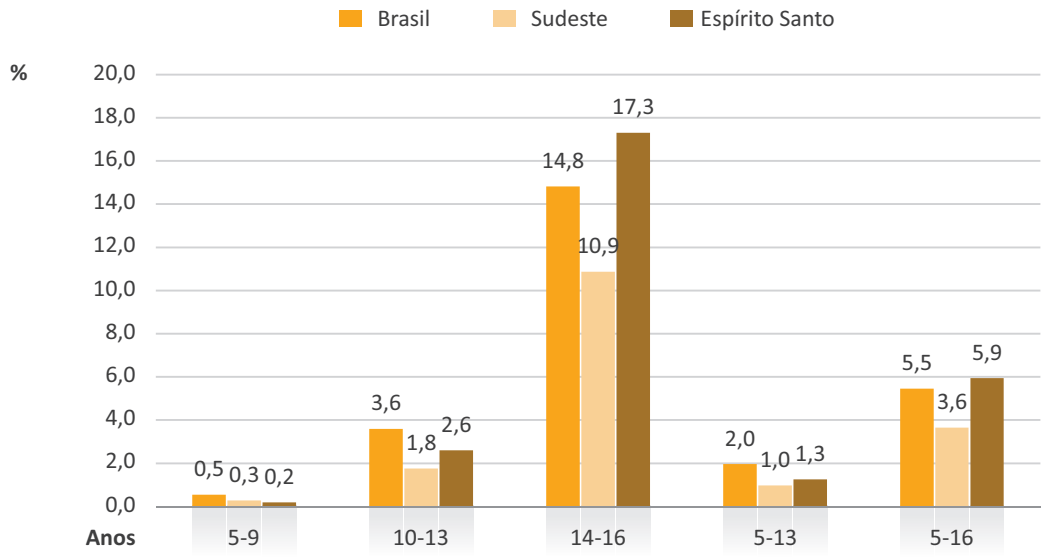
Razão de dependência idosos por gênero, cor ou raça e situação do domicílio,
Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Trabalho infantil

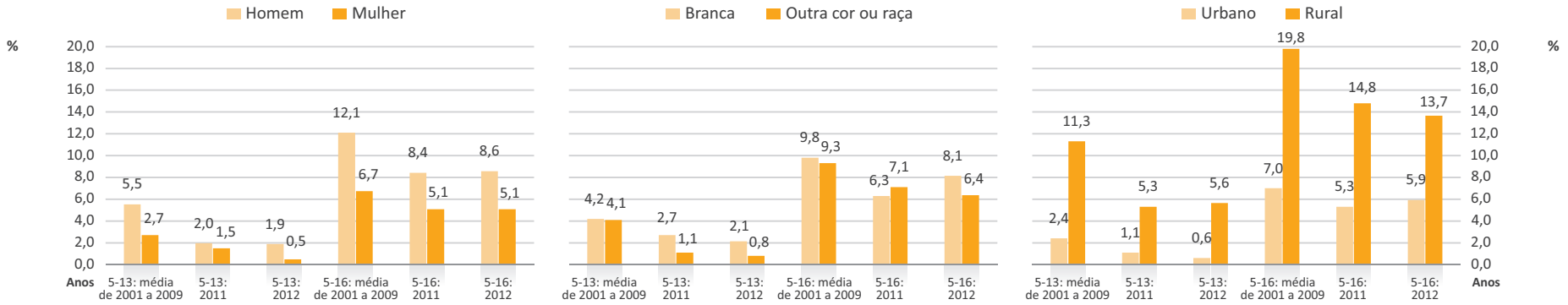
Taxa de ocupação das pessoas de 5 a 16 anos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

A taxa de ocupação para as pessoas com 5 a 16 anos de idade atingiu 5,9% no Espírito Santo em 2012, taxa próxima a apresentada pelo Brasil (5,5%), e acima da região Sudeste (3,6%). Grande parte dessa ocupação no estado ocorre na faixa etária de 14 a 16 anos; com uma ocupação de 17,3% ficou acima das taxas do Brasil (14,8%) e região Sudeste (10,9%). Para a população de 5 a 13 anos de idade, a taxa de ocupação para ambos os gêneros reduziu, seguindo a tendência de queda se comparada com a média de 2001 a 2009. A redução ocorreu principalmente para o gênero feminino, que passou de 1,5% em 2011 para 0,5% em 2012. Para a população de 5 a 16 anos de idade, também houve queda das taxas de ocupação para ambos os gêneros em 2011 e 2012 comparadas a média de 2001 a 2009, porém entre os anos de 2011 e 2012 apenas as taxas de ocupação dos homens obteve uma pequena redução (-0,2%p.p), enquanto que a das mulheres permaneceu inalterada. Maior ocupação infantil também foi observada na área rural, chegando a 5,6% na população de 5 a 13 anos de idade e a 13,7% na população de 5 a 16 anos.

Taxa de ocupação das pessoas de 5 a 16 anos de idade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, média de 2001 a 2009, 2011 e 2012

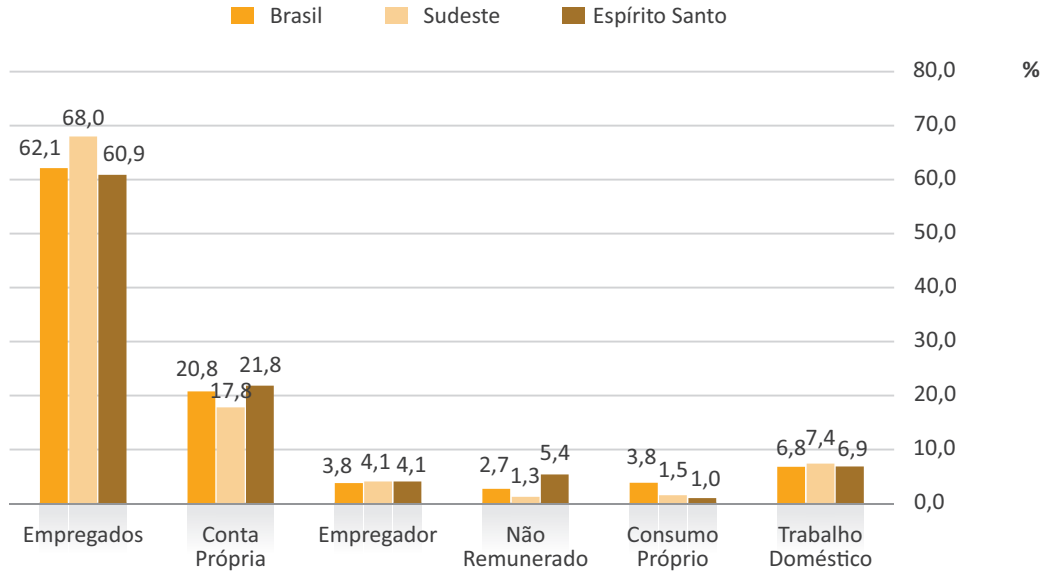


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Posição na ocupação

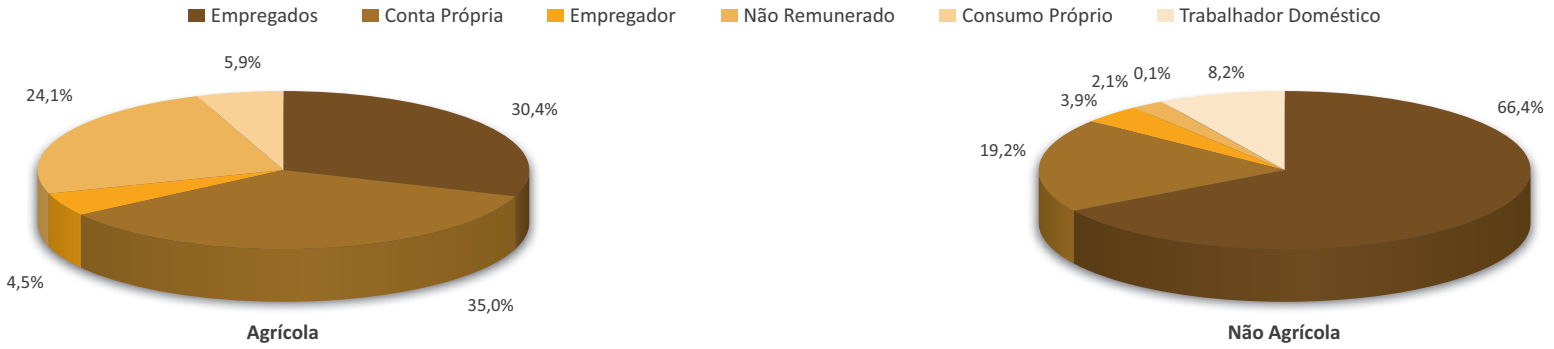
A posição na ocupação em 2012 mostrou distribuição semelhante entre Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No estado verificou-se 60,9% de indivíduos na situação de empregados, sendo de 62,1% no Brasil e de 68,0% na região Sudeste. O Espírito Santo (5,4%) apresentou a maior proporção de não remunerados em relação ao Brasil (2,7%) e a região Sudeste (1,3%). A análise por setor mostrou diferenças significativas para as atividades agrícolas e não agrícolas, com uma melhor distribuição entre as posições na atividade agrícola, enquanto a não agrícola apresenta predomínio da posição empregado, representando 66,4% das ocupações em 2012.

Posição na ocupação no trabalho principal: todas as pessoas ocupadas (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

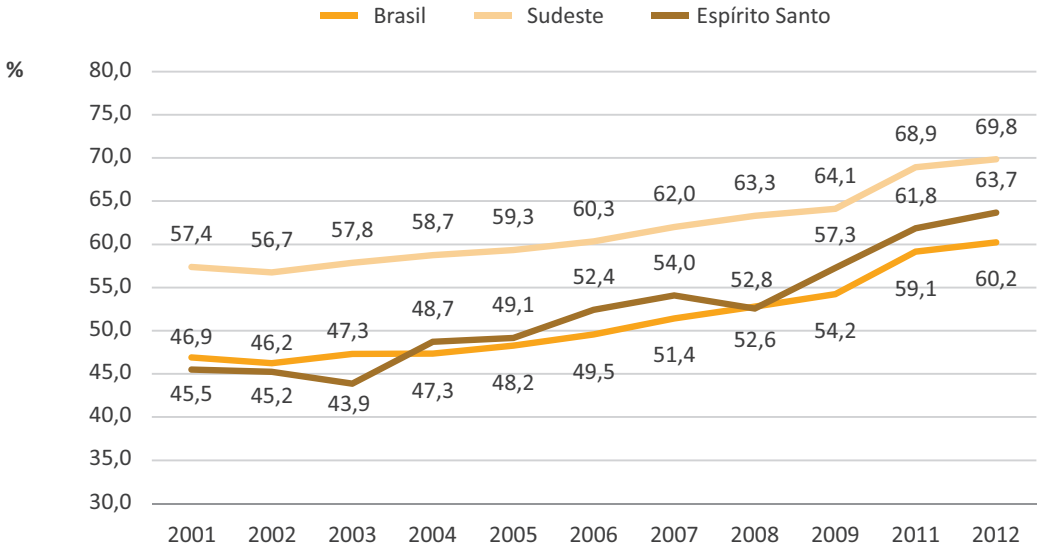
Posição na ocupação no trabalho principal em atividade agrícola e não agrícola, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Contribuição previdenciária

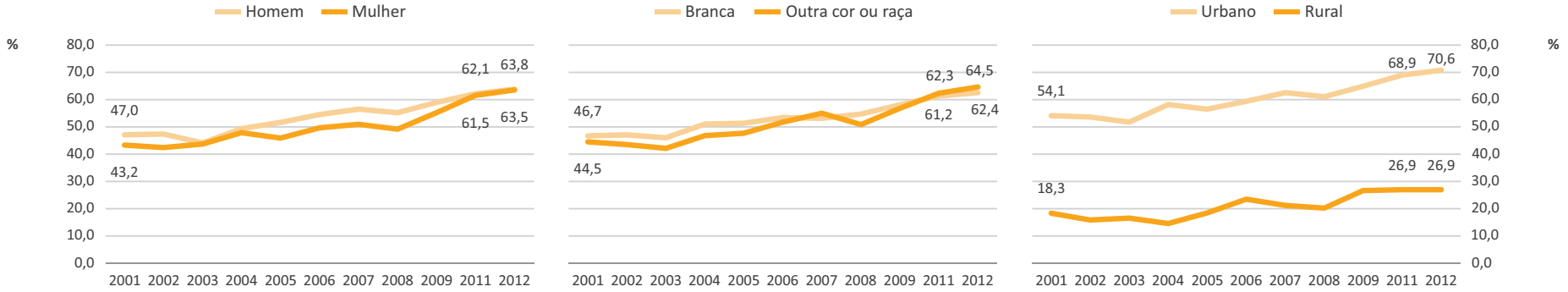
Porcentagem de pessoas ocupadas que contribuem para a previdência social (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

A contribuição previdenciária para os ocupados no Espírito Santo passou de 45,5% em 2001 para 63,7% em 2012, porcentagem superior ao do Brasil (60,2%), mas inferior à do Sudeste (69,8%). Em 2012, a análise por gênero mostrou a continuidade da aproximação do percentual de contribuição entre homens (63,8%) e mulheres (63,5%). No que tange a cor ou raça, os indivíduos de outra cor ou raça (64,5%) ultrapassaram a contribuição dos brancos (62,4%). Verificaram-se maiores contribuições para os residentes na área urbana (70,6%), se comparados aos residentes na área rural (26,9%), com a diferença desfavorável a área rural chegando próxima de 1/3 na maior parte do período.

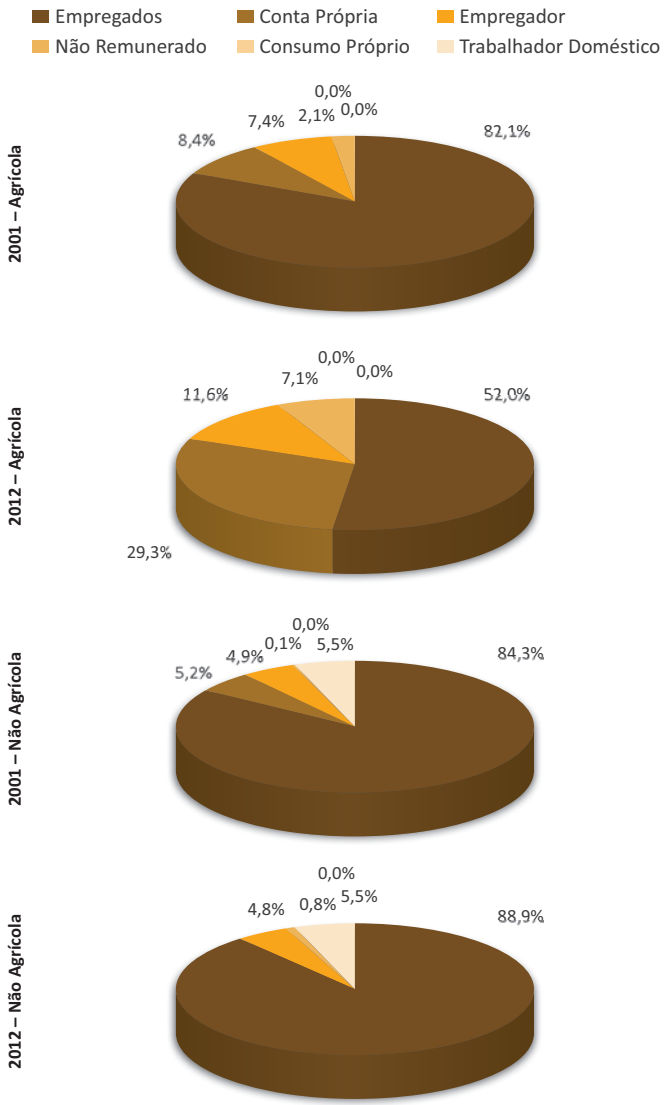
Contribuição previdenciária por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

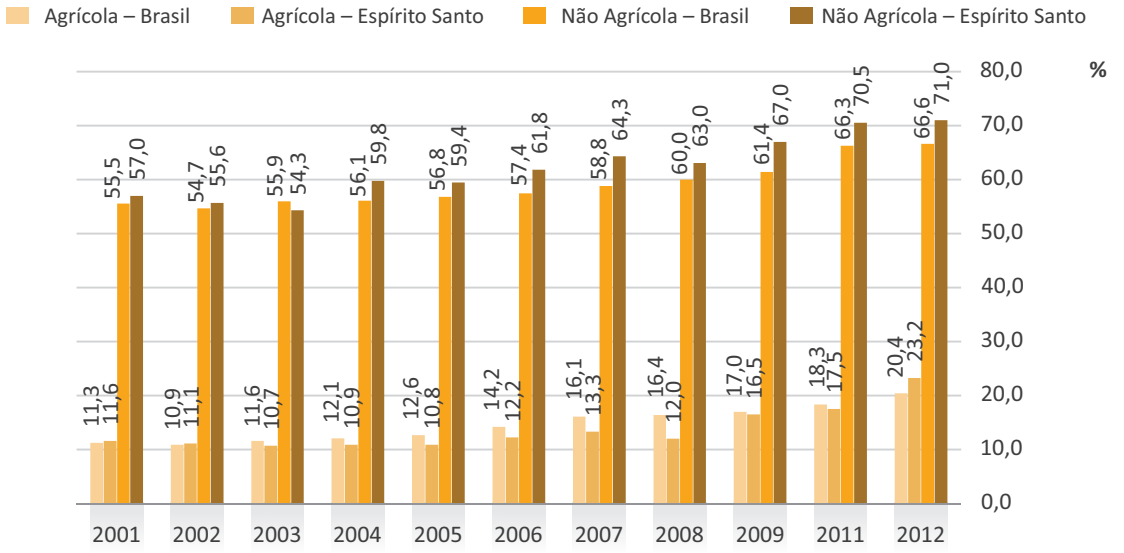
Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola

Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola por ocupação, ES, 2001 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Pessoas com cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012

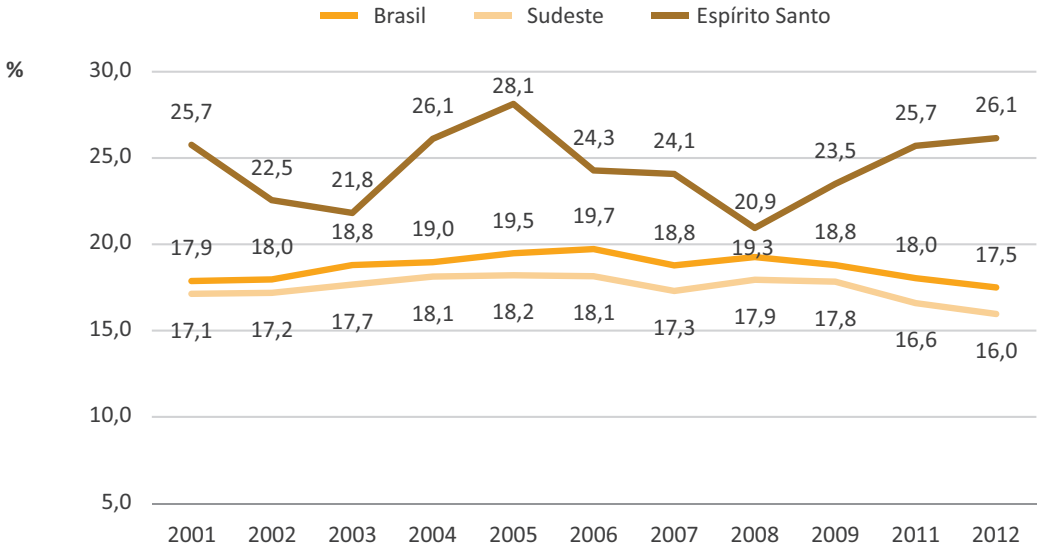


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

A cobertura previdenciária apresentou maior incidência para as atividades não agrícolas do que para as atividades agrícolas, tanto para o Espírito Santo como para o Brasil, em todo o período analisado. O Espírito Santo apresentou crescimento da cobertura previdenciária tanto para a atividade agrícola, passando de 11,6% em 2001 para 23,2% em 2012, quanto para a atividade não agrícola, passando de 57,0% em 2001 para 71,0% em 2012. Entre as atividades agrícolas, a maior contribuição ocorreu na categoria de Empregados, mesmo reduzindo de 82,1% em 2001 para 52,0% em 2012, aumentando os percentuais das categorias Conta Própria, Empregador e Não Remunerado. Em relação às atividades não agrícolas, a contribuição da categoria Empregados passou de 84,3% em 2001 para 88,9% em 2012.

Pessoas sindicalizadas

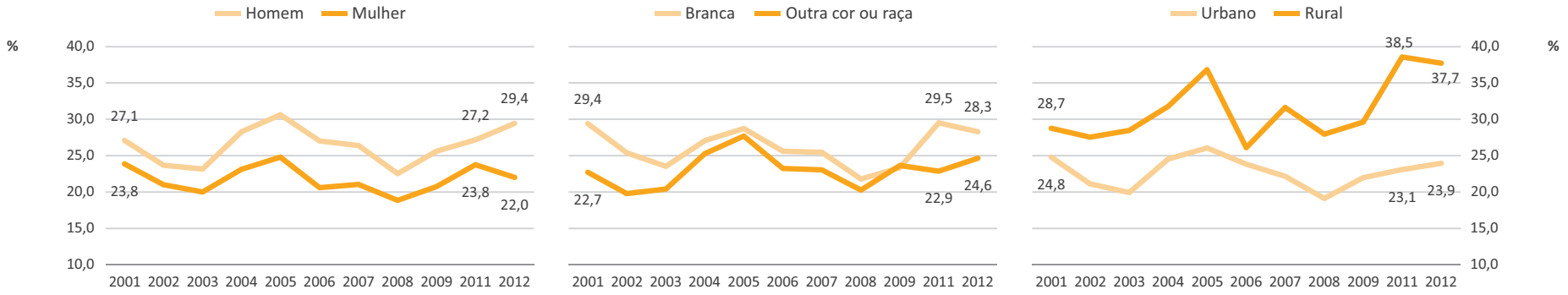
Pessoas sindicalizadas (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

A porcentagem de pessoas sindicalizadas no Espírito Santo, ao longo de todo o período analisado, se mostrou superior aos valores registrados pela região Sudeste e Brasil, tendo estes últimos, no entanto, apresentando uma menor variação em suas taxas. O total de sindicalizados no Espírito Santo alcançou 26,1% em 2012, percentual maior que aquele de 2011, este equivalente ao registrado em 2001. Ademais, em 2012, a sindicalização foi maior entre os homens (29,4%, que continua aumentando) do que entre as mulheres (22,0%, que retraiu em 2012 em relação a 2011) e superior para os auto declarados brancos (28,3%) em relação aos de outra cor ou raça (24,6%). Em 2011 o meio rural apresentou elevado crescimento em sua taxa de sindicalização ao passar de 29,6% em 2009 para 38,5% em 2011, o maior valor da série histórica, mas em 2012 teve uma ligeira queda, para 37,7%.

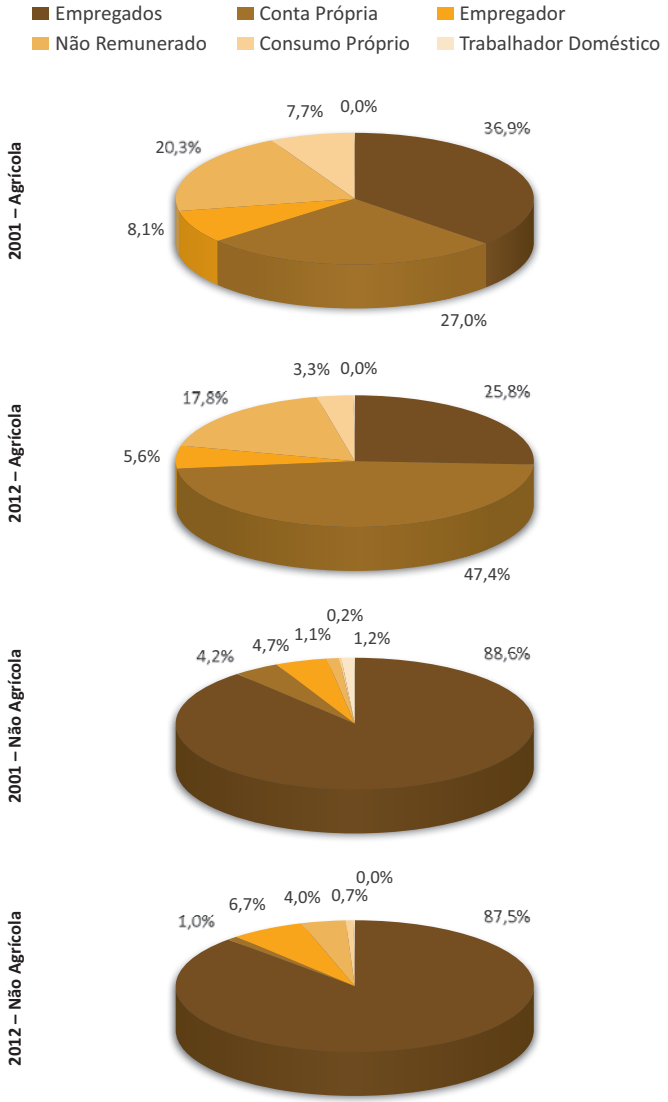
Pessoas sindicalizadas por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

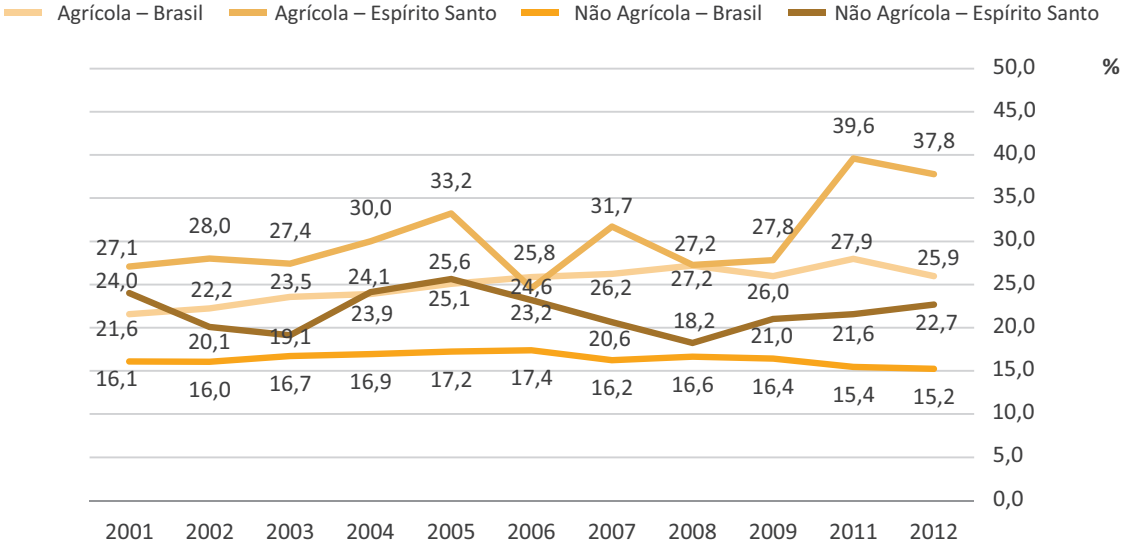
Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola

Pessoas sindicalizadas por atividade agrícola e não agrícola segundo posição na ocupação, ES, 2001 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola (15 anos ou mais), Brasil e Espírito Santo, 2001 a 2012

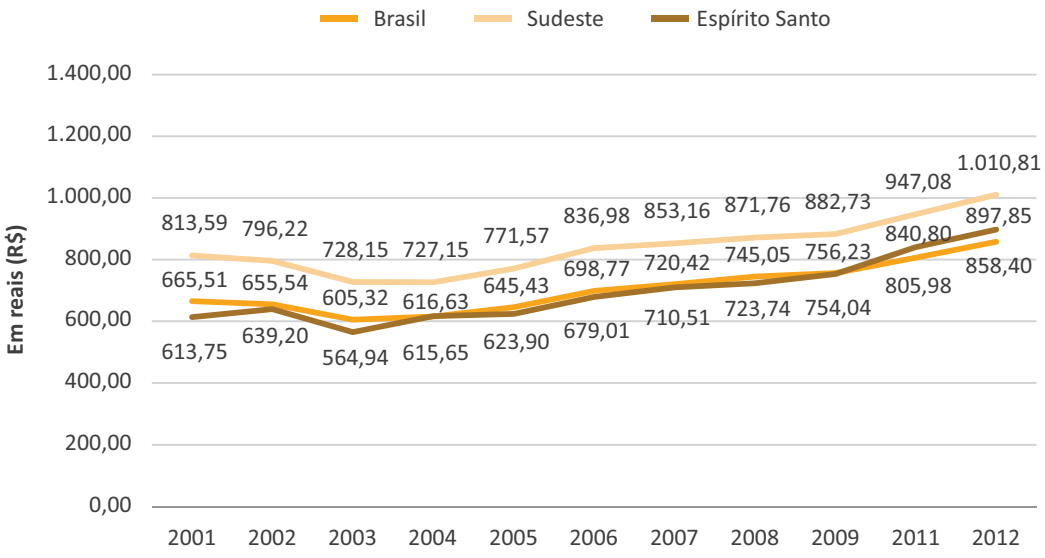


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

A análise de sindicalização por atividade agrícola e não agrícola aponta uma menor sindicalização, de 2012 em relação a 2011, nas atividades agrícolas tanto no Brasil como no Espírito Santo. O maior percentual de pessoas sindicalizadas na atividade agrícola ocorreu em 2011, registrando 39,6% no Espírito Santo e 27,9% no Brasil, caindo em 2012 em ambos os casos para 37,8% e 25,9%, respectivamente. Também se observou crescimento na sindicalização das atividades não agrícolas capixaba, passando de 21,6% em 2011 para 22,7% em 2012; já no Brasil ocorreu declínio, passando de 15,4% em 2011 para 15,2% em 2012. De 2001 para 2012, ocorreu elevado crescimento na participação de trabalhadores por conta própria na sindicalização agrícola, de 27,0% em 2001 para 47,4% em 2012. Já nas atividades não agrícolas o destaque continuou sendo os empregados, registrando uma pequena queda de 88,6% em 2001 para 87,5%, dos sindicalizados em 2012.

Renda média real de todos os trabalhos

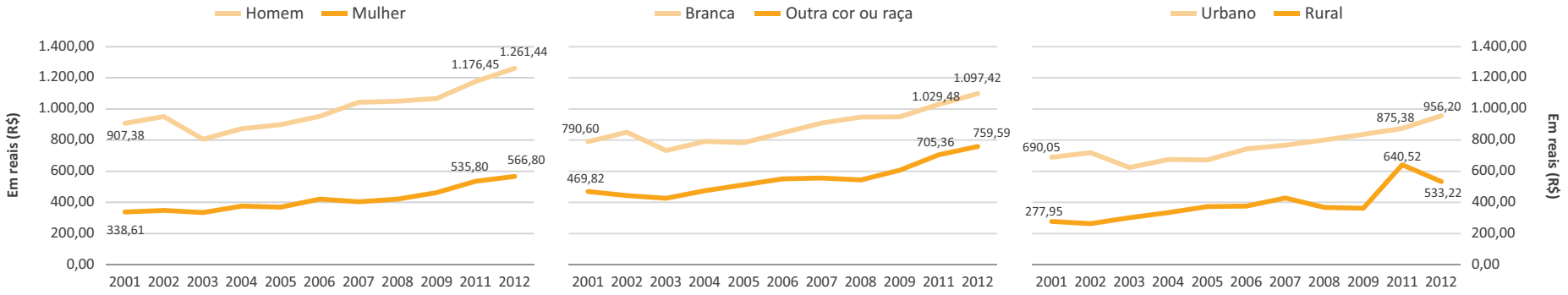
Renda real média de todos os trabalhos (15 anos ou mais), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)

A renda média real (RMR) de todos os trabalhos aumentou a partir de 2003, tanto para o Espírito Santo quanto para a região Sudeste e o Brasil. Os valores da renda de todos os trabalhos mostraram maior proximidade entre o Espírito Santo e Brasil, sendo sempre inferiores aos valores da região Sudeste, com o Espírito Santo ultrapassando o Brasil em 2011 e 2012. O estado apresentou maiores rendas para os homens (sendo 122,6% maior que a renda das mulheres), para os auto declarados como brancos (diferença de 44,5% em relação aos auto declarados como outra cor ou raça), residentes na área urbana (diferença de 79,3% comparado a área rural) todos referentes a 2012.

Renda média de todos os trabalhos por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE)


BANCO CENTRAL DO B
C 0366034530 A
20
REAIS



DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Para acompanhar, por um lado, a situação da renda e, por outro, sua distribuição e determinação em classes econômicas foram analisados os indicadores referentes a proporção de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, a renda domiciliar per capita e o coeficiente de Gini, entre outros indicadores. As séries foram analisadas de maneira que se possa comparar a situação do Espírito Santo com a do Sudeste e a do Brasil, e, em muitos casos as análises contemplam comparações em função do gênero, categoria de cor ou raça e situação do domicílio.

As desigualdades de renda aparecem na agenda da sociedade brasileira de maneira mais significativa na primeira década do século XXI, pois o país passou a apresentar melhoria na distribuição de rendimentos ao longo desse período. Ao mesmo tempo, durante o período de 2001 a 2012, o Espírito Santo apresentou uma tendência de crescimento da renda, redução das desigualdades e, consequentemente, queda nas taxas de pobreza e extrema pobreza.

Atualmente, o Espírito Santo conta com uma proporção de pobres (6,7%) que chega a aproximadamente 1/3 da proporção de pobres do Brasil (18,1%). Em relação a extrema pobreza o estado apresentou intensa redução desse indicador, sendo que essa taxa para o Espírito Santo (2,3%) não chega a metade da média nacional (5,8%).

Para analisar a distribuição da desigualdade de renda, o indicador mais comumente utilizado é o Coeficiente de Gini. Este coeficiente varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade. Entre 2001 e 2012, o estado apresentou uma melhora significativa na distribuição da renda, passando o coeficiente de Gini de 0,583 em 2001, para 0,487 em 2012, o menor nível de desigualdade para o período considerado.

As análises apresentadas tem como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a determinação das classes econômicas utilizou-se a seguinte divisão baseada nas metodologias de Neri (2008)[1] e Rocha (2000)[2]:

Determinação das classes econômicas segundo a renda domiciliar per capita, Espírito Santo, 2012

Classes Econômicas	Renda Domiciliar per capita
AB*	mais de R$ 1.521,62
C	de R$ 352,96 a R$ 1.521,62
D	de R$ 187,28 a R$ 352,96
E**	menos de R$ 187,28

* Buscando manter os quatro níveis de desagregação de renda adotados nas sínteses anteriores, optou-se por agrupar as classes A e B em uma única classe, chamada assim de classe AB.
** A classe econômica E de acordo com o critério de renda domiciliar per capita equivale a pobreza. Para os extremamente pobres, os valores são a metade dos considerados para a classe E.
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

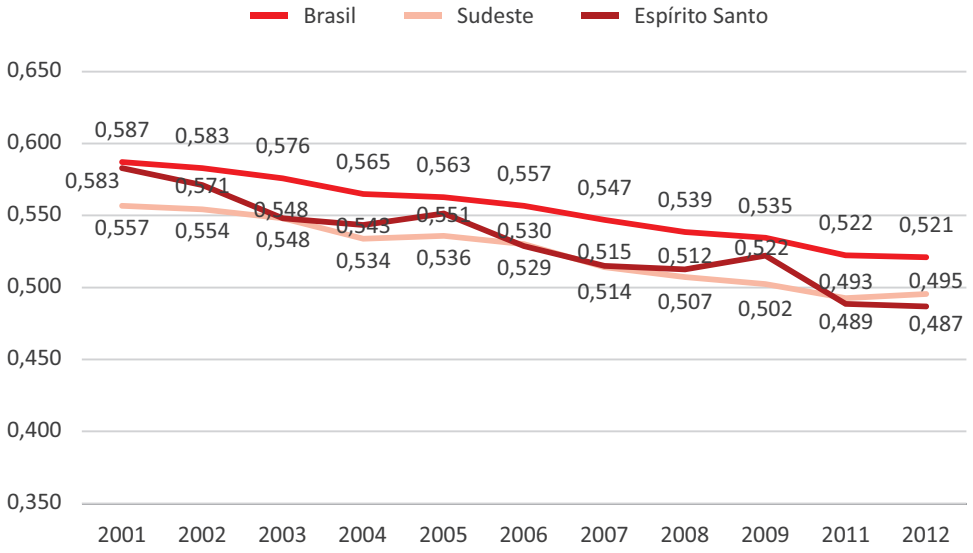
Por meio desses estratos de renda, constatou-se importante redução da taxa de pobreza, de 32,8% em 2001 para 6,7% em 2012, queda de 79,5% no

[1] NERI, M.C. (Coordenação). A nova classe média: O lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro, FGV, 2010.
[2] ROCHA, S. Opções Metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Texto para discussão nº 720. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

período. A redução da pobreza no Espírito Santo ganhou intensidade entre 2009 e 2012, com uma queda de 55,2%. A classe D também apresentou mudanças significativas. Em 2001 representava 24,9% da população, passando, em 2011, para 19,9% e, em 2012, para 19,2%, um total de 673.433 pessoas. Nos últimos dez anos, o maior crescimento foi verificado na classe C. Esta passa a representar, a partir de 2007, mais de 50% da população capixaba, chegando em 2012 a atingir 61,1% da população. A classe econômica AB equivalia a 7,8% da população em 2001, passando para 11,7% em 2011 e 13,0% em 2012. Este aumento em 2012 significou um total de 61.596 pessoas entrando nessa classe econômica.

Coeficiente de Gini

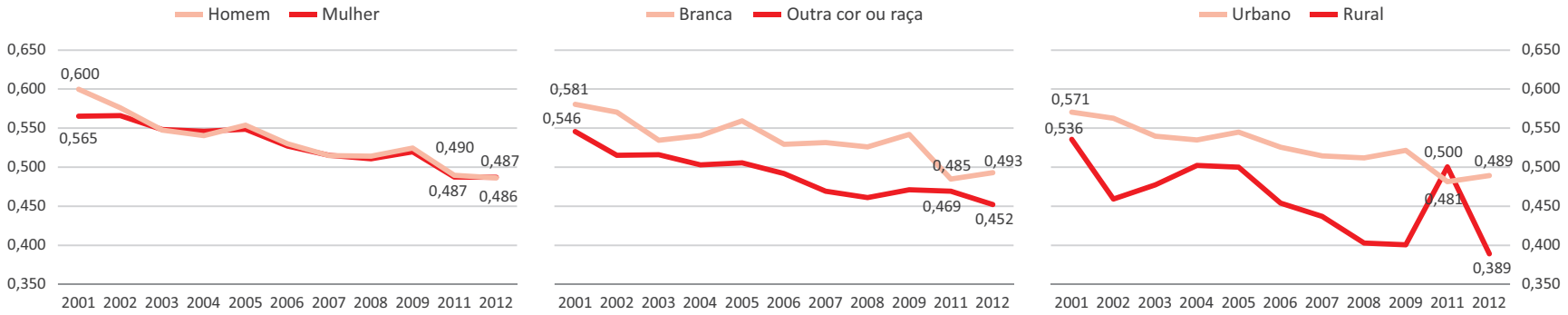
Coeficiente de Gini, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A queda desse indicador no período de 2001 a 2012 representou para o Espírito Santo um declínio de 16,5% no índice de Gini, muito embora, tenham ocorrido dois períodos de uma rápida concentração de renda no estado: entre 2004 e 2005, passando de 0,543 para 0,551, e em seguida, entre 2008 e 2009, passando de 0,512 para 0,522. Entre homens (0,486) e mulheres (0,487) este indicador possui trajetória e nível bastante próximos. Entre as pessoas brancas, de 2011 a 2012 houve um aumento na concentração de renda, passando de 0,485 para 0,493. Já entre as pessoas de outra cor ou raça a concentração de renda continuou a apresentar uma tendência declinante, ou seja, a desigualdade caiu de 0,469 em 2011 para 0,452 em 2012. Em relação à área urbana e rural, observa-se em 2012, uma desigualdade de renda maior na área urbana (0,489) do que na área rural (0,389), com destaque para a redução ocorrida na área rural entre 2011 (0,500) e 2012 (0,389) de aproximadamente 23%.

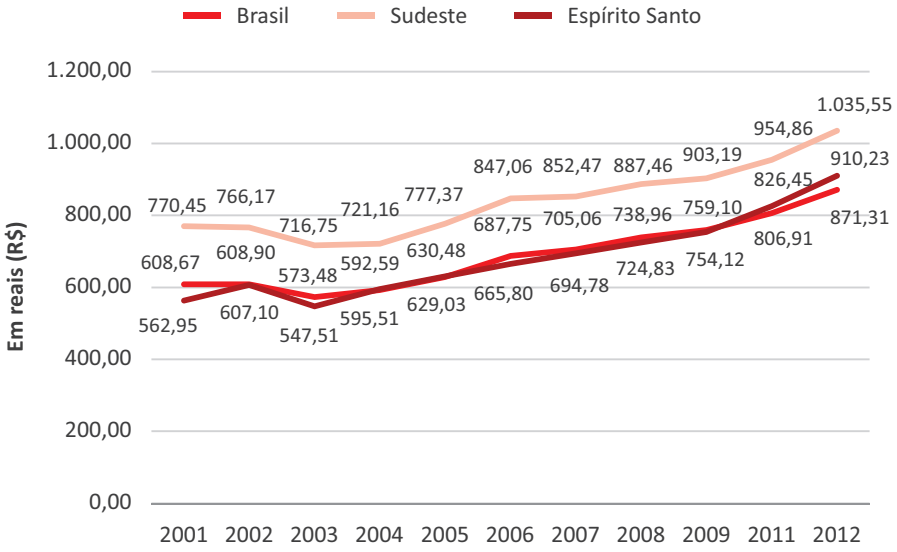
Coeficiente de Gini por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

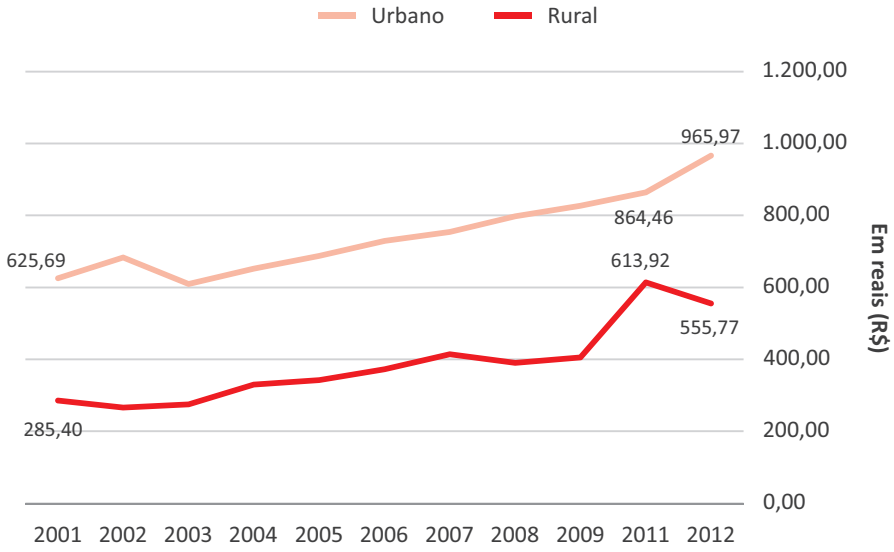
Renda média domiciliar per capita real

Renda média domiciliar per capita real (R$), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Renda média domiciliar per capita real (R$) por situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012

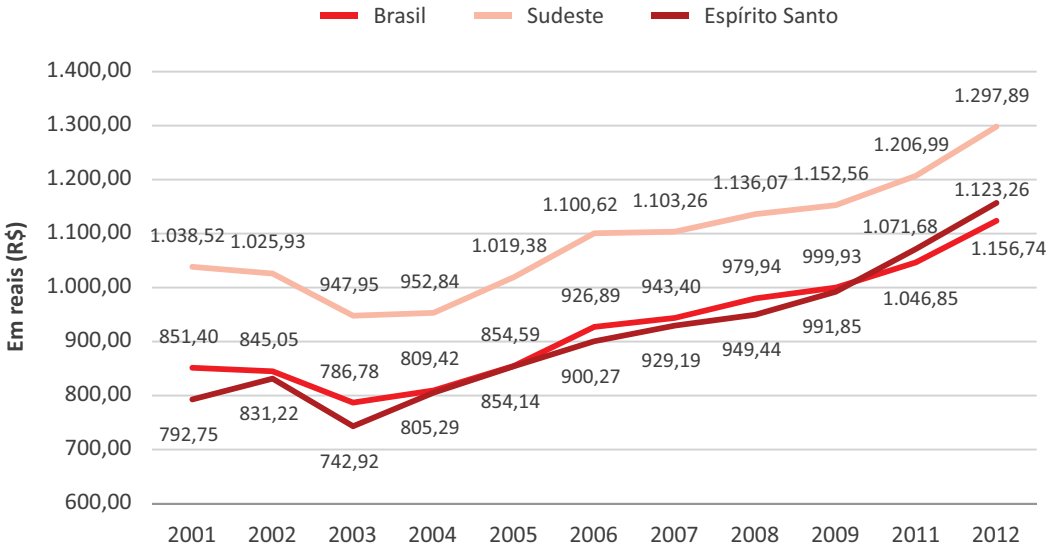


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A Renda domiciliar per capita real apresentou comportamento positivo a partir de 2003, tanto para o estado quanto para a região Sudeste e o Brasil. Os valores apresentados pelo Espírito Santo, em 2012, foram superiores aos apresentados pelo Brasil, mas inferiores aos valores da região Sudeste. A diferença entre a renda domiciliar do Espírito Santo e da região Sudeste alcançou 13,8% em 2012. Além disso, em 2012, o Espírito Santo apresentou maiores rendas para os residentes na área urbana, 73,8% acima da renda na área rural.

Renda média real de todas as fontes

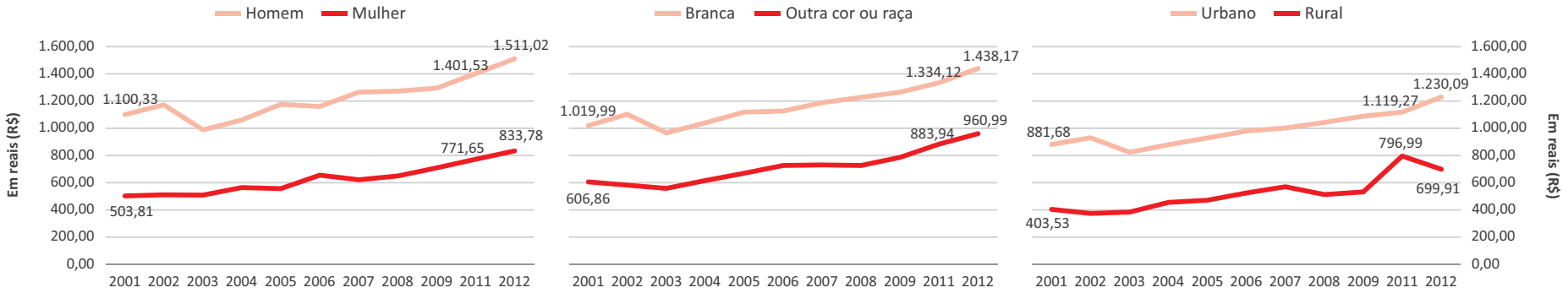
Renda média real de todas as fontes (R$), pessoas de 15 anos ou mais de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A renda média real (RMR) de todas as fontes apresentou crescimento desde 2003, tanto para o Espírito Santo quanto para a região Sudeste e o Brasil. Os valores mostram que a renda no Espírito Santo apresenta trajetória e níveis bastante próximos a renda real média brasileira, porém os valores para o estado foram inferiores, no período analisado, aos valores observados na região Sudeste. A diferença entre a RMR de todas as fontes da região Sudeste com relação ao Espírito Santo alcançou 12,2% em 2012. Uma análise mais detalhada para o estado mostrou, em todo o período, maiores rendas para os homens (diferença, em 2012, de 81,2% com relação às mulheres), os auto declarados como brancos (diferença de 49,7% maior que os auto declarados como outra cor ou raça), e os residentes na área urbana (diferença de 75,8% para os residentes na área rural).

Renda média real de todas as fontes (R$) por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo (15 anos ou mais de idade), 2001 a 2012

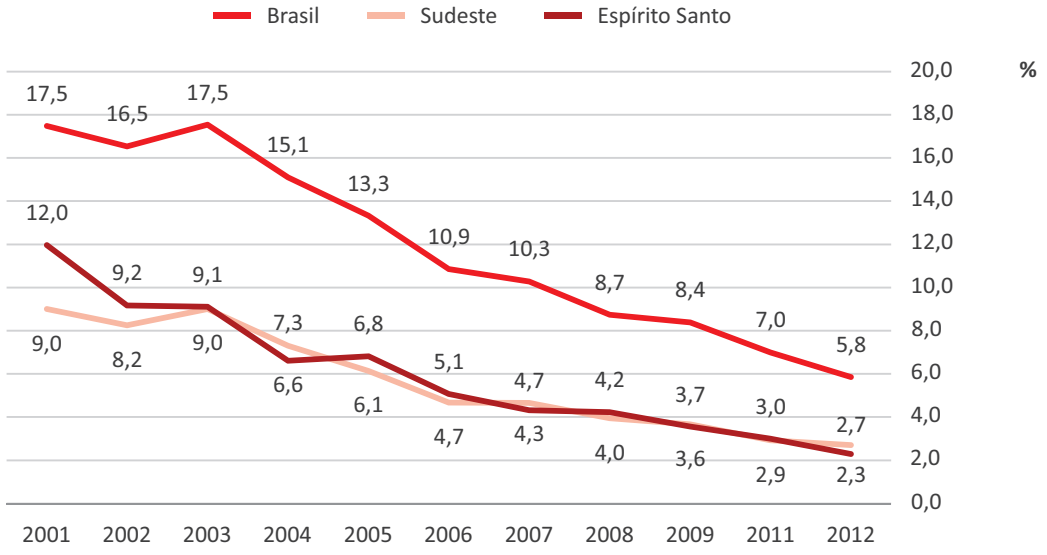


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Extremamente pobres

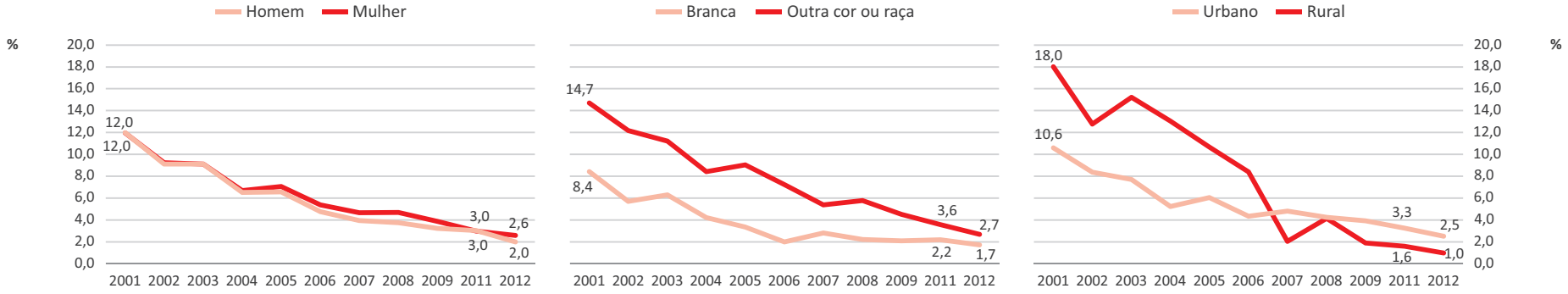
Entre 2001 e 2012 o Espírito Santo apresentou intensa redução na proporção da população extremamente pobre. Para o primeiro ano analisado, 12,0% da população do Estado se encontravam em situação de extrema pobreza. Já em 2011 e 2012, foram registradas as taxas de 3,0% e 2,3%, respectivamente. Em 2012, o Espírito Santo possuía proporção de extremamente pobres abaixo da do Brasil (5,8%) e da Região Sudeste (2,7%). Entre homens (2,0%) e mulheres (2,6%) este indicador apresentou trajetória e níveis bastante próximos. Entre as pessoas brancas (1,7%) houve menor porcentagem de extremamente pobres do que entre os de outra cor ou raça (2,7%), contudo esta diferença vem declinando desde 2008. A área rural (1,0%) alcançou maior velocidade na diminuição da extrema pobreza quando comparada, respectivamente, a área urbana (2,5%).

Porcentagem de pessoas extremamente pobres, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

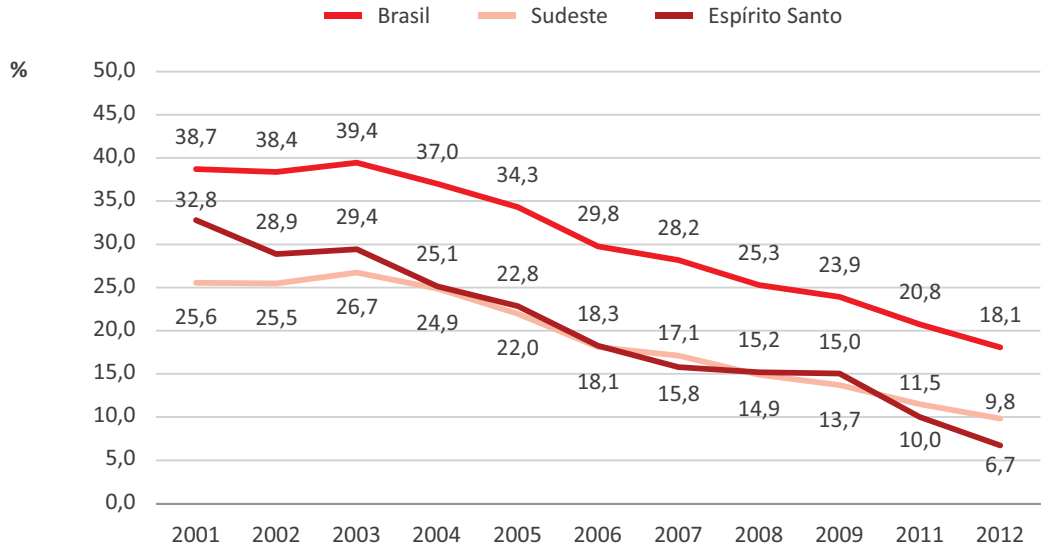
Porcentagem de extremamente pobres por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Pobres

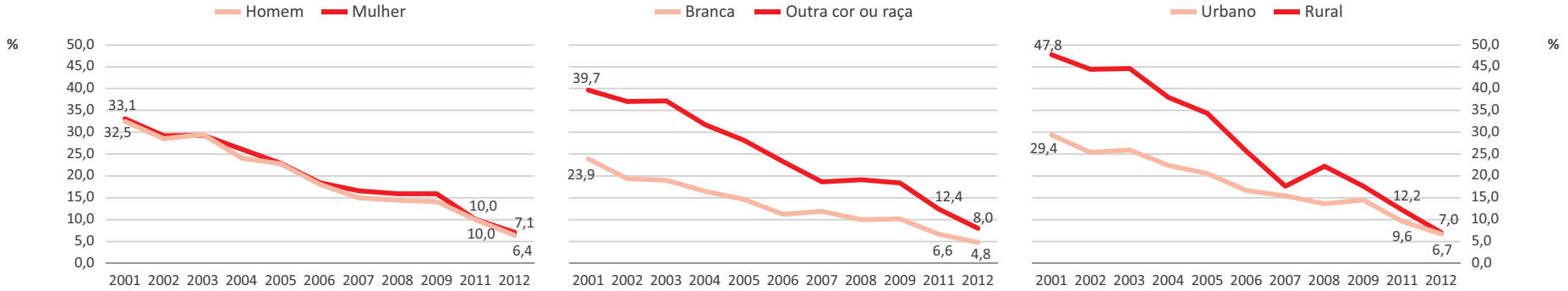
Porcentagem de Pobres, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

No Espírito Santo ocorreu importante redução da taxa de pobreza, de 32,8% em 2001 para 6,7% em 2012, queda de 79,5% no período. A redução da pobreza no estado ganhou intensidade entre 2009 e 2012, com uma queda de 55,2%. Em 2012, verificou-se no Espírito Santo uma proporção de pobres abaixo da Região Sudeste (9,8%) e da Nacional (18,1%). A proporção de homens pobres (6,4%) foi ligeiramente inferior a das mulheres (7,1%). Entre as pessoas brancas (4,8%) houve menor porcentagem de pobres do que entre os de outra cor ou raça (8,0%), mas esta diferença vem diminuindo desde 2009. A área rural (7,0%) apresentou maior velocidade de diminuição da pobreza quando comparada, respectivamente, com a área urbana (6,7%).

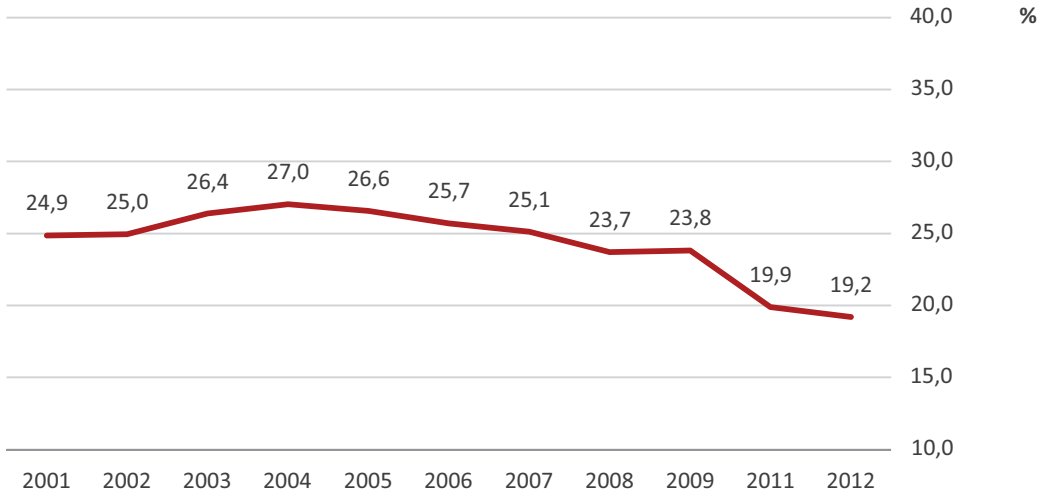
Porcentagem de pobres por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

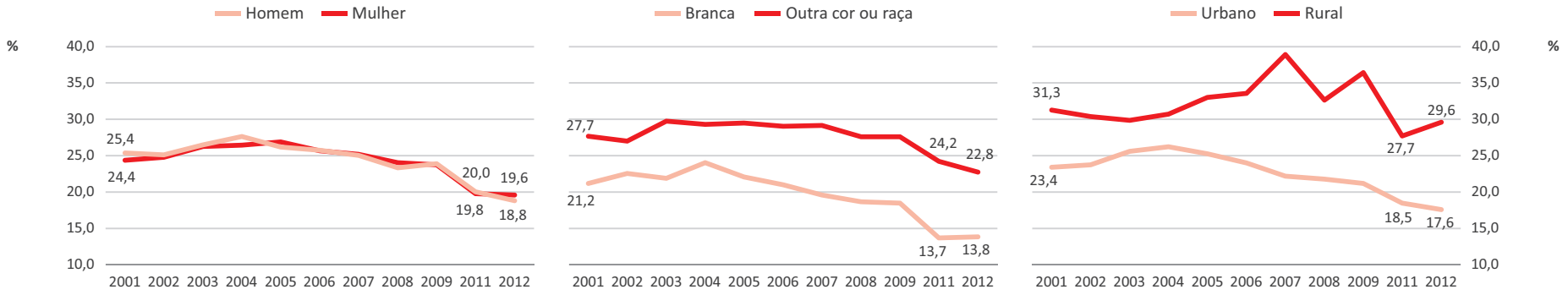
No Espírito Santo ocorreu redução da porcentagem de pessoas pertencentes a classe D, de 24,9% em 2001 para 19,2% em 2012. A proporção de homens na classe D (18,8%) foi inferior à proporção de mulheres (19,6%). Entre as pessoas brancas (13,8%) houve menor porcentagem na classe D do que entre as pessoas de outra cor ou raça (22,8%), e esta diferença diminuiu no último ano. A área rural (29,6%) e urbana (17,6%), entre 2001 e 2012, apresentaram reduções na proporção de pessoas na classe D de 1,7 p.p. e 5,8 p.p., respectivamente.

Porcentagem de pessoas na classe D, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

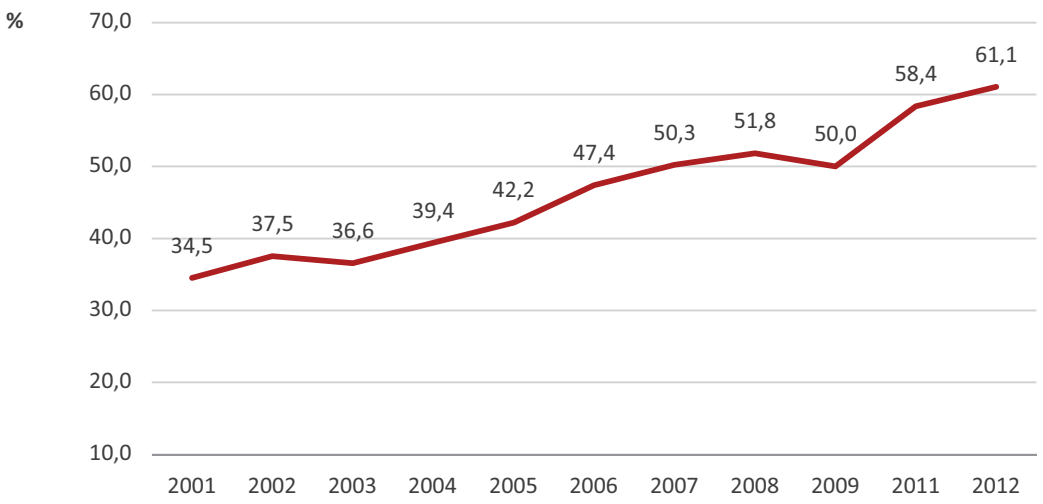
Porcentagem de pessoas na classe D por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Classe C

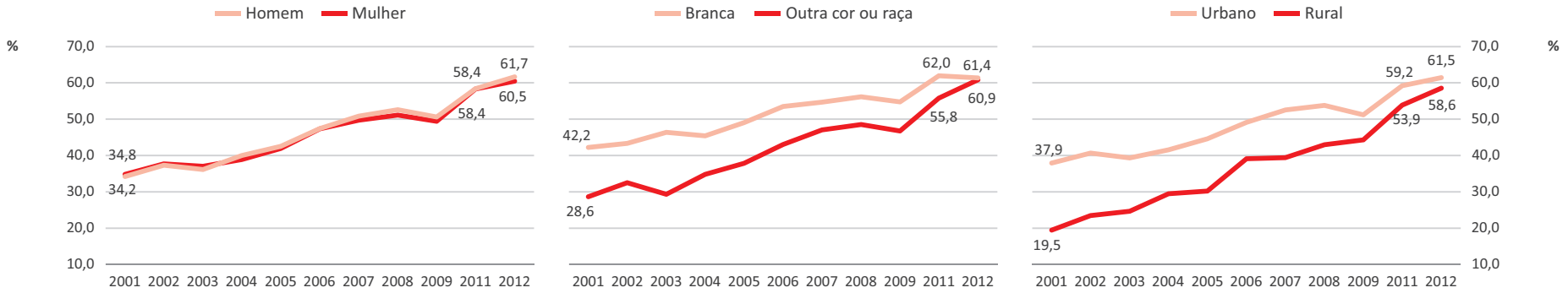
Porcentagem de pessoas na classe C, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

No Espírito Santo ocorreu importante elevação da classe C, de 34,5% em 2001 para 61,1% em 2012. Entre os homens (61,7%) houve maior porcentagem de pessoas na classe C do que entre as mulheres (60,5%), muito embora esse indicador apresente trajetória e valores muito próximos ao longo do período. A proporção de pessoas brancas na classe C (61,4%) esteve próxima à proporção de pessoas de outra cor ou raça (60,9%). A área urbana (61,5%) apresentou maior proporção de indivíduos na classe C quando comparada a área rural (58,6%).

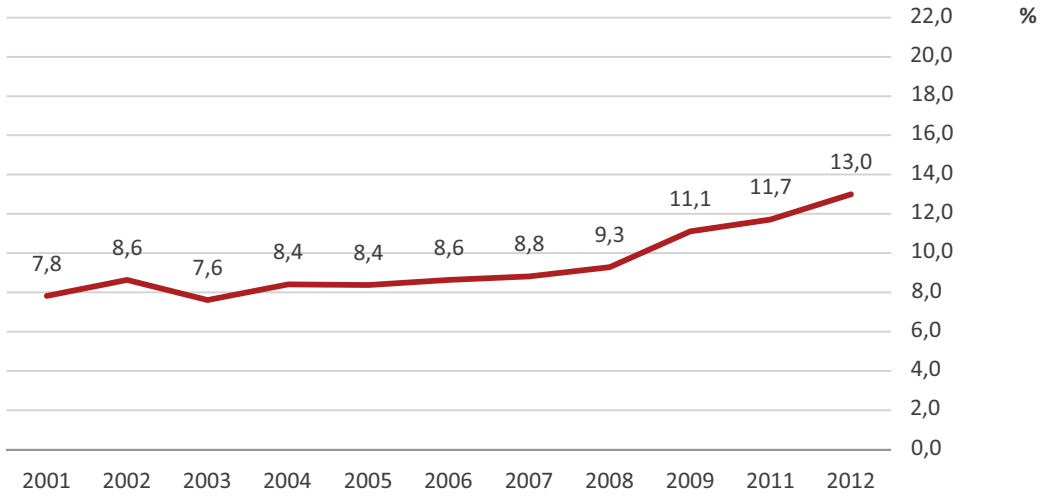
Porcentagem de pessoas na classe C por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

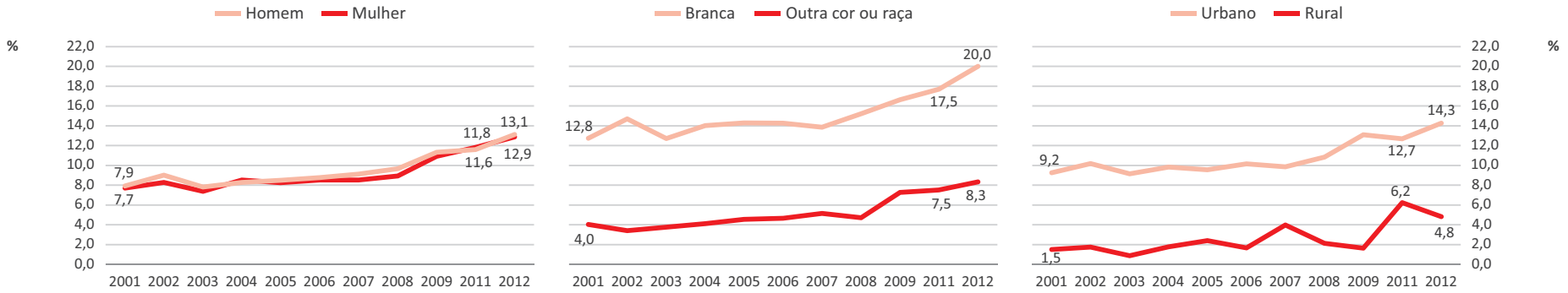
No Espírito Santo ocorreu elevação da proporção de pessoas pertencentes a classe AB, de 7,8% em 2001 para 13,0% em 2012. A proporção de homens nessa classe (13,1%) esteve próxima à proporção de mulheres (12,9%). Na classe AB houve maior porcentagem entre as pessoas brancas (20,0%) do que entre as pessoas de outra cor ou raça (8,3%), diferença que se manteve praticamente constante ao longo do período. A área urbana (14,3%) apresentou proporção maior de pessoas na classe AB do que a área rural (4,8%), sendo que essa diferença se acentuou no último ano.

Porcentagem de pessoas na classe AB, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Porcentagem de pessoas na classe AB por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).





EDUCAÇÃO

Nesta seção apresentamos os indicadores de educação com base nos dados das PNAD's de 2001 a 2012 e Censo Escolar de 2012. É fato estilizado que muitos dos indicadores apresentados nesta síntese decorrem diretamente do nível educacional de uma determinada região, sendo que uma melhor situação educacional implica em melhores condições de vida, principalmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho.

A evolução destes indicadores nos últimos onze anos mostra que a situação educacional do Espírito Santo vem melhorando consistentemente, apresentando em geral indicadores melhores do que a média nacional. A escolaridade média da população de 25 anos ou mais saiu de 6 anos de estudo em 2001 para 7,8 anos em 2012. A taxa de analfabetismo, que era de 11,5% em 2001 passou para 6,7% em 2012, ou seja, em onze anos caiu em aproximadamente 41%, e dado que o ensino fundamental está praticamente universalizado é meramente questão de tempo até o analfabetismo ser reduzido a níveis mínimos.

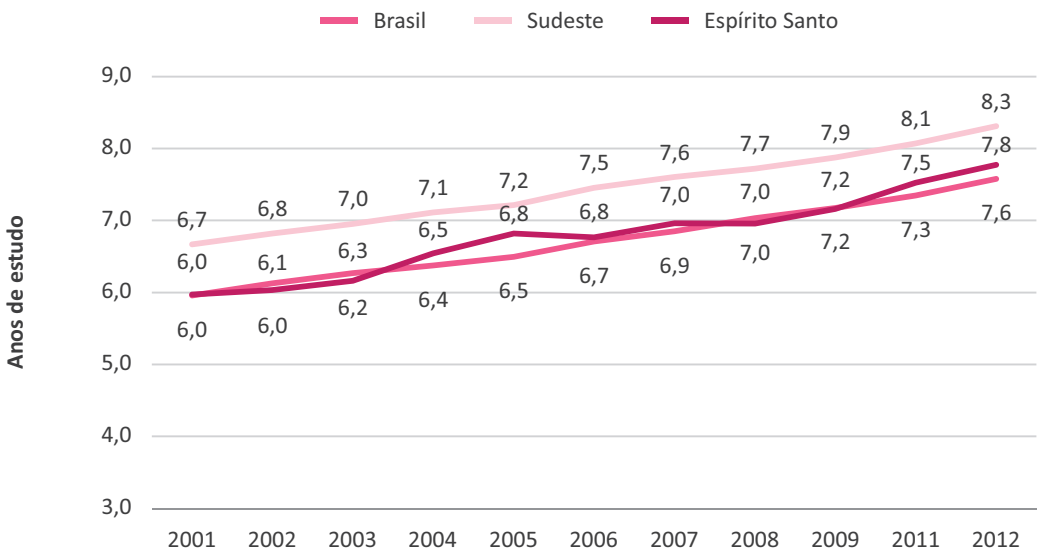
Uma situação um pouco mais delicada é a do analfabetismo funcional, que, segundo a definição do IBGE, são pessoas com menos de 4 anos de escolarização formal. Em 2001 esta proporção era de 24,9% entre as pessoas de 15 anos ou mais e em 2012 este número caiu para 15,3%; é uma redução expressiva, mas ainda é um número considerado alto.

Os dados também nos mostram que as crianças e adolescentes do estado entre 7 e 14 anos estão quase todos frequentando a escola (97,9%), embora este resultado tenha sido inferior ao observado tanto para o Brasil quanto para a região Sudeste. Entre os jovens de 15 a 17 anos do Espírito Santo 81,8% frequentam a escola, este número também é ligeiramente inferior à frequência observada tanto para o sudeste quanto para o Brasil, no entanto cabe a observação de que em torno de 42% dos estudantes de 15 a 17 anos que deveriam estar matriculados no ensino médio, estão na realidade, frequentando o ensino fundamental.

Em relação à taxa de distorção idade-série, o Espírito Santo tem muito a evoluir. Apesar da maioria das crianças e adolescentes estarem frequentando a escola, as taxas para o ensino fundamental chegam a atingir mais de 25% em determinadas etapas e chegou a atingir 32,9% no primeiro ano do ensino médio, o que indica que em alguns casos mais de um quarto dos estudantes estão atrasados em relação ao ano que deveriam estar cursando.

Escolaridade Média das pessoas de 25 anos ou mais

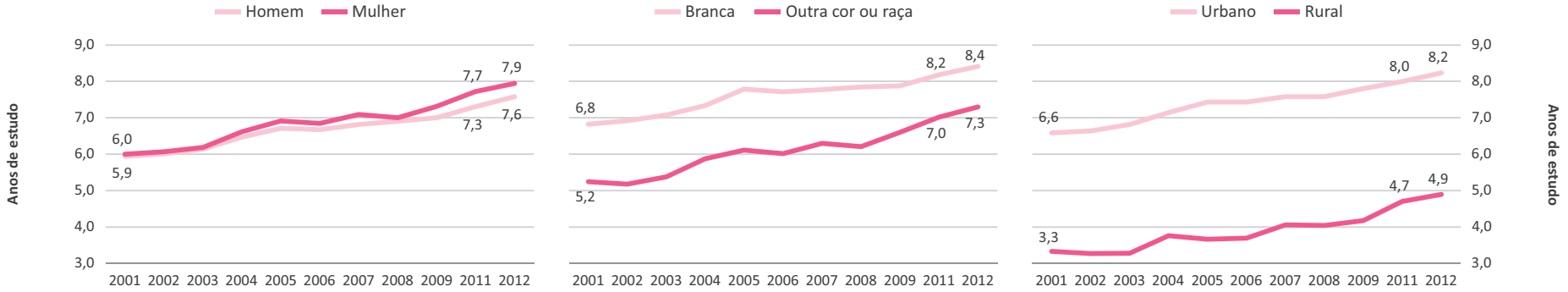
Escolaridade média (em anos de estudo) das pessoas com 25 anos ou mais de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A escolaridade média das pessoas de 25 anos ou mais no Espírito Santo aumentou de 6,0 anos de estudo, em 2001, para 7,8 anos de estudo, em 2012. Em termos comparativos, observou-se que a escolaridade média para o Espírito Santo foi superior à média brasileira, porém inferior à média da região Sudeste. Em 2012, ao se comparar a média de escolaridade entre homem e mulher no Espírito Santo, verificou-se que a média das mulheres (7,9) foi sempre superior à dos homens (7,6). Além disso, em 2012 a escolaridade média dos brancos (8,4) foi superior aos de outra cor ou raça (7,3). A população residente na área urbana possuía média de escolaridade superior à da área rural, respectivamente 8,2 e 4,9 anos de estudo.

Escolaridade média (em anos de estudo) das pessoas de 25 anos ou mais por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012

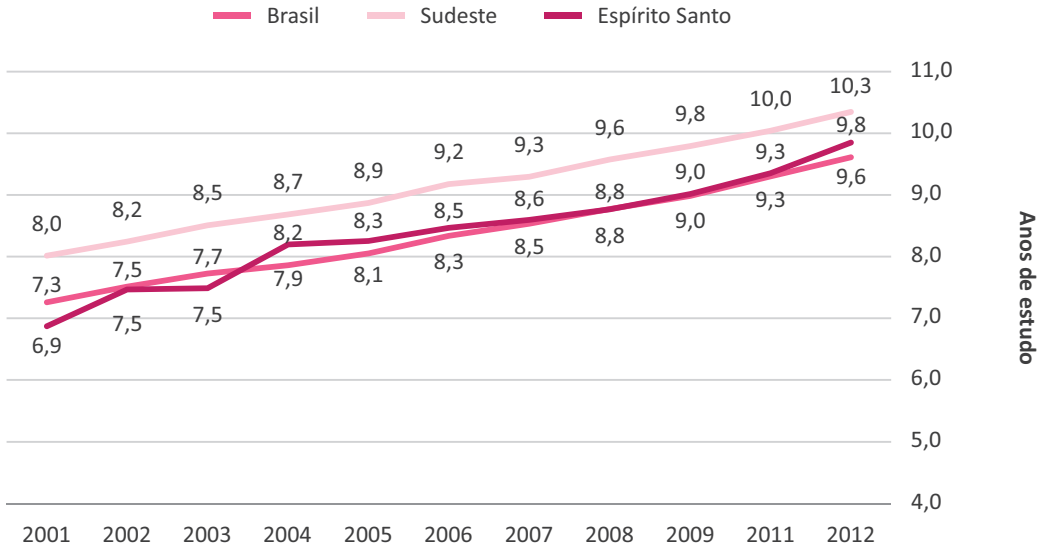


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos

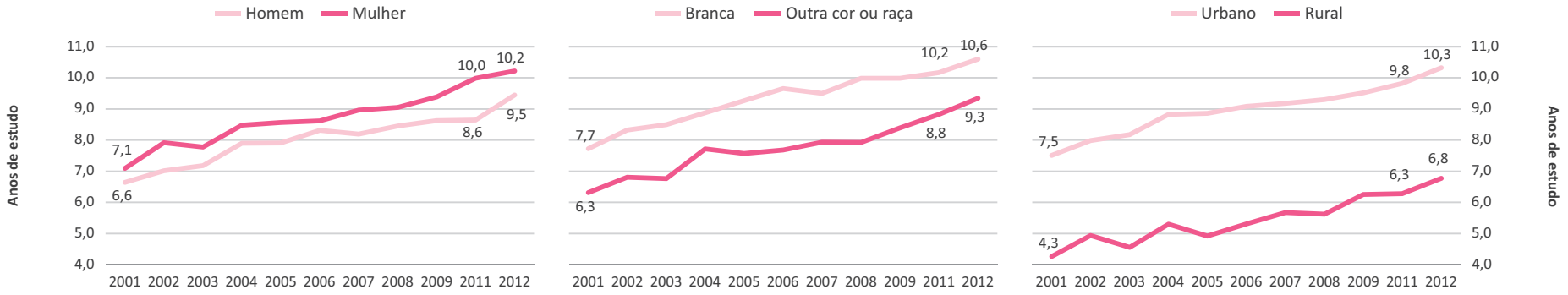
A escolaridade média dos adultos entre 25 e 34 anos no Espírito Santo aumentou de 6,9 anos de estudo, em 2001, para 9,8 anos de estudo, em 2012. Comparativamente, em 2012, observou-se que a escolaridade média para a faixa de idade considerada para o Espírito Santo (9,8) foi próxima à média brasileira (9,6), porém inferior à média da região Sudeste (10,3). Ao se comparar a média de escolaridade entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificou-se que a escolaridade média das mulheres (10,2) foi sempre superior à dos homens (9,5). A escolaridade média para os indivíduos que se declararam brancos (10,6) foi superior ao de outra cor ou raça (9,3). A população residente na área urbana possuía uma média de escolaridade de 10,3 anos de estudo, superior à média da área rural de 6,8.

Escolaridade média (em anos de estudo) das pessoas de 25 a 34 anos de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

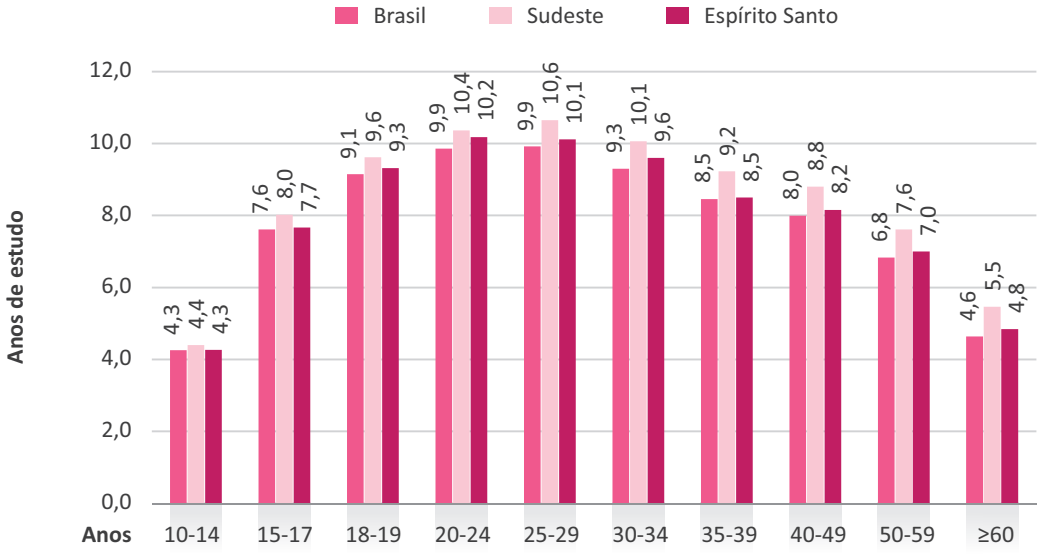
Escolaridade média (em anos de estudo) das pessoas de 25 a 34 anos de idade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Anos de estudo segundo faixas de idade

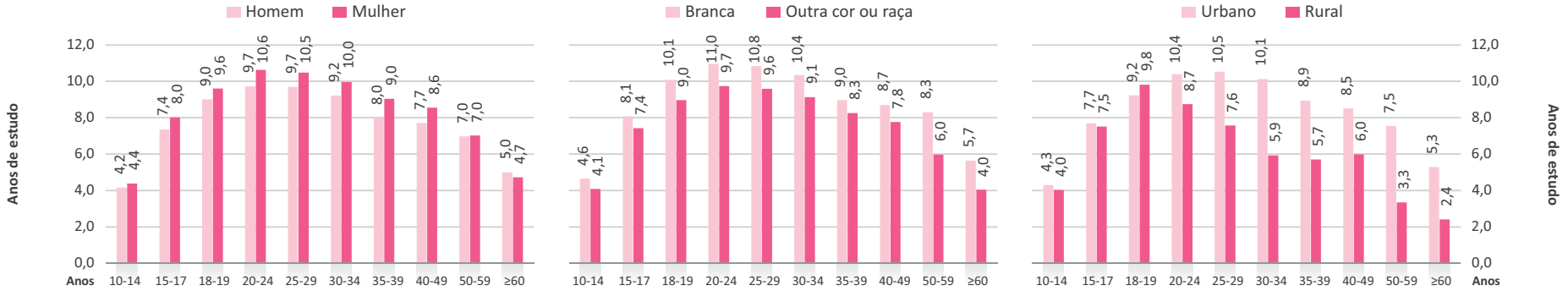
Número médio de anos de estudo segundo faixas de idade, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

No Espírito Santo, os jovens na faixa etária de 20 a 24 anos apresentaram, em média, 10,2 anos de estudo, valor superior à média nacional (9,9), porém inferior à região Sudeste (10,4). Na faixa etária de 25 a 29 anos observou-se que a média verificada para o Espírito Santo (10,1) foi superior à média nacional (9,9) e menor que a observada para a região Sudeste (10,6). No Espírito Santo, o número de anos de estudo nas faixas mais jovens (18 a 34 anos) foi superior ao das faixas etárias mais avançadas (35 anos ou mais), o que sugere aumento da escolarização média nos próximos anos. Ao se comparar a média de anos de estudo entre homens e mulheres, verificou-se que a mesma foi sempre superior para as mulheres, com exceção da faixa de idade de 60 anos ou mais. Para os indivíduos de cor branca o número médio de anos de estudo também foi superior aos indivíduos de outra cor ou raça. A população residente na área urbana também apresentou maior escolaridade média em relação à área rural.

Número médio de anos de estudo segundo faixas de idade por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012

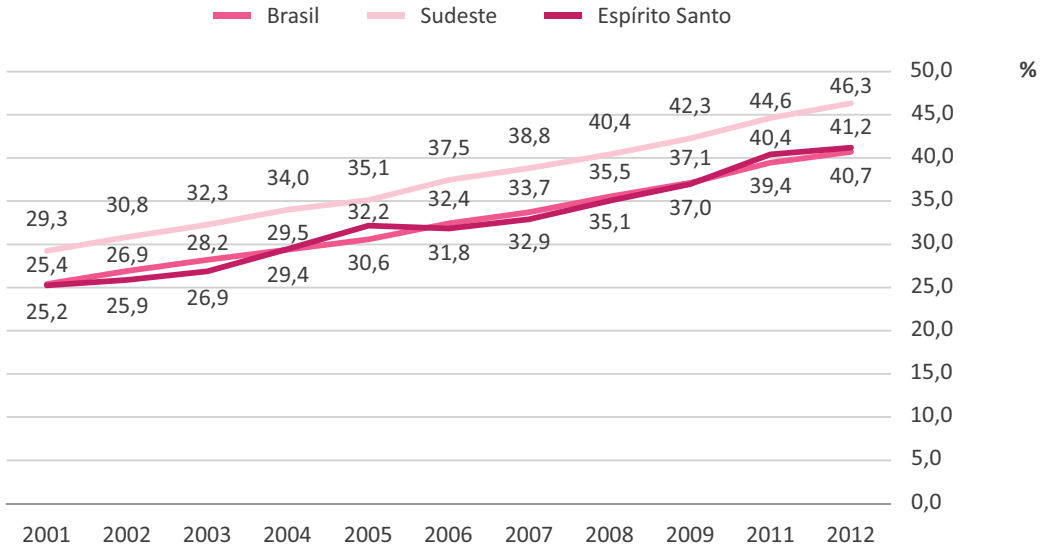


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo

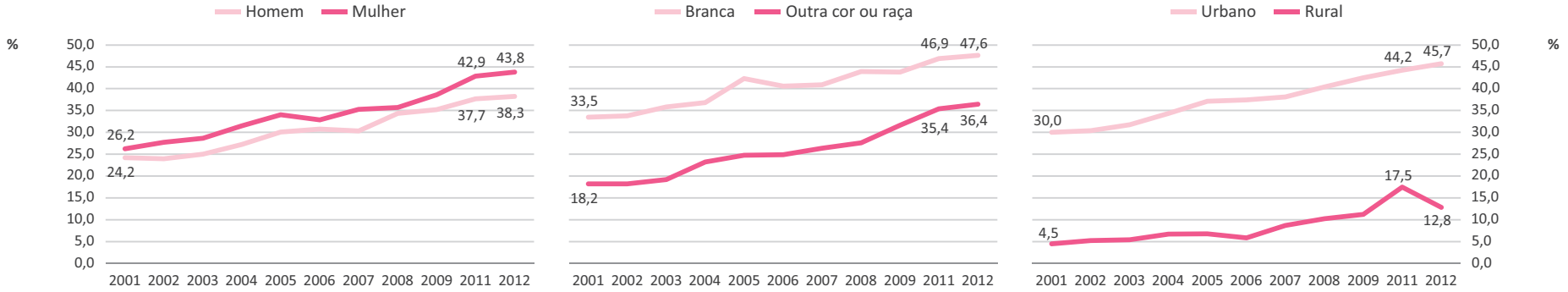
A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo no Espírito Santo apresentou tendência de crescimento no período de 2001 a 2012, passando de 25,2%, em 2001, para 41,2%, em 2012. Comparativamente ao Brasil, o Espírito Santo apresentou uma maior proporção de pessoas com 11 anos de estudo, mas em relação ao sudeste, esta foi menor. Em 2012, ao se comparar a proporção entre homens (38,3%) e mulheres (43,8%) no Espírito Santo, verificou-se que a mesma foi sempre superior para as mulheres. A proporção foi maior entre os brancos (47,6%) do que entre os de outra cor ou raça (36,4%). A população residente na área urbana também apresentou maior proporção de pessoas na faixa de idade considerada e com 11 anos ou mais de estudo em relação à área rural, respectivamente 45,7% e 12,8%.

Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

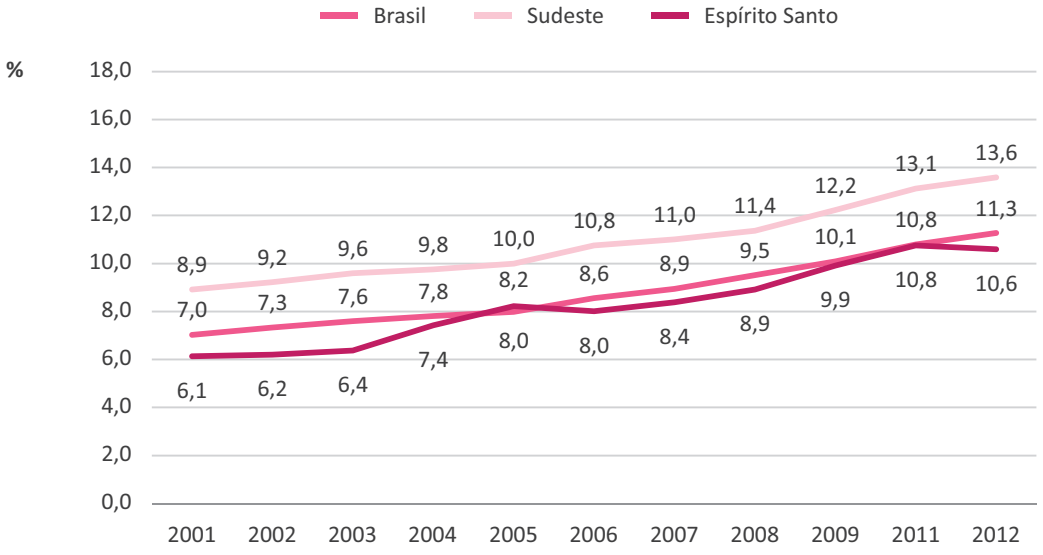
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo

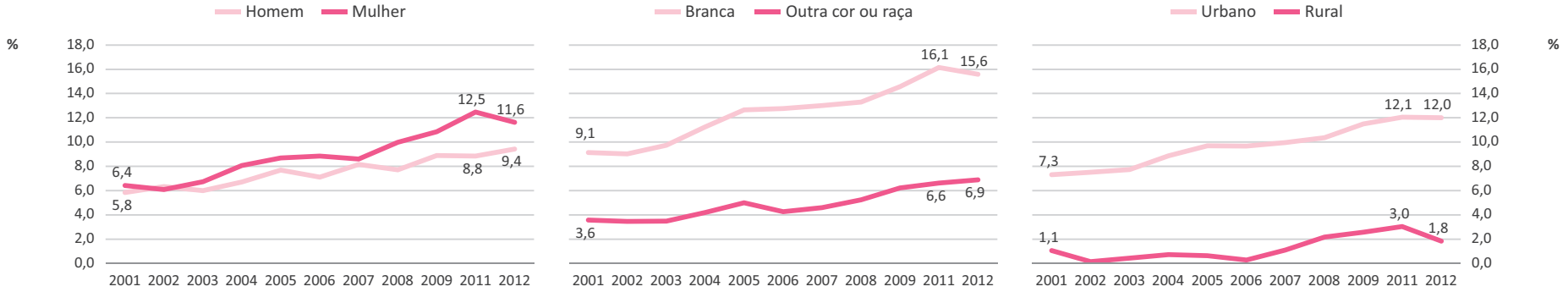
Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo (escolarização que teoricamente corresponde ao ensino superior completo) no Espírito Santo apresentou tendência de crescimento no período, aumentando de 6,1%, em 2001, para 10,6%, em 2012. Comparativamente ao país e à região Sudeste, observou-se uma menor proporção ao longo do período, exceto em 2005, quando superou o Brasil (8,0%) e alcançou o valor de 8,2%. Em relação a 2012, a proporção para o Estado foi de 10,6%, superior à proporção encontrada para o Brasil (11,3%) e inferior à região Sudeste (13,6%). Ao se comparar essa proporção entre homens (9,4%) e mulheres (11,6%) no Espírito Santo, em 2012, verificou-se que a mesma foi superior para as mulheres. Neste quesito, a população que se declarou branca (15,6%) apresentou uma proporção superior aos de outra cor ou raça (6,9%). Os residentes na área urbana (12,0%) apresentaram uma maior proporção de pessoas na faixa de idade considerada e com 15 anos ou mais de estudo em relação à área rural (1,8%).

Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudo por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012

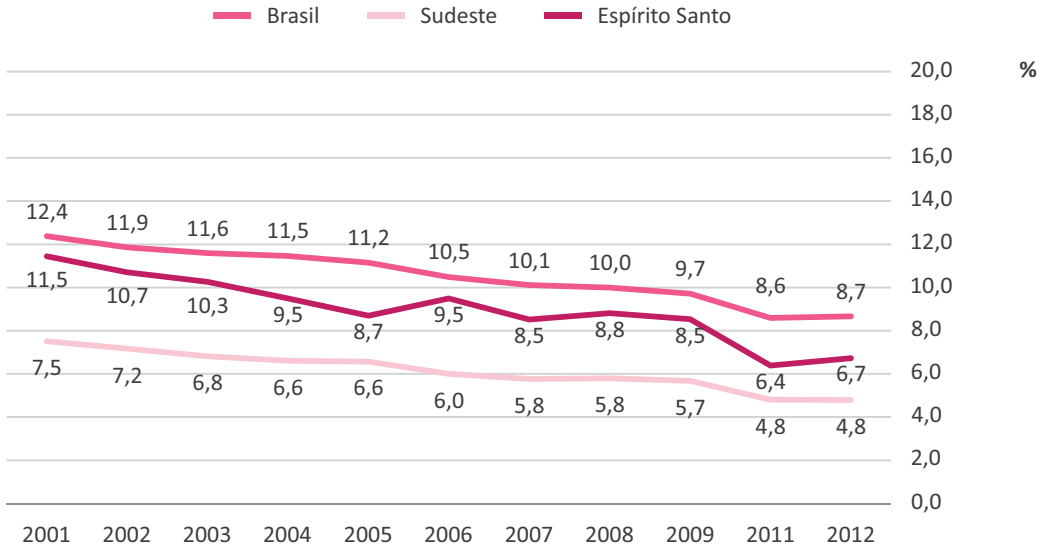


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de analfabetismo

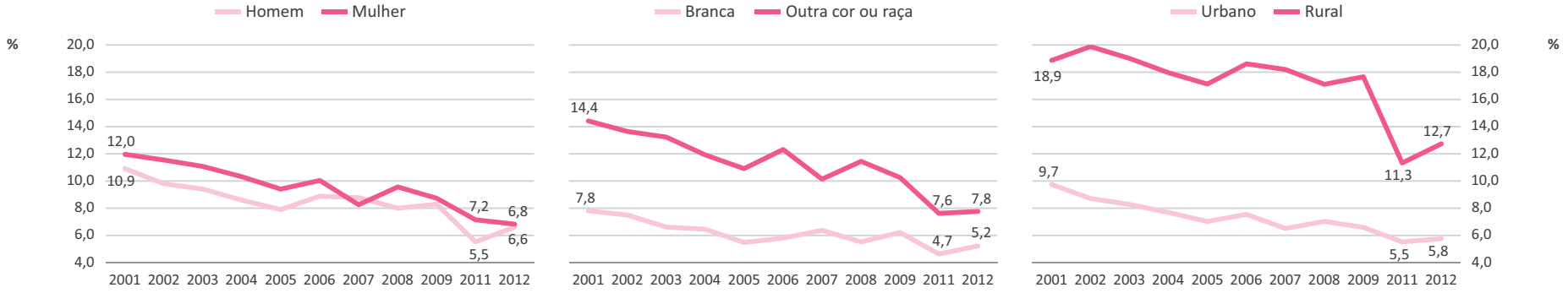
No período 2001-2012, a taxa de analfabetismo apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo a taxa de analfabetismo passou de 11,5% em 2001 para 6,7% em 2012, o que representa uma redução de aproximadamente 42% ao longo deste período. O analfabetismo foi superior entre as mulheres (6,8%), entre os homens foi de 6,6%. Além disso, a taxa de analfabetismo foi inferior entre os indivíduos autodeclarados brancos (5,2%) em relação aos que se declararam de outra cor ou raça (7,8%). A população residente na área urbana apresentou menor proporção de analfabetos em relação à área rural, respectivamente 5,8% e 12,7%.

Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais de idade), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

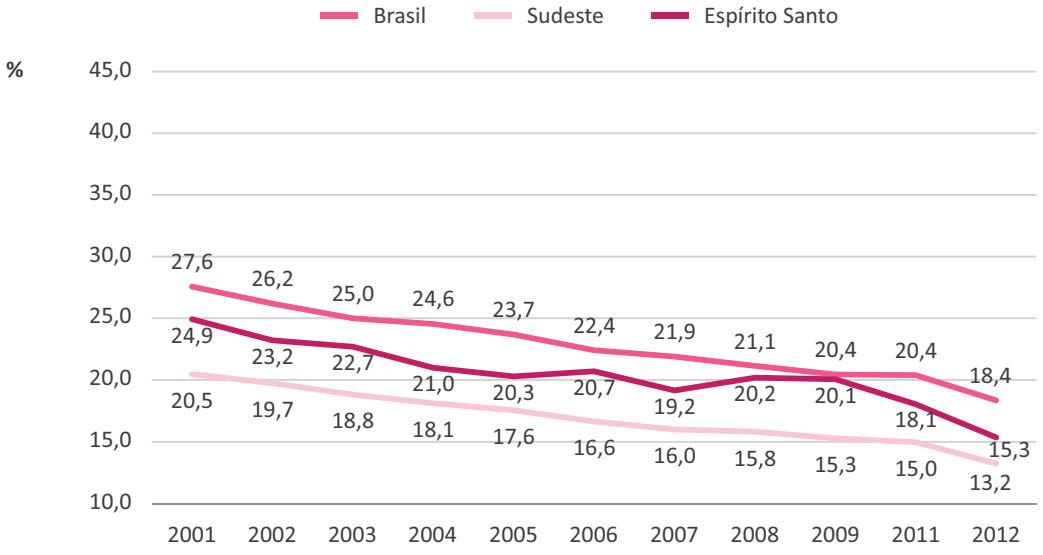
Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais de idade) por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de analfabetismo funcional

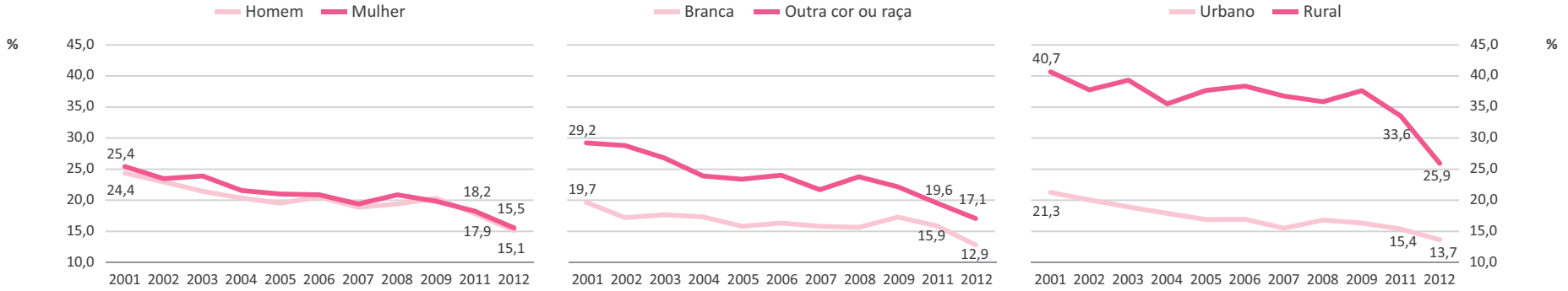
Taxa de analfabetismo funcional (pessoas com 15 anos ou mais de idade), Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A taxa de analfabetismo funcional representa a proporção de pessoas que não completaram o primeiro ciclo de quatro anos do ensino fundamental. No período 2001-2012, esta taxa também apresentou tendência decrescente para o Espírito Santo, Sudeste e Brasil. No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo funcional passou de 24,9% em 2001 para 15,3% em 2012 (redução de 38,6%), atingindo o menor nível de sua série histórica neste mesmo ano. O analfabetismo funcional no estado, em 2012, ficou 2,1 p.p. acima da região Sudeste e 3,1 p.p. abaixo do Brasil. Observam-se valores sempre superiores para as mulheres (exceto no ano de 2009). Além disso, os indivíduos que se declararam de cor branca apresentaram uma taxa menor (12,9%) se comparados aos de outra cor ou raça (17,1%). A população residente na área urbana também apresentou uma taxa menor de analfabetos funcionais (13,7%) em relação à área rural (25,9%).

Taxa de analfabetismo funcional por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 a 2012

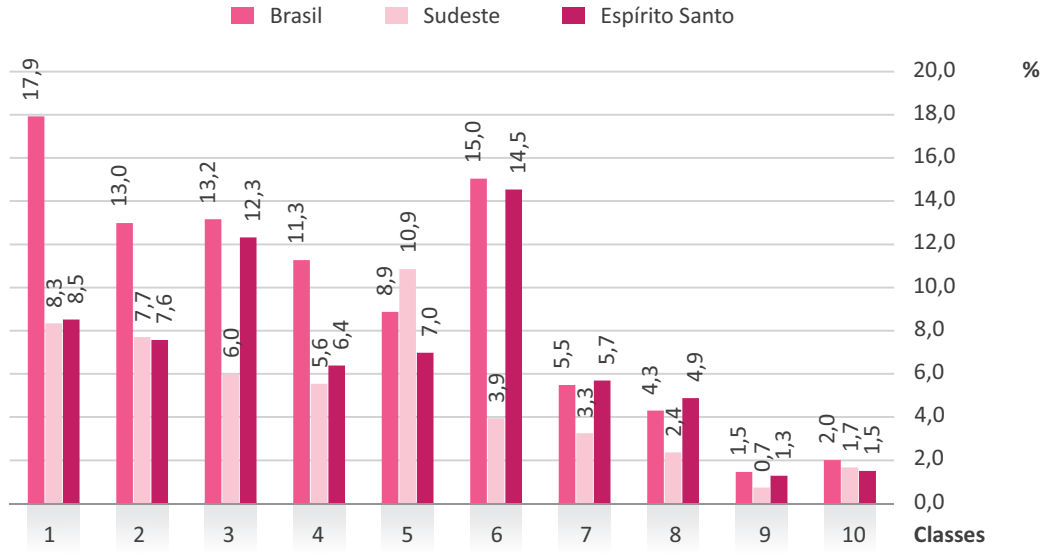


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos

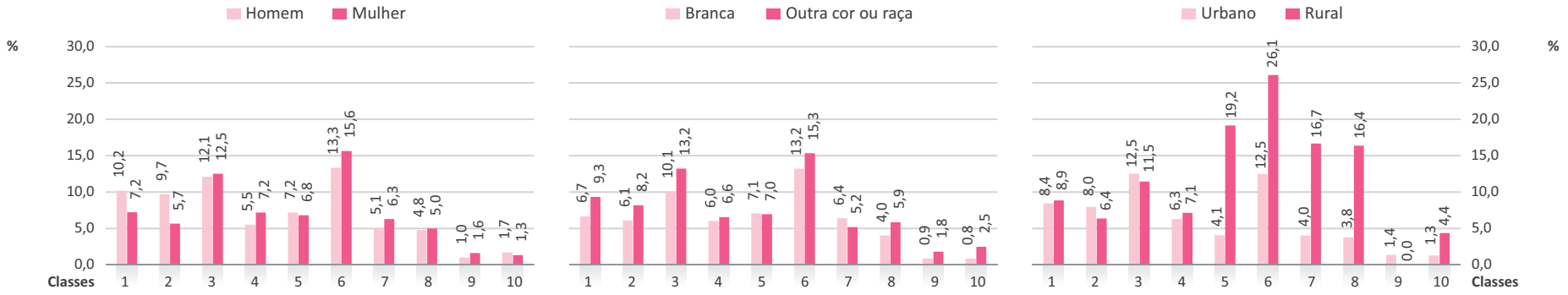
Observa-se pelo gráfico ao lado a ligação direta que existe entre escolaridade e as classes de rendimentos representadas por decis da distribuição de renda, sendo observadas em geral taxas de analfabetismo menores nas classes de rendimentos superiores. Comparativamente o Espírito Santo apresentou, em relação ao Brasil, uma taxa de analfabetismo menor na maioria das classes, com exceção da 7ª e 9ª classe e uma taxa maior que a do Sudeste na maioria das classes de rendimentos, excetuando-se a 2ª, 5ª e 10ª. Ao se comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo, verificaram-se maiores taxas para os homens nas classes 1, 2, 5 e 10 e maiores taxas para as mulheres nas demais. Pessoas que se declararam brancas têm uma taxa de analfabetismo maior que outra cor ou raça apenas nas classes 5 e 7. A população residente na área rural apresentou em geral uma maior taxa de analfabetismo com exceção das classes 2, 3 e 9.

Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

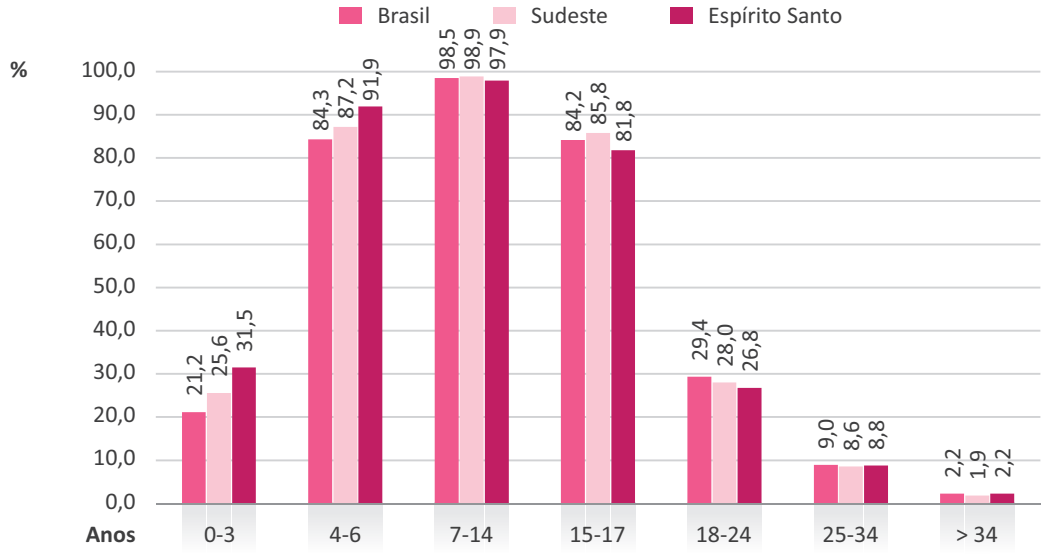
Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Frequência escolar

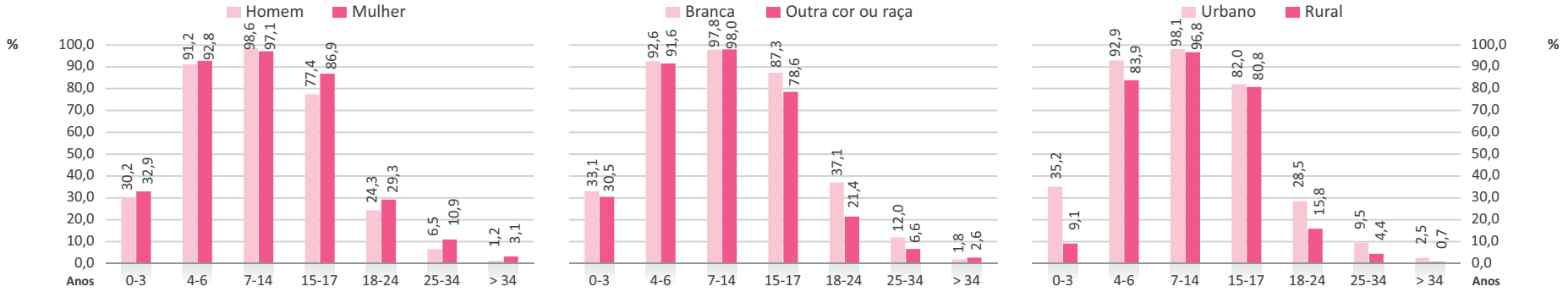
Frequência escolar, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Em 2012 a frequência escolar no Espírito Santo apresentou seu maior índice, assim como o resto do país e o sudeste, na faixa de idade entre 7 a 14 anos que corresponde ao ensino fundamental. Apresentando uma cobertura escolar de 97,9% o ensino fundamental está praticamente universalizado. Em todas as faixas etárias, exceto a primeira (creche), em que o estado tem uma cobertura melhor, a frequência escolar é muito semelhante à do Brasil e da região Sudeste. Ao comparar esse indicador entre homens e mulheres no Espírito Santo, observamos que as mulheres tendem a atingir escolaridades mais elevadas. Nota-se também que, em geral, uma proporção maior de pessoas que se declararam brancas permanece no sistema educacional após os 14 anos. Além disso, a maior frequência escolar foi verificada para os indivíduos residentes na zona urbana do que na rural.

Frequência escolar por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012

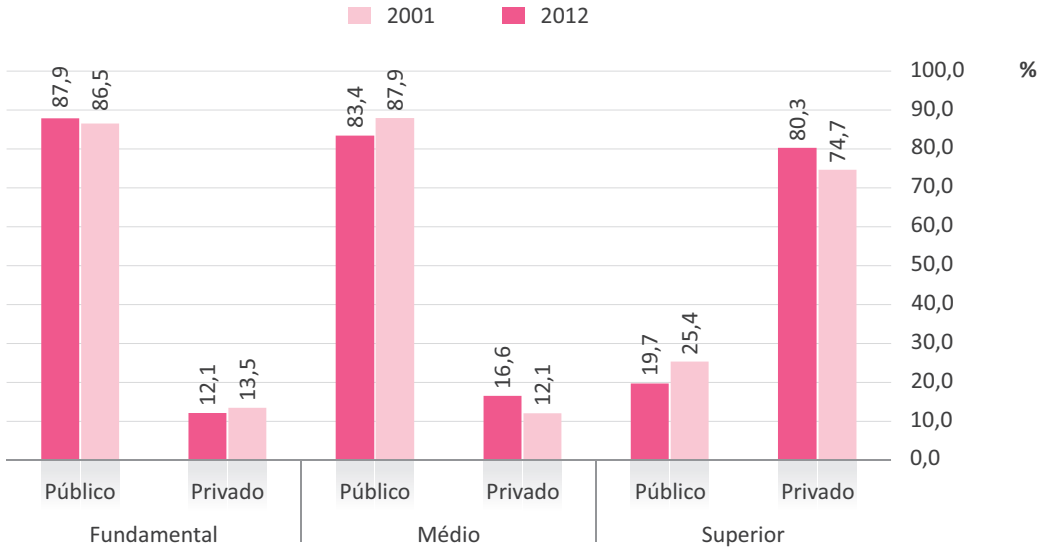


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Frequência escolar por nível de ensino e rede

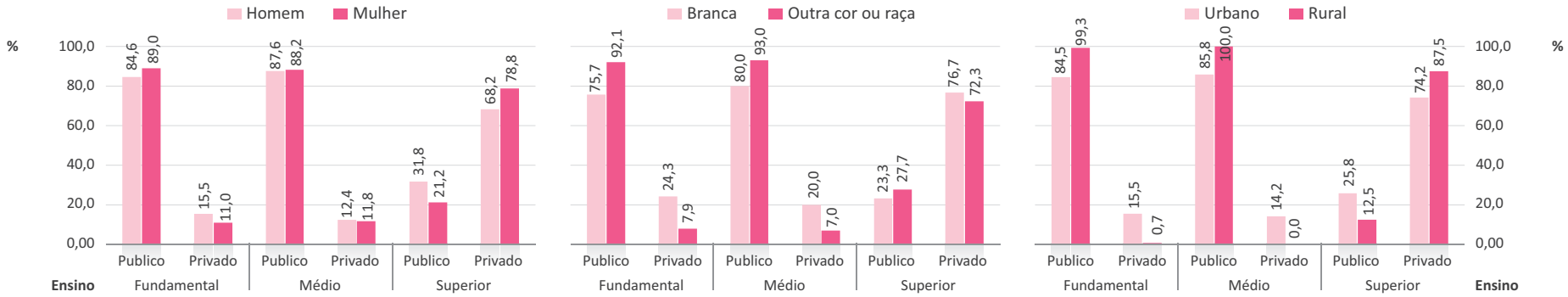
Nos últimos 10 anos houve uma estabilidade na proporção de alunos que cursavam o ensino fundamental em escolas públicas e privadas. As mudanças mais fortes foram observadas no ensino médio e superior. A proporção de alunos que cursavam o ensino médio em escolas públicas subiu 4,5 pontos percentuais entre 2001 e 2012 atingindo 87,9%, já no ensino superior a proporção dos que estudavam na rede privada recuou 5,6 p.p. chegando a 74,7%. Ao se comparar frequência escolar entre homens e mulheres, verificou-se um equilíbrio entre os gêneros nos níveis fundamental e médio, no ensino superior observou-se uma predominância de homens no público e mulheres no privado. Com relação à cor ou raça, entre as pessoas que se declararam brancas existe maior proporção de jovens que frequentavam a rede privada no ensino fundamental e médio. Observa-se também que grande maioria dos jovens da área rural cursavam o ensino fundamental na rede pública.

Frequência escolar por nível de ensino e rede, Espírito Santo, 2001 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

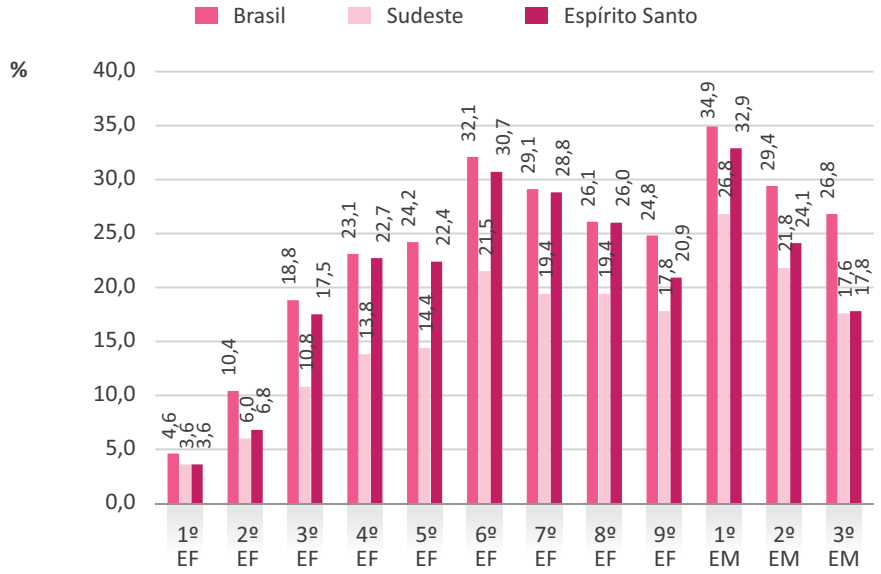
Frequência escolar por nível de ensino e rede por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

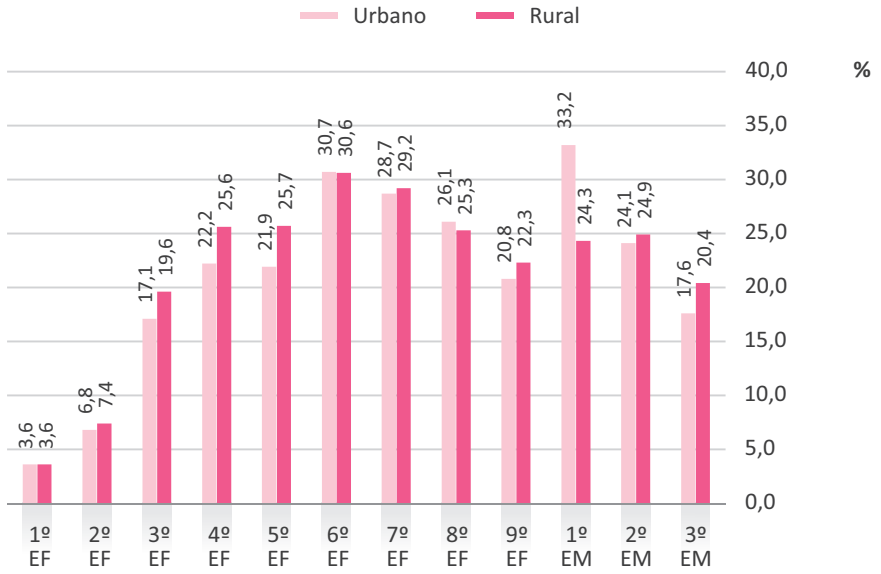
Taxa de distorção idade-série (Censo Escolar 2012)

Taxa de distorção idade-série, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Taxa de distorção idade-série por situação de domicílio, Espírito Santo, 2012



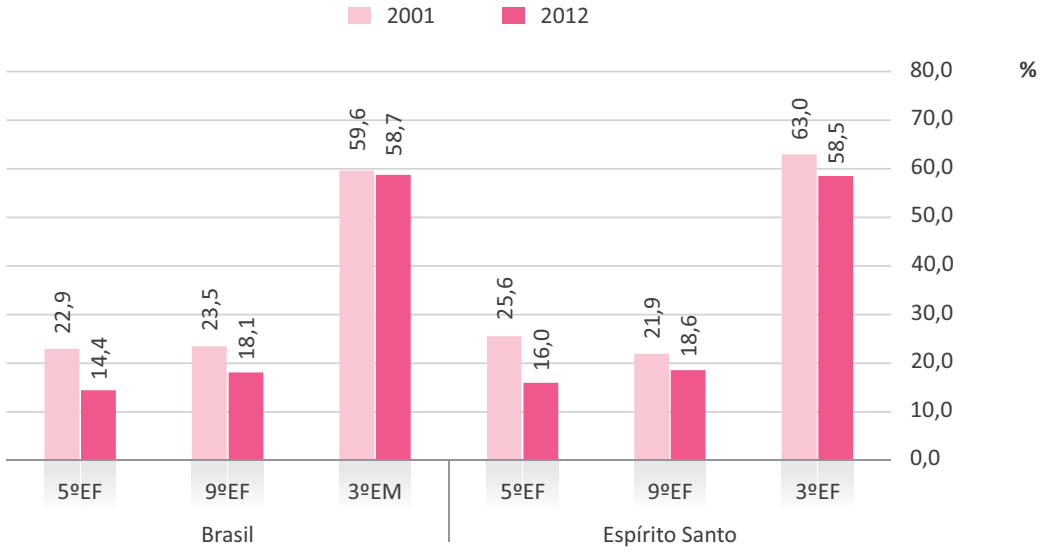
Fonte: Censo Escolar – INEP/MEC. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

A taxa de distorção idade-série no Espírito Santo no ano de 2012 apresentou valores crescentes em relação à etapa frequentada. No ensino fundamental, o menor valor de 3,6% é observado no primeiro ano e o maior de 30,7% no sexto ano, após esta etapa verificou-se a redução neste indicador até o nono ano. Para o ensino médio o maior valor observado foi de 32,9% no primeiro ano e o menor de 17,8% no terceiro ano. Em termos comparativos o Espírito Santo apresentou taxas de distorção para o ensino fundamental sempre menores que as do Brasil e maiores do que a média da região Sudeste, já para o ensino médio o estado apresentou valores menores que os observados para o Brasil mas superiores ao da região Sudeste. Dentro do estado observaram-se, em geral, taxas de distorção maiores ou iguais na zona rural em relação à urbana, as exceções foram o oitavo ano do ensino fundamental e o primeiro ano do ensino médio.

Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio

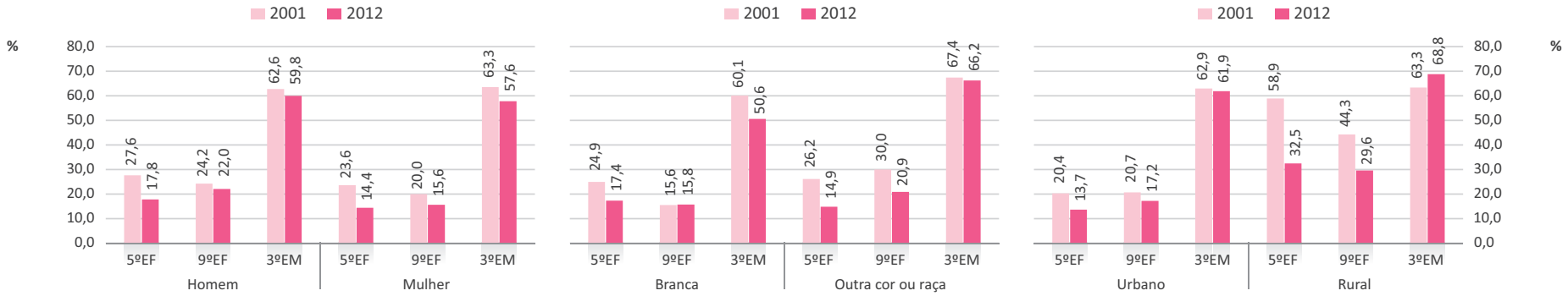
A taxa de retenção para o 5º e 9º ano do ensino fundamental no Espírito Santo caiu no período 2001-2012. Em 2001 a taxa para o 5º ano foi de 25,6% recuando para 16,0% em 2012. Para o 9º ano do ensino fundamental a taxa foi de 21,9% em 2001 passando para 18,6% em 2012. Com relação ao 3º ano do ensino médio, verificou-se que a taxa também foi reduzida, 63,0% em 2001 e 58,5% em 2012. Em 2012 foi possível verificar que a taxa de retenção foi maior entre os homens em todos os níveis analisados do que entre as mulheres, o que indica que as mulheres progridem mais na vida escolar. Com relação à cor ou raça declarada, verificou-se que a retenção continuou maior no 3º do EM, porém foi maior para os de outra cor ou raça (66,2%) do que para os brancos (50,6%). Para os indivíduos que residiam na área rural a retenção foi maior do que entre os que residiam na área urbana.

Taxa de retenção do 5º e 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio (pessoas com 25 anos ou mais), Brasil e Espírito Santo, 2001 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

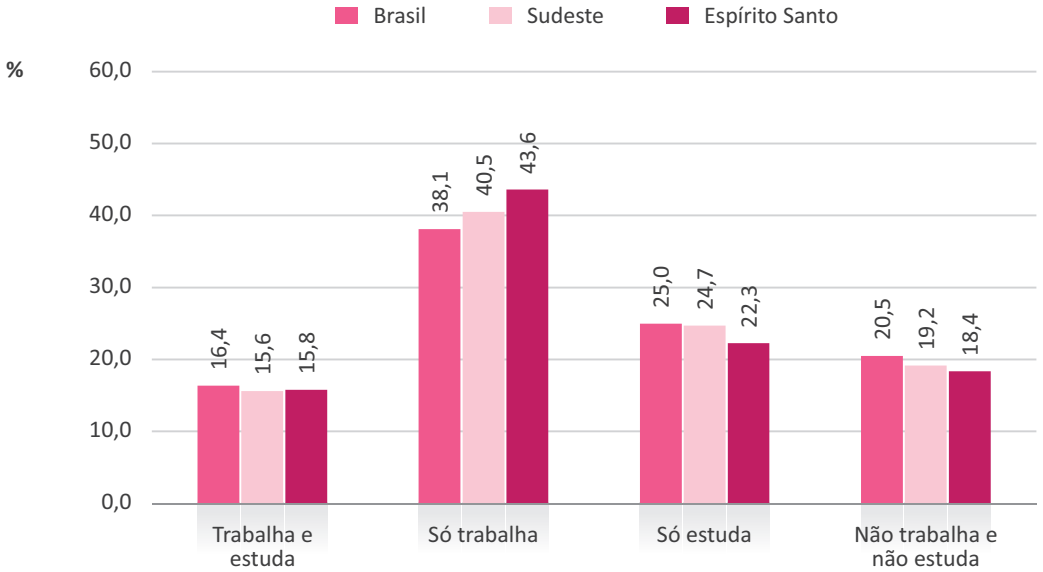
Taxa de retenção do 5º e 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio (pessoas com 25 anos ou mais) por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2001 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

Alocação do tempo dos jovens

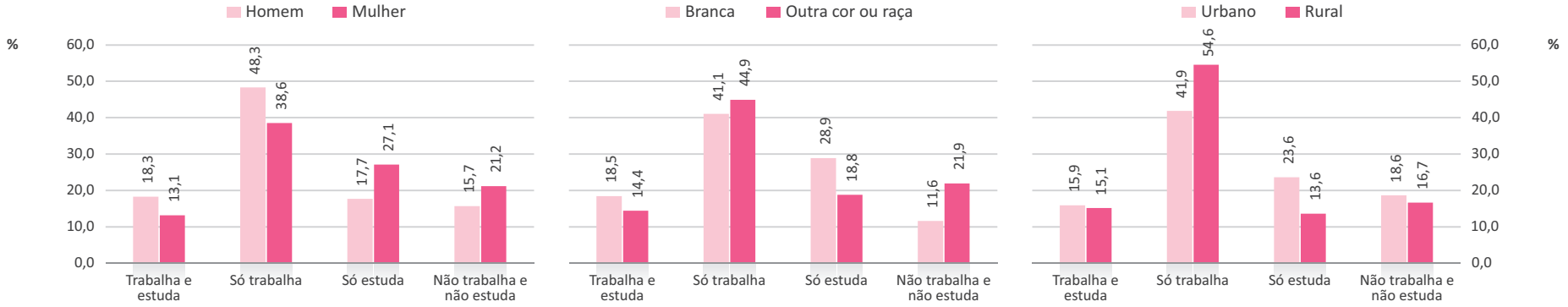
Alocação do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

De maneira geral, ao se observar a divisão do tempo do jovem entre trabalho e estudo para o Brasil, região Sudeste e Espírito Santo, verificou-se que grande parte deles só trabalhava. Em 2012, a proporção de jovens que só trabalhavam era de 38,1% para o Brasil, 40,5% para a região Sudeste e 43,6% para o Espírito Santo. No segundo grupo com maior proporção de jovens, o Espírito Santo (22,3%) quando comparado ao Brasil (25,0%) e a região Sudeste (24,7%), apresentava a menor porcentagem de indivíduos que só estudavam. Em 2012 no Espírito Santo, dos homens jovens, 48,3% só trabalha, percentual maior em relação às mulheres jovens. Observou-se um percentual equivalente de indivíduos autodeclarados brancos (41,1%) e de outra cor ou raça (44,9%) no grupo dos que só trabalhavam. Os indivíduos que residiam na área rural (54,6%) e urbana (41,9%) só trabalhavam.

Alocação do tempo dos jovens por gênero, cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).





ARRANJOS FAMILIARES

Entende-se por arranjo familiar os membros da família, residentes no mesmo domicílio, consanguíneos ou não. Segundo Amazonas e Braga (2006)[1], há uma grande diversidade de tipos de arranjos familiares, apesar do predomínio da família nuclear, embora este raramente perdure. As transições ocorridas nos âmbitos cultural, econômico, político e social têm afetado essa instituição de uma forma, talvez, jamais vista na história. Entre elas, elencamos: as mudanças demográficas, em especial a maior longevidade humana; a participação crescente da mulher no mercado de trabalho; o divórcio e as organizações familiares distintas da família nuclear tradicional; o controle sobre a procriação a partir dos anticonceptivos; as transformações ocorridas nos papeis parentais e de gênero.

A análise dos arranjos familiares com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostrou que a organização destes tem se modificado nos últimos anos. O modelo tradicional de família composto por casal com filhos, sob chefia masculina, perdeu espaço para arranjos com uma maior diversificação na sua composição.

A mudança recente no papel da mulher na sociedade evidencia o novo modelo familiar, que também é reflexo de aspectos econômicos e sociais. O substancial aumento no número de mulheres chefes de família, ocorrido na última década, se confirma nos números de 2012, mantendo o mesmo patamar observado em 2011. De uma maneira geral, o arranjo familiar no Espírito Santo em 2012 acompanha o que ocorre na região sudeste e no Brasil, sendo ligeiramente maior no Espírito Santo o percentual de casais sem filho ou com até um filho, e menor o de pessoas sozinhas.

Curiosamente, ao observarmos as características das mulheres chefes de família, notamos que o número de mulheres sozinhas (em relação ao total de sozinhos) também é inferior no Espírito Santo em comparação com a região sudeste e com o Brasil.

A tipificação dos arranjos familiares se mostra semelhante ao analisarmos os níveis de instrução. Casais sem filhos ou com 1 filho configuram o arranjo familiar mais comum em qualquer classificação de nível de instrução. Famílias com menos instrução (sem instrução a 3 anos de estudo), tem como arranjo mais frequente o de casais sem filho. Observa-se um aumento na porcentagem de arranjos familiares de casais com um filho à medida que se aumenta o número de anos de instrução, que volta a ser de casal sem filho na classe de maior tempo de instrução (15 anos ou mais de estudo).

Em termos ocupacionais, a classe Doméstico, se mostra bastante diferente das demais, apresentando o arranjo familiar de solteiros com 2 ou mais filhos como o mais frequente. Em todas as outras classes ocupacionais, o padrão de arranjo formado pelos tipos casais sem filho ou casais com 1 filho prevalece.

A tipificação dos arranjos familiares se diferencia ao se analisar as classes econômicas. As famílias com maior renda, caracterizadas como classe econômica AB[2], são compostas principalmente por casais sem filho ou com até um filho e chefe sozinho. À medida que analisamos as famílias com menor renda, passamos a observar um aumento na porcentagem de arranjos familiares com mais de um filho. A classe com a menor renda,

[1] Amazonas, M. C. L. A., & Braga, M. G. R. 2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. Ágora, 9, 177-191.

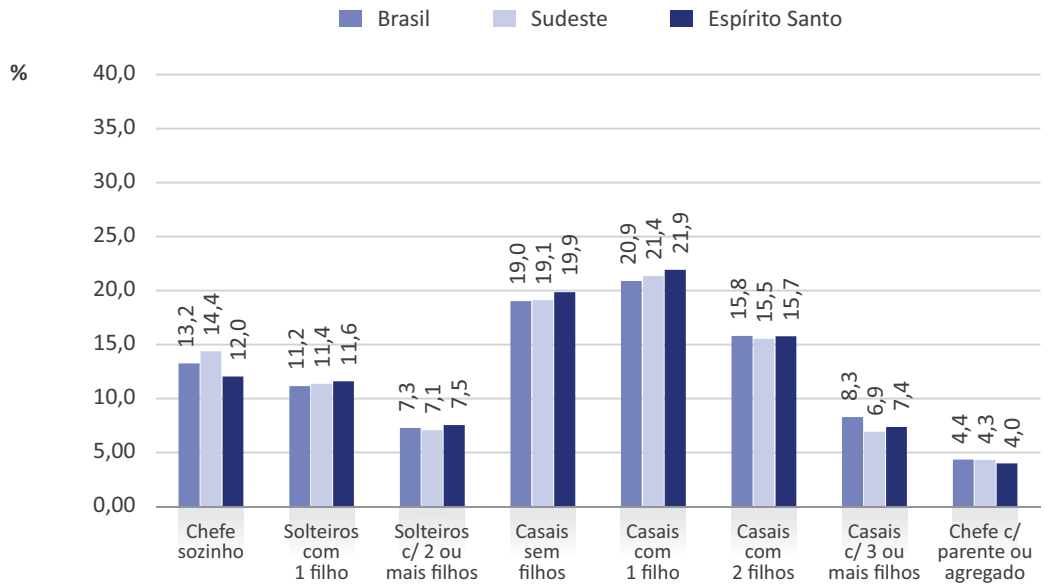
[2] O conceito de Classe econômica AB e demais, estão definidas na seção de Distribuição de renda e Classes econômicas.

definida como “E” possui a maioria das famílias constituindo-se de casais com três ou mais filhos e com dois filhos.

A tendência aponta para um maior dinamismo no mercado de trabalho capixaba e uma maior equidade de gênero, resultando assim, numa maior participação feminina, assim como a continuidade da tendência de queda na fecundidade. Espera-se que estas mudanças continuem em curso, aumentando mais os arranjos compostos por pessoas solteiras sem filhos e de casais sem filhos e com até um filho.

Arranjos familiares

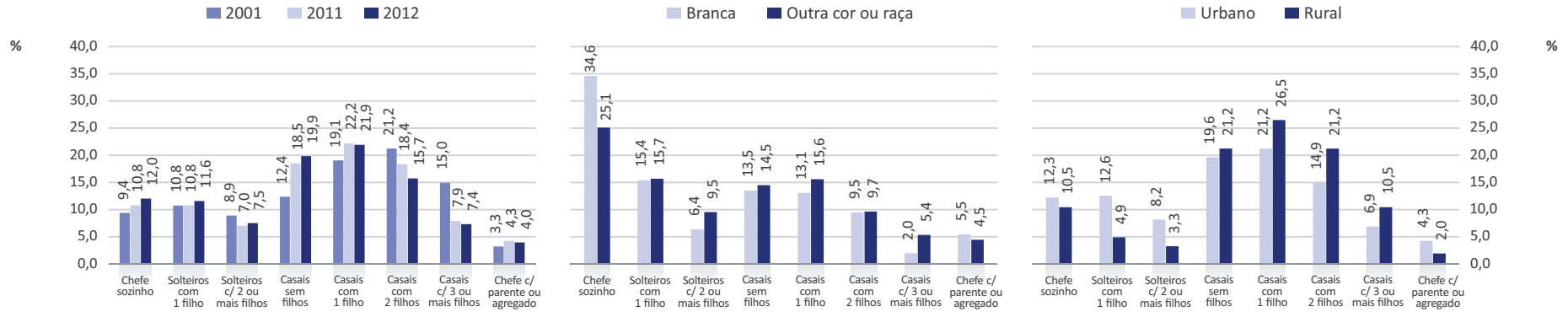
Arranjo familiar, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Na amostra pesquisada envolvendo todos os arranjos familiares do Espírito Santo (2012), a maior proporção foi representada por casais com 1 filho (21,9%) - inclusive para região Sudeste (21,4%) e Brasil (20,9%), seguidos pelos casais sem filhos (19,9%) e casais com 2 filhos (15,7%). Na comparação com os anos anteriores verificou-se uma queda de 2001 para 2012 na proporção de solteiros com 2 ou mais filhos (-1,4 p.p.), casais com 2 filhos (-5,5 p.p.) e nos casais com 3 ou mais filhos (-7,6 p.p.). Por outro lado, houve aumento na participação dos arranjos familiares dos chefes sozinhos, solteiros com 1 filho, casais sem filho e chefe com parente ou agregado. Com relação a cor ou raça, entre os brancos predomina o arranjo familiar chefe sozinho. Tanto na área urbana quanto na área rural, houve um leve predomínio do arranjo familiar casais com 1 filho, de 21,2% e 26,5%, respectivamente. Destaca-se que, enquanto na área rural apenas 8,2% dos arranjos familiares eram solteiros com filhos, na área urbana 20,8% faziam parte desse arranjo.

Arranjo familiar por cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012

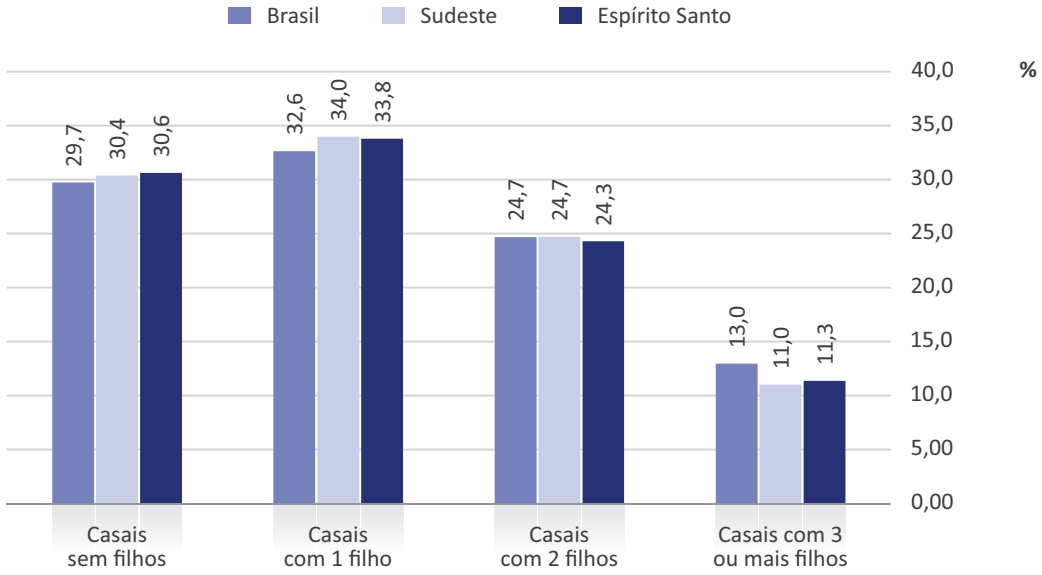


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Arranjo familiar típico

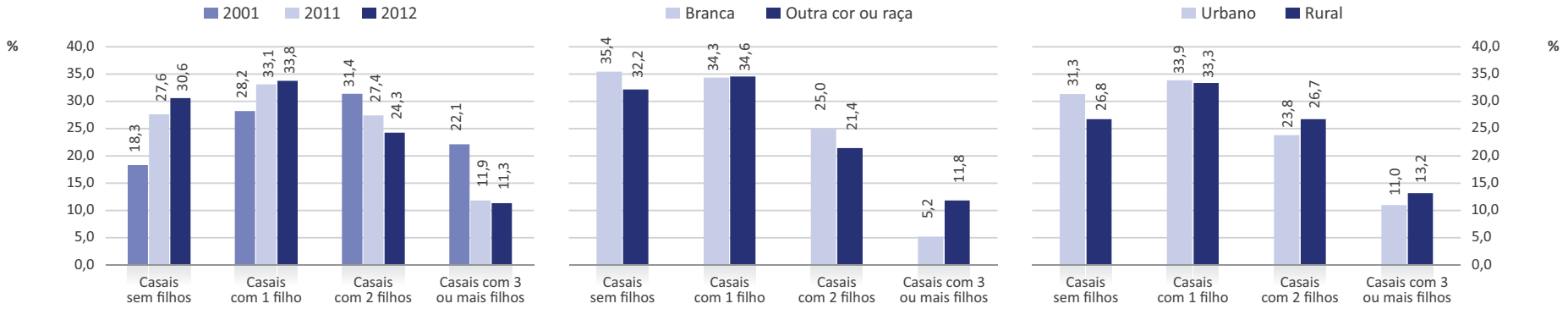
No subconjunto envolvendo os três arranjos com maior representatividade na amostra (formada apenas pelos casais), a maioria no Espírito Santo em 2012 possuía um filho (33,8%), seguido por casais sem filhos (30,6%). Esse comportamento também é verificado para o Sudeste e Brasil. Desde 2001, o número de casais sem filhos vem aumentando (18,3% em 2001 e 30,6% em 2012), enquanto casais com 2 filhos ou com 3 ou mais filhos apresentaram queda de -7,1 p.p. e -10,8 p.p., respectivamente. Em 2012, o arranjo familiar casais sem filho predominou entre os brancos (35,4%). Em relação ao setor censitário, observa-se que na zona urbana ocorre a predominância de casal com até um filho.

Arranjo familiar típico, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

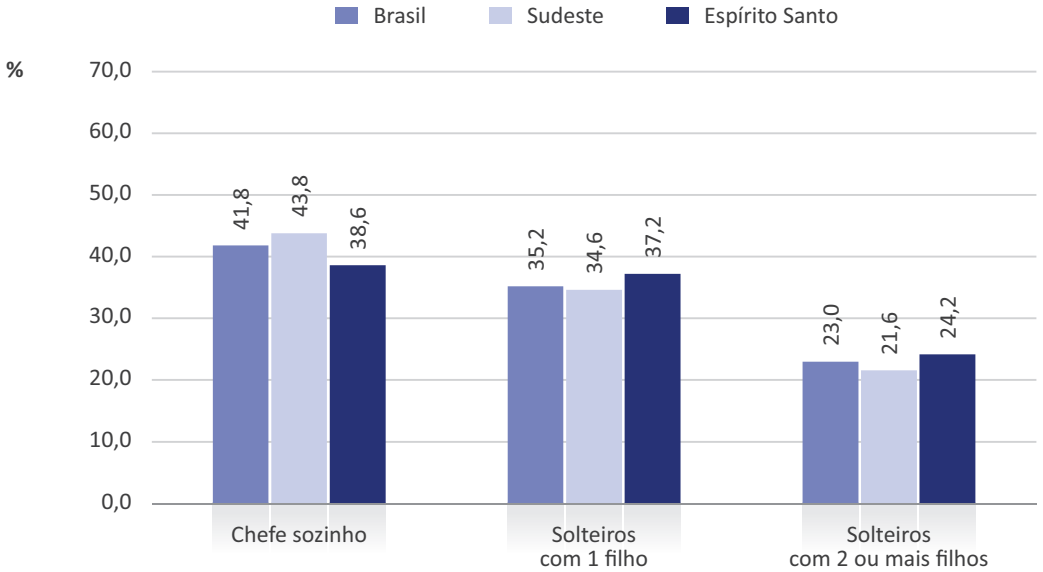
Arranjo familiar típico por cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Arranjo familiar mononuclear

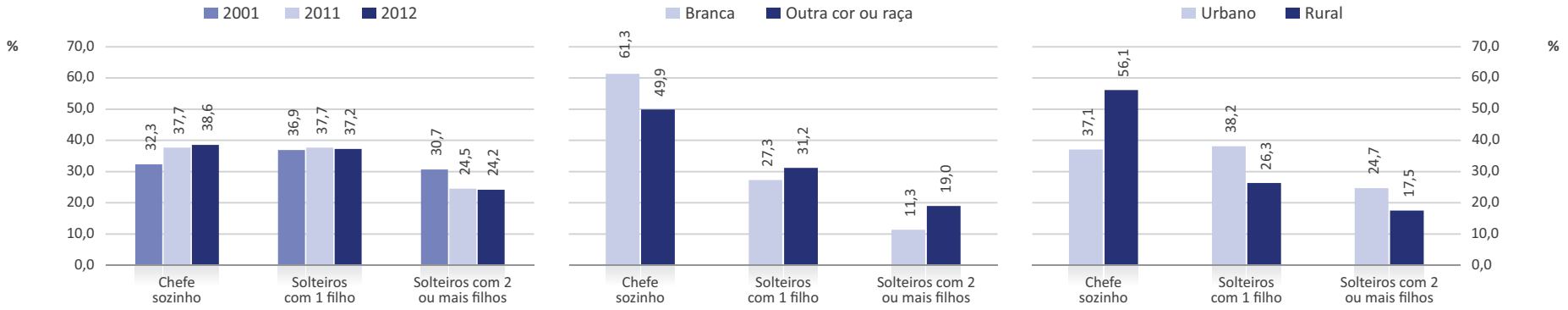
Arranjo familiar mononuclear, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

No subconjunto formado por chefes de famílias sem cônjuge, denominado famílias mononucleares, as pessoas que residiam sozinhas no Espírito Santo em 2012 representavam 38,6% do total, os solteiros com um filho eram 37,2% e os solteiros com dois ou mais filhos, 24,2%. De 2001 a 2012 verificou-se uma queda de - 6,5 p.p. do número de solteiros com 2 ou mais filhos, sendo estes 7,7 p.p. maior em outra cor ou raça em relação ao chefe de família de cor branca. Em relação as pessoas sozinhas, estes representaram maior proporção entre a população branca (61,3%), entre os residentes na área rural (56,1%). Os solteiros com filho estão mais representados na zona urbana.

Arranjo familiar mononuclear por cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012

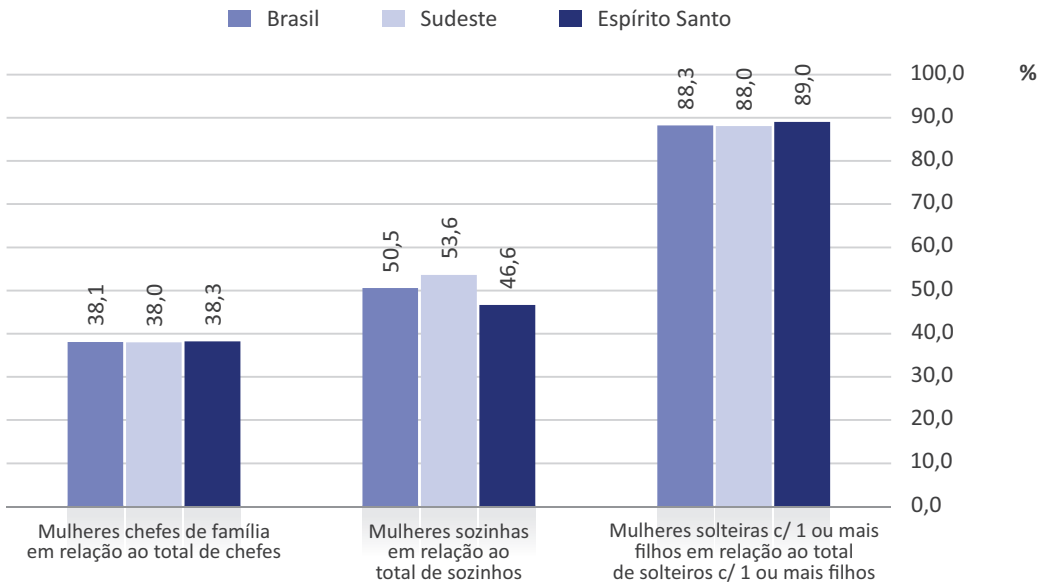


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Características das mulheres chefes de família

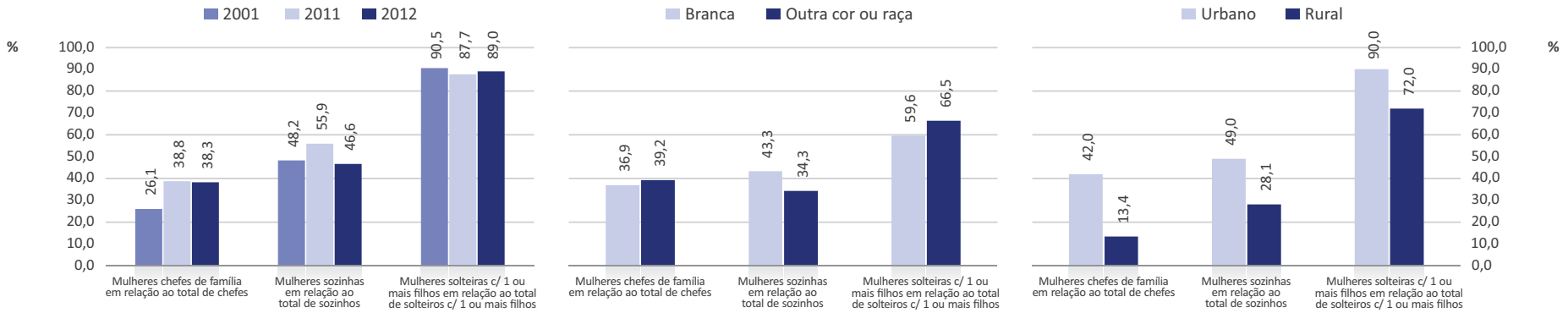
Do total de pessoas chefes de família no Espírito Santo em 2012, aproximadamente 38,3% eram mulheres, valor muito próximo ao encontrado para Sudeste e Brasil. Em relação ao total amostral de pessoas que residem sozinhas no estado, 46,6% eram mulheres, e, entre todos os solteiros com um ou mais filhos, o filho fica sob a responsabilidade da mãe em 89,0% dos casos. Ao longo dos anos percebe-se que entre os sozinhos, o número de mulheres tornou-se o mais representativo entre 2001 e 2011, reduzindo em 2012 para 46,6%, sendo que a ocorrência de mulheres sozinhas brancas foi 9,0 p.p. maior do que para outra cor ou raça. A proporção de mulheres chefes de família foi menor entre as mulheres brancas (36,9%), e entre as mulheres que residem na área rural (41,7%). As mulheres solteiras estão sobrerrepresentadas na zona urbana (90%).

Características das mulheres chefes de família, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

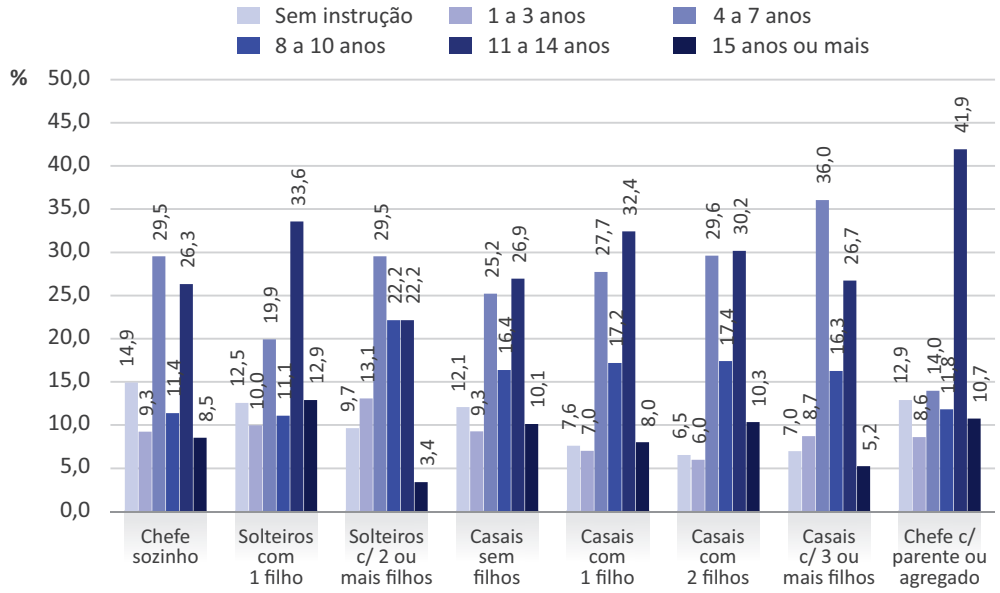
Características das mulheres chefes de família por cor ou raça e situação do domicílio, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Níveis de instrução segundo arranjos familiares

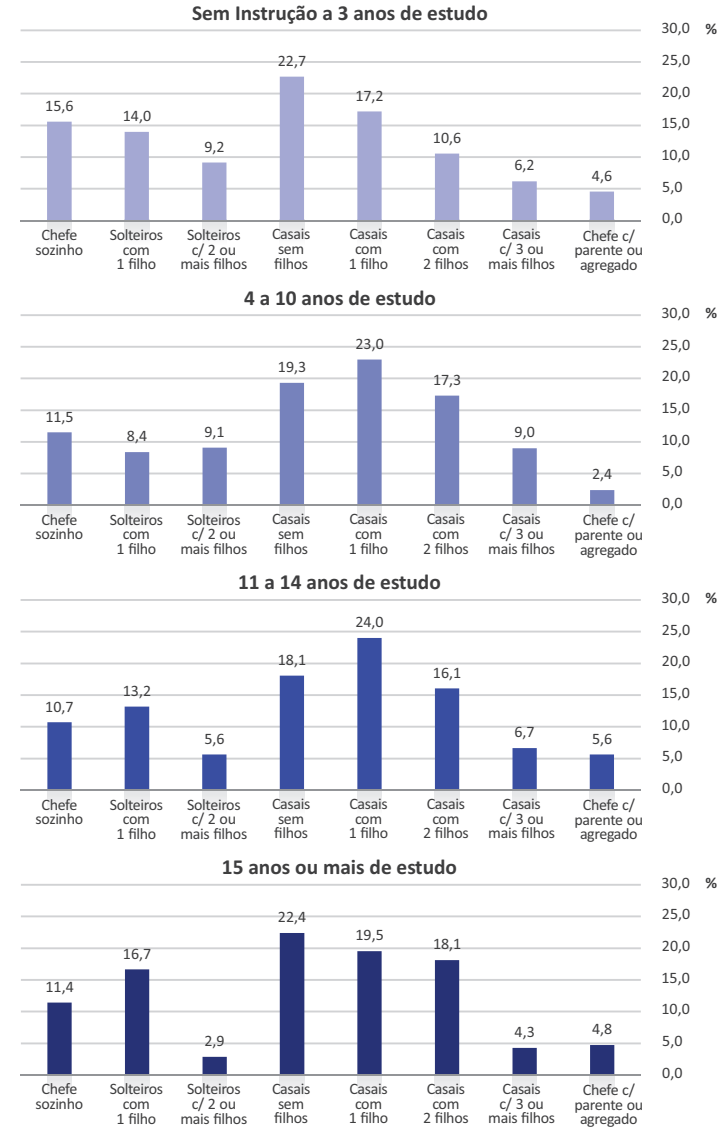
Configuração dos níveis de instrução segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em 2012, os arranjos com maior proporção de pessoas com ensino superior (15 anos ou mais) foram formados pelos solteiros com 1 filho (12,9%) e chefe com parente ou agregado (10,7%). O nível de instrução de 4 a 7 anos de estudo (fundamental incompleto) foi o mais representativo para os arranjos familiares dos casais com 3 ou mais filhos (36,0%). O grupo com a maior proporção de pessoas sem instrução foi chefe sozinho (14,9%) seguidos pelo chefe com parente ou agregado (12,9%), e os com menor proporção foram os casais com 2 filhos (6,5%). Entre 8 a 10 anos de estudo (ensino médio incompleto) o grupo mais representativo foi solteiro com 2 ou mais filhos (22,2%). Entre os arranjos com maior escolaridade (15 anos ou mais), os mais representativos foram casais sem filho (22,4%), seguido de casal com 1 filho (19,5%) e por casal com 2 filhos (18,1%). Em relação aos menos instruídos (até 3 anos de estudo), os mais representativos foram casais sem filho (22,7%) seguido de casal com 1 filho1 (17,2%).

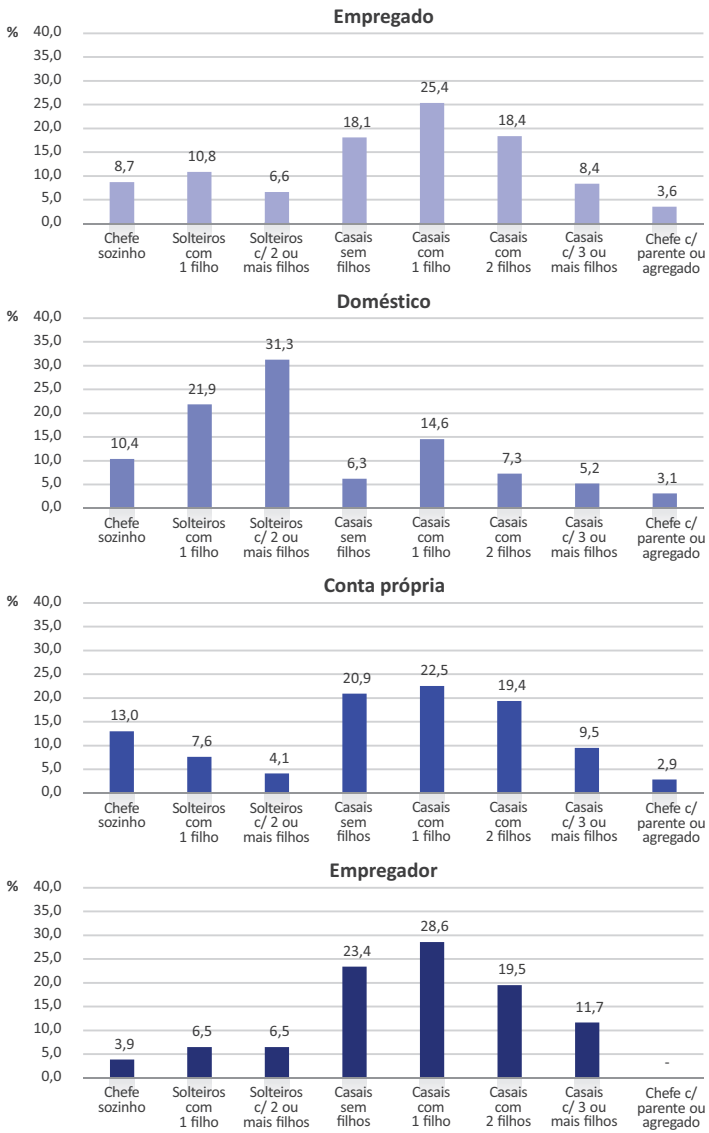
Configuração dos arranjos familiares segundo níveis de instrução, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

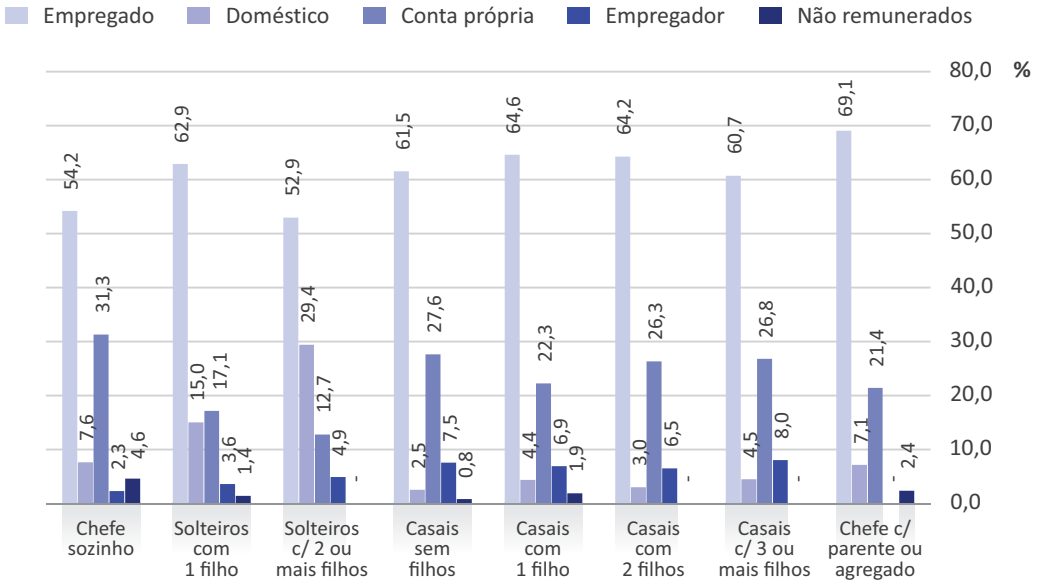
Ocupações segundo arranjos familiares

Configuração dos arranjos familiares segundo ocupações, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Configuração das ocupações segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2012

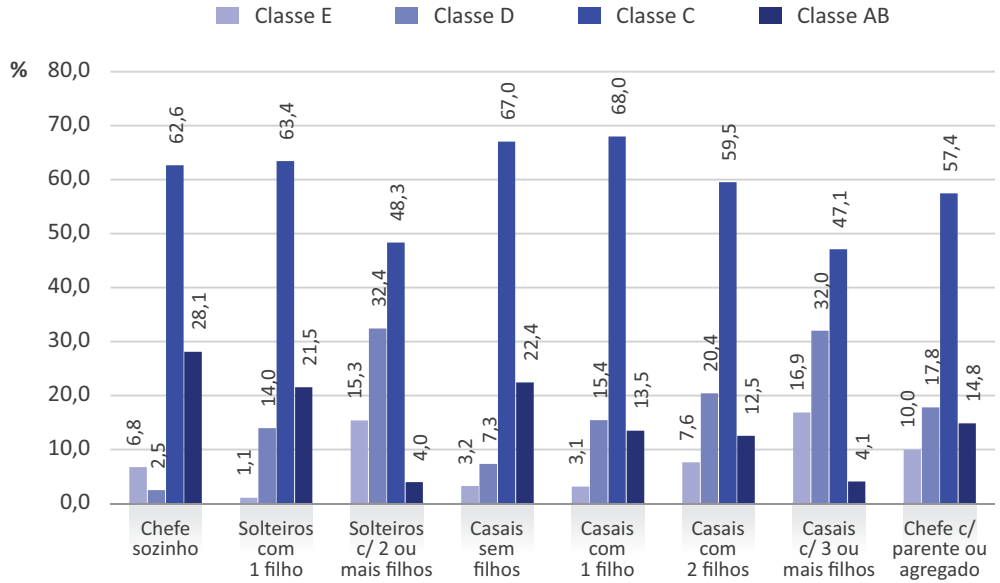


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em todos os arranjos familiares do Espírito Santo, em 2012, a ocupação mais frequente, entre os chefes de família, foi a de empregado (acima de 52%). Dentre os solteiros com filho, o que chamou a atenção foi a alta porcentagem de doméstico, o que não foi observado nas demais categorias. A proporção de empregador foi maior entre os casais com 3 ou mais filhos (8,0%) e os casais sem filho (7,5%). Em 2012, entre os trabalhadores domésticos, o arranjo de maior representatividade foi o de solteiros com 2 ou mais filhos (31,3%). Nas outras ocupações, empregado, conta própria e empregador, predominou o arranjo familiar casal com 1 filho, 25,4%, 22,5% e 28,6%, respectivamente.

Classes econômicas segundo arranjos familiares

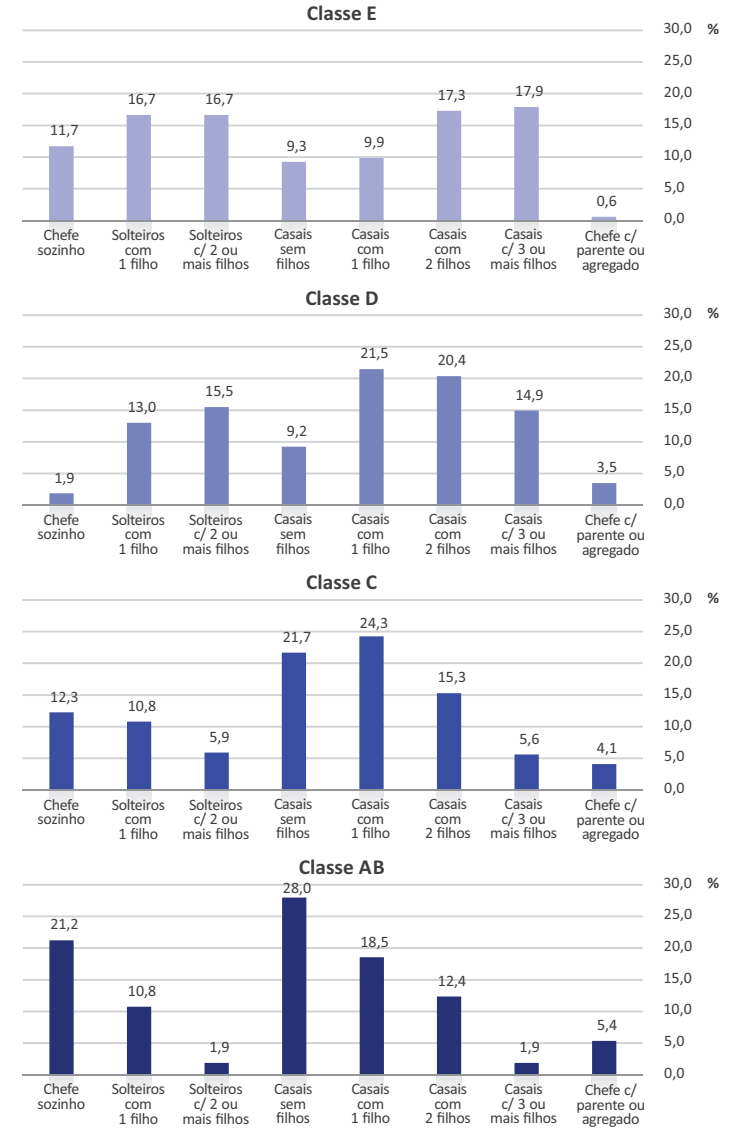
Configuração das classes econômicas segundo arranjos familiares, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em 2012, a maior representatividade nos arranjos familiares foi da classe econômica C, alcançando 68% de casais com 1 filho. A maior proporção da classe AB foi encontrada entre os sozinhos (28,1%) e casais sem filhos (22,4%). A maior porcentagem da classe E esteve nos arranjos de casais com 3 ou mais filhos (16,9%) e solteiros com 2 ou mais filhos (15,3%). Na configuração dos arranjos familiares capixabas segundo as classes econômicas (2012), para a classe E, os arranjos mais representativos foram os casais com 3 ou mais filhos (17,9%), seguidos dos casais com 2 filhos (17,3%). Para a classe AB, a maioria foi formada por casais sem filhos (28%), seguidos de chefe sozinho (21,2%). Para a classe C, o arranjo de maior representatividade foi formado por casais com 1 filho (24,3%), seguido de casal sem filhos (21,7%). E para a classe D, a maior representatividade foi para o arranjo de casal com 1 filho (21,5%), seguido de casais com 2 filhos (20,4%).

Configuração dos arranjos familiares segundo classes econômicas, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).





DOMICÍLIOS

Nessa seção do documento, são apresentados indicadores que dizem respeito à situação dos domicílios no Espírito Santo, uma vez que conhecer a atual situação da infraestrutura presente nos domicílios brasileiros é crucial para estabelecer metas no desenho de políticas públicas que visem o enfrentamento das necessidades habitacionais e adequação das moradias existentes.

Os indicadores domiciliares também são importantes, pois se colocam como um reflexo das desigualdades socioeconômicas do país indicando melhorias ou não na qualidade de vida de sua população. A qualificação dos domicílios e a presença de bens duráveis podem indicar ainda, possível aumento de renda da população, associado à estabilidade econômica e a ampliação de mecanismos de crédito.

Aqui, serão apresentadas as variáveis que abrangem temas como taxa de crescimento do número de domicílios, acesso à rede coletora de esgoto, abastecimento de água, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo, iluminação elétrica, telefonia fixa e celular, domicílios próprios e alugados, posse de bens móveis e déficit habitacional, expondo a evolução no período entre 2001 e 2012.

Além de sua distribuição absoluta e relativa, considerar aspectos geográficos, como zonas urbanas e rurais, e divulgar os resultados separados por faixa de rendimento, a PNAD ainda desagrega seus dados por Brasil, região e estado.

Conforme os dados divulgados, no tocante a evolução geral no número de domicílios particulares, entre 2001 e 2012, houve um importante crescimento, em que apesar do Espírito Santo ter ficado levemente abaixo do crescimento brasileiro (34%), conseguiu ficar acima do crescimento observado para a região Sudeste (28,6%), com um crescimento de 33%. Importante ainda é destacar que seguindo uma tendência de crescimento desde 2008, o percentual de domicílios classificados como urbanos, mais uma vez cresceu, alcançando uma cifra de 4,8 p.p. em relação a 2001, o que faz com que haja a necessidade de se pensar políticas públicas capazes de minimizar os impactos causados tanto no meio rural, com a diminuição de domicílios e consequentemente população, quanto na área urbana.

Em linhas gerais é importante ressaltar que houve avanços também no que tange ao acesso à rede coletora de esgoto no período analisado, mostrando o Espírito Santo acima da média nacional. Há ainda a necessidade de melhor equidade na distribuição deste acesso conforme a renda domiciliar, visto que o acesso dos domicílios com renda menor que 3 salários mínimos é 15,7 p.p. menor que com domicílios com maior renda. Em relação ao acesso à energia elétrica, conforme os dados apresentados em 2012, o Espírito Santo alcançou um importante resultado, garantindo a universalização de energia independentemente do nível de renda e situação do domicílio.

Quanto aos dados de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado, o Espírito Santo apresentou um importante crescimento de 20,8 p.p. em sua cobertura, enquanto Brasil e Sudeste obtiveram desempenhos bem mais modestos. É importante ressaltar que nesse indicador o estado ainda possui relevantes desafios, como o de melhorar a sua abrangência na zona rural, onde o esgotamento sanitário adequado chega somente a 43,8% dos domicílios, e o de reduzir os lançamentos de efluentes em corpos hídricos, valas e fossas rudimentares.

Os dados de abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição, também vem apresentando significativo aumento. O Espírito Santo aparece com 88,1% dos domicílios abastecidos, acima da média brasileira que é de 84,4%. A coleta de lixo é outro indicador em que o Espírito Santo fica à frente dos dados nacionais, porém ambos ainda tem muito que avançar em relação à coleta de lixo nas zonas rurais, onde apenas 38,5% dos domicílios possuem esse tipo de serviço.

A presença de bens duráveis como já apontado, pode ser utilizada como um indicativo de melhorias no poder aquisitivo e na qualidade de vida domiciliar. Em termos gerais, os dados da pesquisa, apontaram crescimento na presença de carros, computadores e máquinas de lavar, e leve redução em itens como motos e televisores. Ainda existem relevantes desníveis entre a existência de bens duráveis entre a zona urbana e rural do Espírito Santo. A presença de itens como computadores com internet na zona urbana é de 48,4% enquanto na zona rural chega a apenas 14,1% dos domicílios.

Quanto ao acesso aos meios de comunicação, os domicílios brasileiros vêm passando por uma importante transição que é o resultado do avanço do uso de telefonia móvel. No Espírito Santo houve um aumento no uso de telefonia celular de 63,2 p.p. entre 2001 e 2012, alcançando um total de 92% dos domicílios com essa tecnologia. A disseminação deste tipo de meio de comunicação, aliado com sua flexibilidade, vem fazendo com que a utilização do telefone fixo siga caindo consideravelmente, ao ponto de que apenas 38,6% dos domicílios capixabas possuírem esse tipo de telefone, enquanto em 2001, esse número era de 48,3%.

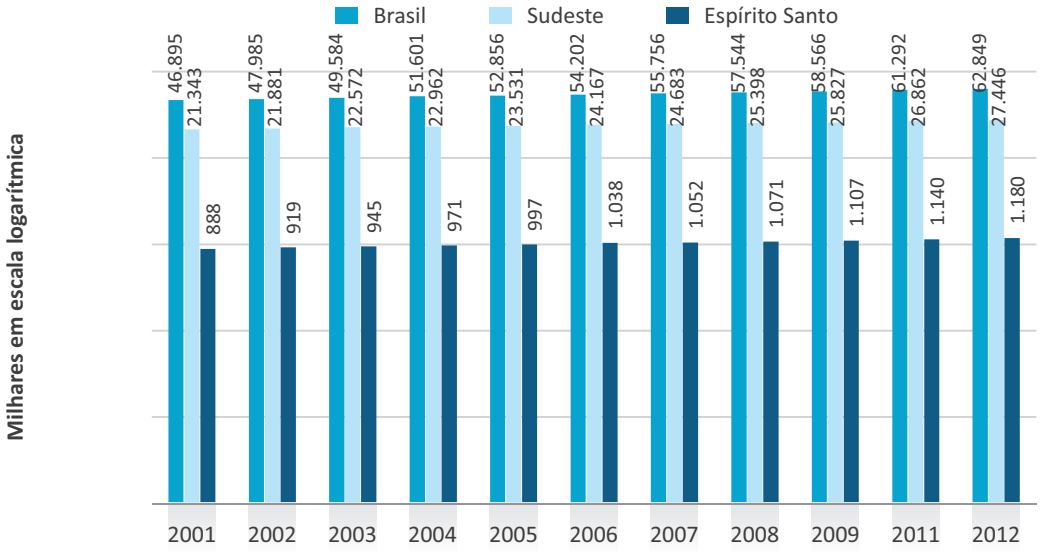
Durante toda a série histórica analisada, 2001 a 2012, as proporções de domicílios próprios e alugados vem se mantendo equilibrada, tendo o Espírito Santo alcançado em 2012 uma proporção de 72% de próprios, 17,5% alugados e 10% de domicílios cedidos.

Ainda de acordo com a PNAD, o déficit habitacional em relação ao total de domicílios particulares permanentes, sofreu uma importante redução, saindo de 9,1% em 2009 e indo a 6,0% em 2012, reduzindo seus valores também se analisados por situação do domicílio (urbano e rural).

É importante salientar que os dados compilados nessa seção da Síntese dos Indicadores do Espírito Santo – PNAD 2012 servem para fomentar uma série de políticas públicas voltadas para a prestação de serviços de melhorias e acesso aos domicílios e a infraestrutura urbana no Espírito Santo, consistindo num reflexo da evolução de oferta e do atendimento prestado à população.

Total de domicílios particulares permanentes

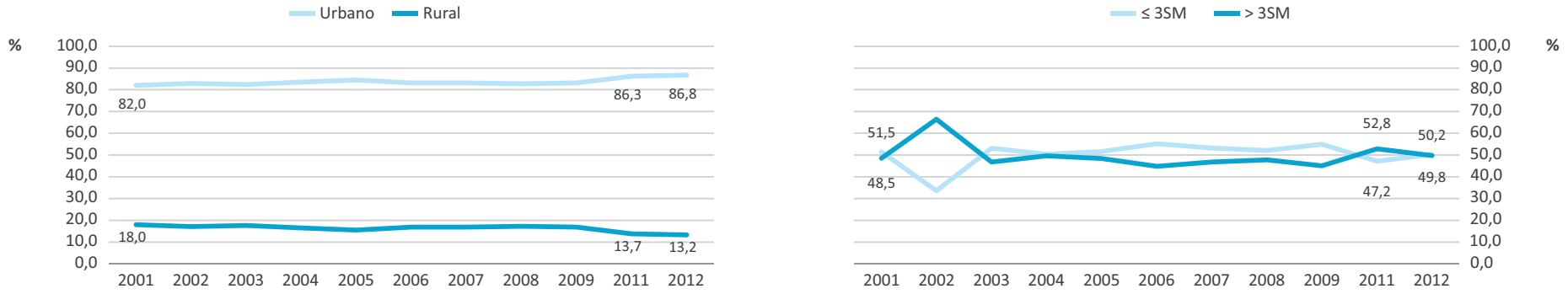
Total de domicílios particulares permanentes, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

O número total de domicílios particulares permanentes aumentou nas três regiões analisadas. No Brasil foram 15.954.487 domicílios a mais entre 2001 e 2012 (34,0%). No Sudeste foram 6.102.495 (28,6%) e no Espírito Santo 292.659 (33,0%) domicílios a mais entre 2001 e 2012. A zona urbana concentrou em 2012 86,8% dos domicílios existentes no estado (crescimento de 4,8 p.p. em relação a 2001) enquanto a zona rural aparece com 13,2% (redução de 4,8 p.p. em relação a 2001). Em relação ao rendimento domiciliar, com exceção do ano de 2002, a distribuição foi paritária. A partir de 2011, o percentual de domicílios com rendimento superior a 3 salários mínimos (52,8%) ultrapassa o número de domicílios com rendimento até 3 salários mínimos (47,2%). Em 2012, esses percentuais voltam a se aproximar.

Percentual de domicílios particulares permanentes segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2012

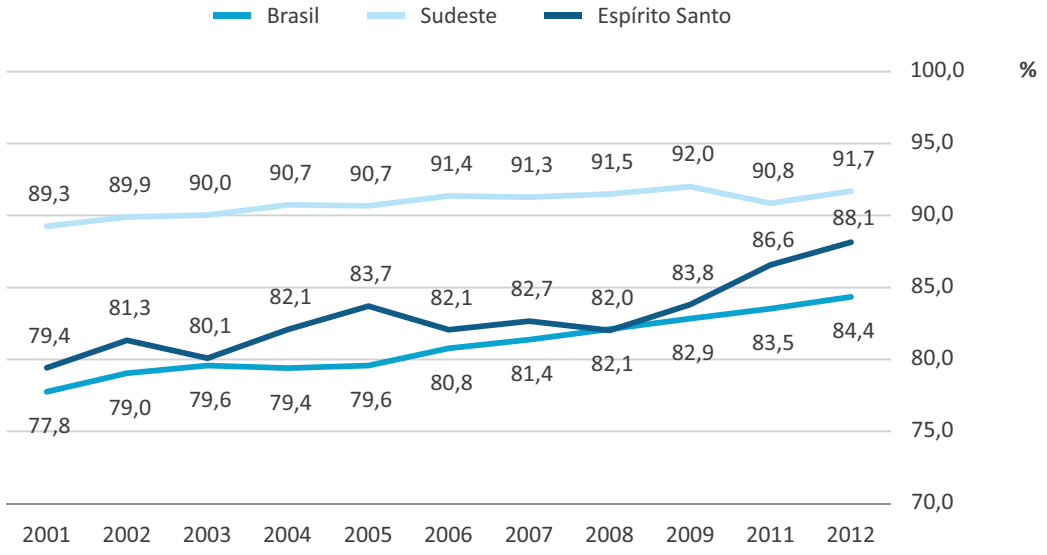


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Abastecimento de água

No Brasil, a proporção de domicílios na amostra da pesquisa que apresentaram abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição aumentou 6,6 p.p. entre os anos 2001 e 2012. Esse crescimento revela-se importante por demonstrar a expansão do serviço público de abastecimento de água, considerado essencial na melhora das condições de vida da população e com bastante impacto na saúde. Na região Sudeste (91,7% em 2012), a proporção também cresceu durante esse período, enquanto no Espírito Santo, ocorreu a partir de 2009 uma inversão na queda observada entre os anos de 2005 a 2008, atingindo 88,1% em 2012. Na área urbana do Estado, a proporção de domicílios com abastecimento de água alcançou 98,7% em 2012. Já na área rural, a proporção foi de 19,1% em 2012, tendo aumentado cerca de 100% entre 2009 e 2011. Isso demonstra que o abastecimento de água concentra-se nas áreas urbanas. Os domicílios com renda domiciliar superior a 3 salários mínimos (92,9%) também apresentaram indicadores proporcionalmente melhores do que os domicílios com renda domiciliar até 3 salários mínimos (83,4%).

Percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

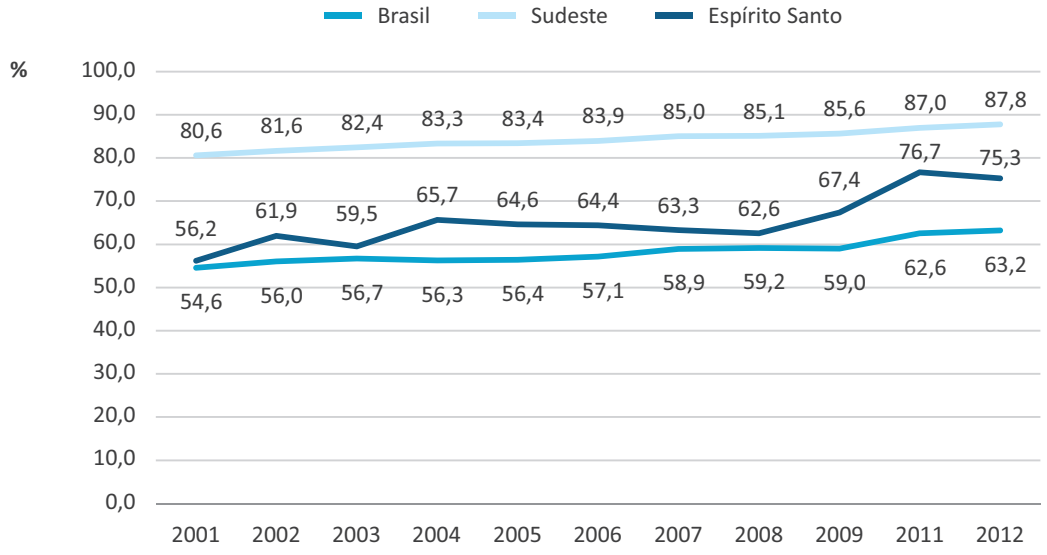
Percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por meio da rede geral de distribuição, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Acesso à rede coletora de esgoto

Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso à rede coletora de esgoto, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

No Espírito Santo, o percentual de domicílios particulares permanentes com acesso à rede coletora de esgoto aumentou de 56,2% em 2001 para 75,3% em 2012. No tocante a esse serviço, que também é fundamental para a melhora do bem-estar da população, os dados revelaram que o Estado está acima da média nacional e abaixo da média da região Sudeste. No estado, o serviço de coleta de esgoto, tal como o de abastecimento de água, concentra-se na zona urbana (85,4% em 2012 contra apenas 9,0% de acesso na zona rural). Os domicílios com renda domiciliar até 3 salários mínimos apresentaram acesso à rede coletora de esgoto (67,5%), proporcionalmente, menor que os domicílios com renda domiciliar superior a 3 salários mínimos em 2012 (83,2%).

Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso à rede coletora de esgoto, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2012

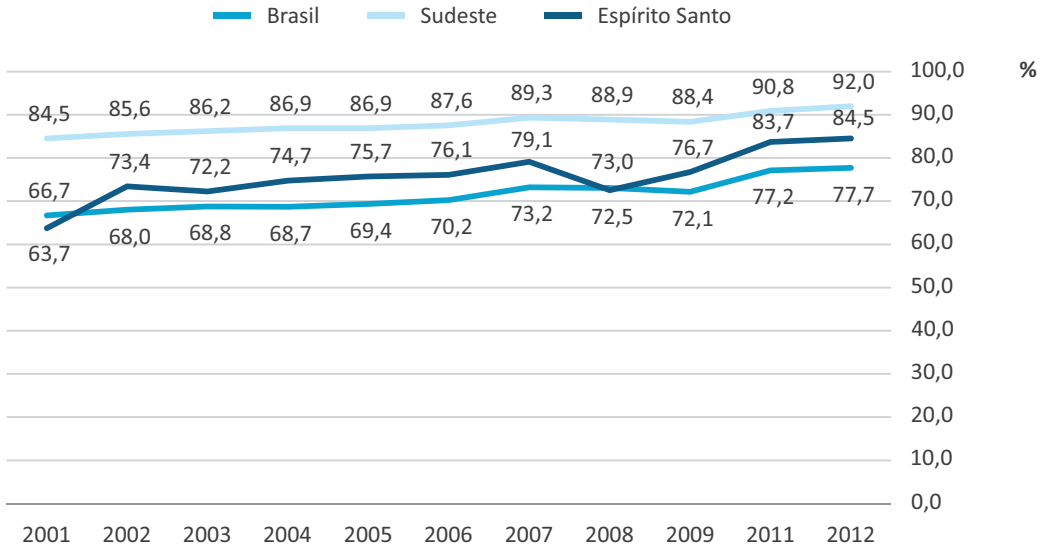


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Esgotamento sanitário adequado

No Espírito Santo, o percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado (que inclui fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial) aumentou de 76,7% em 2009 para 84,5% em 2012. No período entre os anos 2001 e 2012, o Estado acumulou substancial alta de 20,8 p.p.. No Brasil, a alta acumulada nesse período foi de 11 p.p., e na região Sudeste de 7,5 p.p.. O percentual de domicílios capixabas que possuíam esgotamento sanitário adequado continuou sendo substancialmente maior na área urbana (90,7% em 2012). Contudo, observou-se que o percentual na área rural aumentou de 15,4% em 2001 para 43,8% em 2012. Os domicílios com renda até 3 salários mínimos (78,8% em 2012) apresentaram percentual de esgotamento sanitário adequado inferior àquele apresentado pelos domicílios com renda superior a 3 salários mínimos em todo o período (90,3% em 2012).

Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

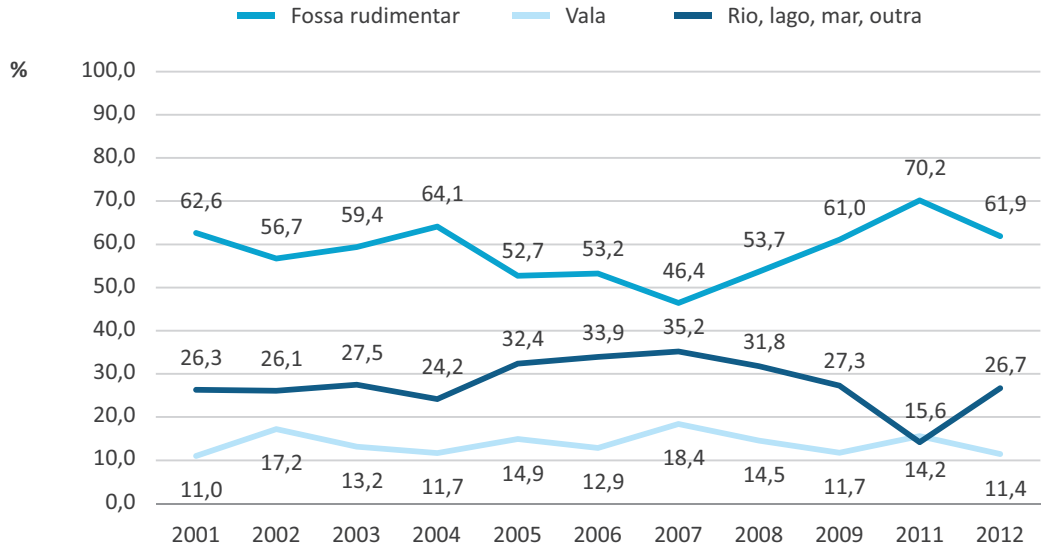
Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Esgotamento sanitário inadequado

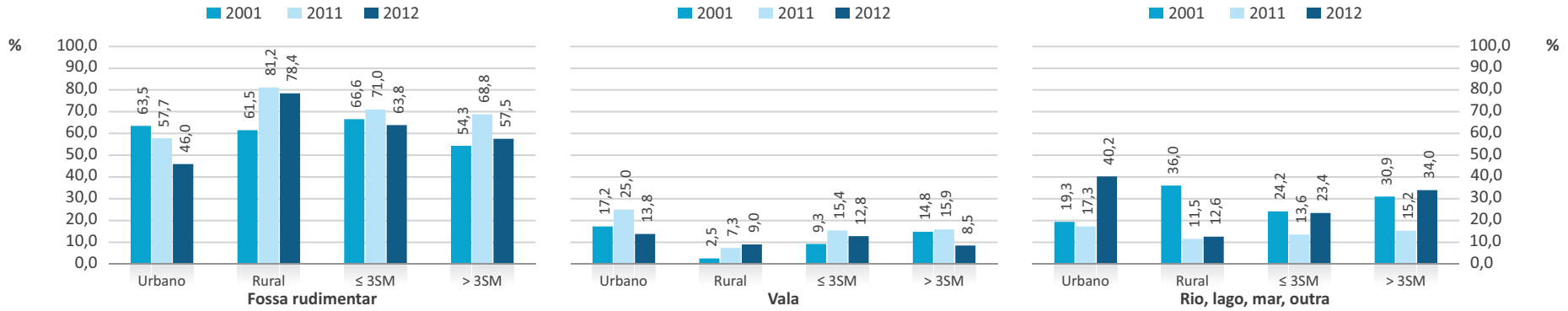
Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário inadequado, por tipo de inadequação, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

No Espírito Santo, o percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário inadequado (que inclui fossa rudimentar, vala, jogado direto para o rio, lago, mar, outra) mostrou-se composto predominantemente por fossa rudimentar (61,9% em 2012), seguido por rio, lago, mar, outra (26,7%) e vala (11,4%). Na zona urbana predominou fossa rudimentar (46,0% em 2012) assim como na zona rural (78,4%). O tipo vala cresceu de 2,5% em 2001 para 9,0% em 2012 na zona rural. Em relação ao rendimento domiciliar, a fossa rudimentar também se sobressai em relação às demais inadequações (63,8% para domicílios com renda até 3 salários mínimos em 2012 e 57,5% para os demais domicílios).

Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário inadequado, por tipo de inadequação, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001, 2011 e 2012

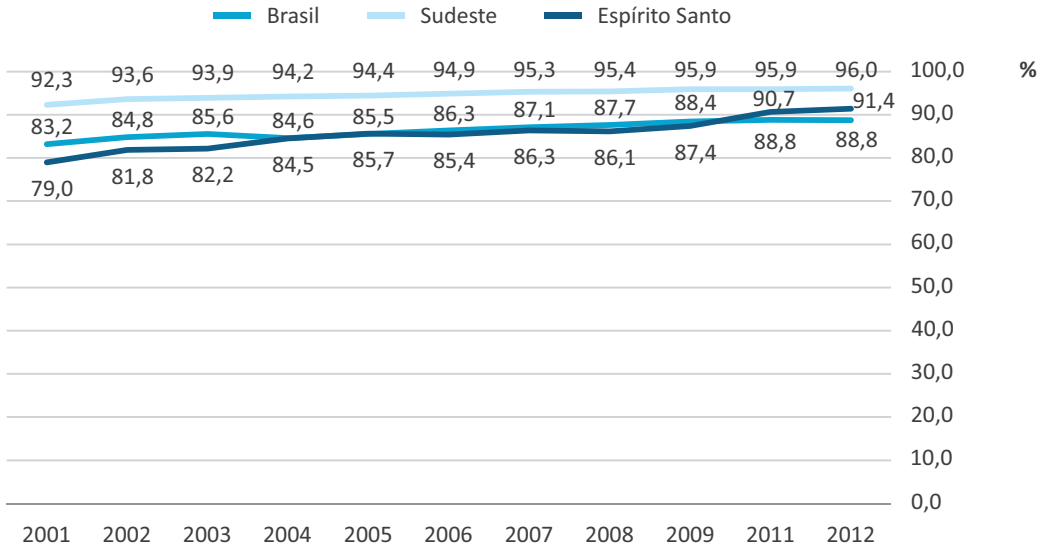


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Coleta de lixo

No Brasil, o serviço de coleta de lixo alcançou 88,8% em 2012. A coleta de lixo compõe junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário os serviços públicos de saneamento, fundamentais para o bem-estar da população. O percentual dos domicílios capixabas com coleta de lixo (91,4%) foi 2,6 p.p. acima do percentual nacional e 4,6 p.p. abaixo do Sudeste. Nas áreas urbanas do estado, o serviço de coleta de lixo está praticamente universalizado: alcançou uma cobertura de 99,5% da amostra no ano 2012. Na zona rural o percentual de 38,5% obtido em 2012 demonstrou a necessidade de expansão desse serviço, contudo deve-se registrar o aumento entre 2001 e 2012 (25,7 p.p.). Os domicílios capixabas com renda domiciliar até 3 salários mínimos apresentaram cobertura menor (83,4% em 2012) do que a oferecida nos domicílios com renda domiciliar superior a 3 salários mínimos (92,9% em 2012). Quando se compara o aumento registrado entre os anos 2001 e 2012, observa-se que a ampliação do serviço ocorreu de forma mais acentuada nos domicílios de renda até 3 salários mínimos (11,9 p.p.).

Percentual de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

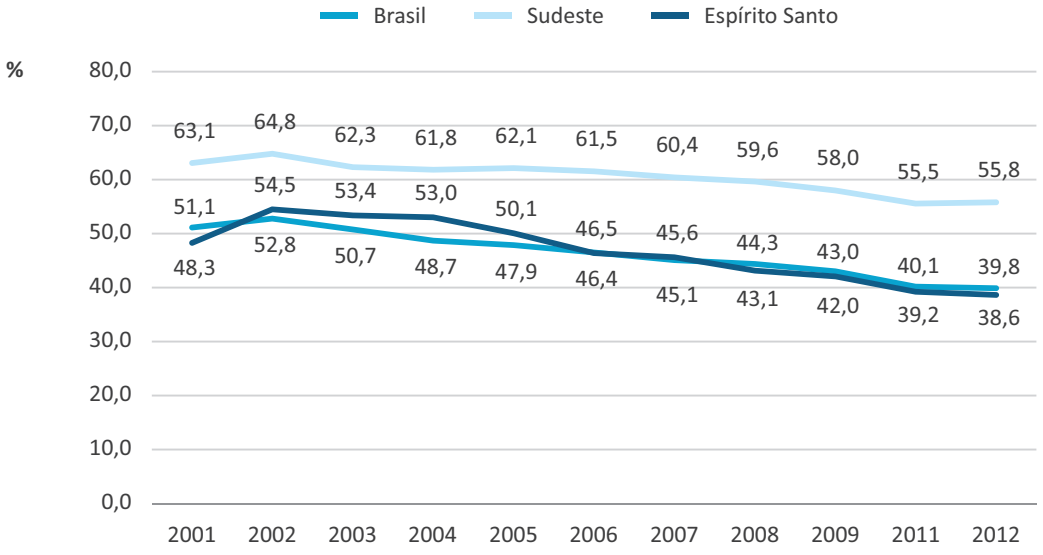
Percentual de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Telefonia fixa

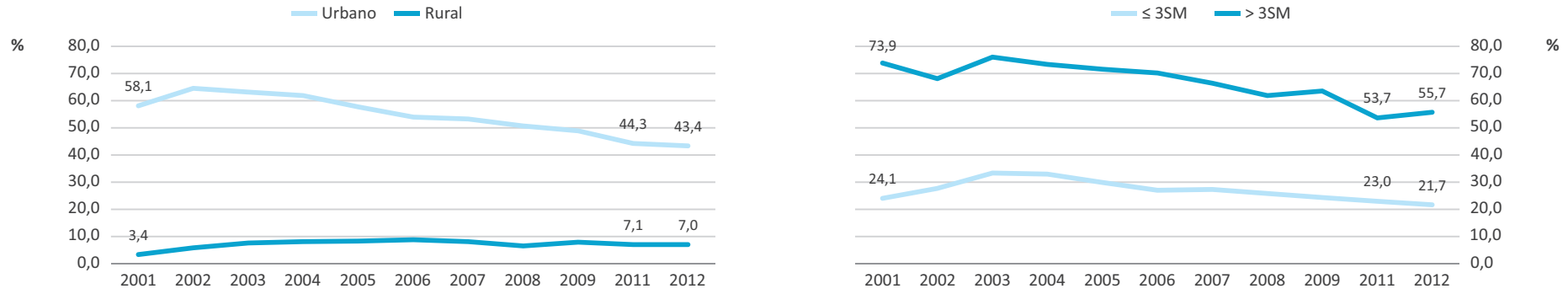
Percentual de domicílios particulares permanentes com telefonia fixa, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A proporção de domicílios com acesso a serviço de telefonia fixa diminuiu substancialmente nas três regiões analisadas entre 2001 e 2012. O maior percentual é encontrado na região Sudeste com 55,8% em 2012. No Espírito Santo o acesso à telefonia fixa reduziu 9,7 p.p. no período. No Brasil essa redução foi de 11,3 p.p.. Enquanto na zona rural do Espírito Santo a oferta do serviço aumentou (3,4% em 2001 e 7,0% em 2012), na zona urbana reduziu 14,7 p.p.. Para as duas faixas de rendimento domiciliar também houve redução no acesso a esse tipo de telefonia, embora ainda 55,7% dos domicílios com renda domiciliar acima de 3 salários mínimos tenham telefone fixo em 2012.

Percentual de domicílios particulares permanentes com telefonia fixa, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2012

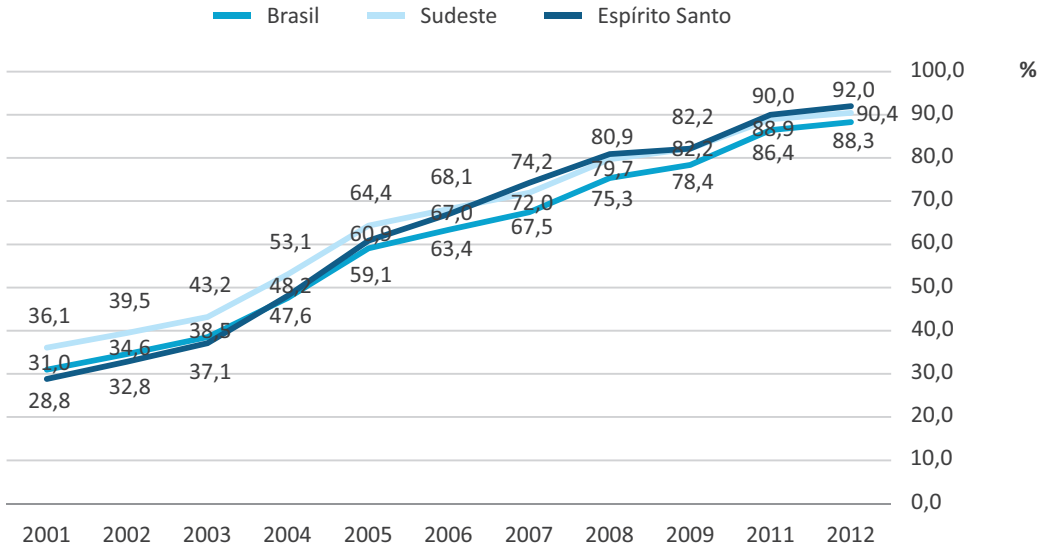


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Telefonia celular

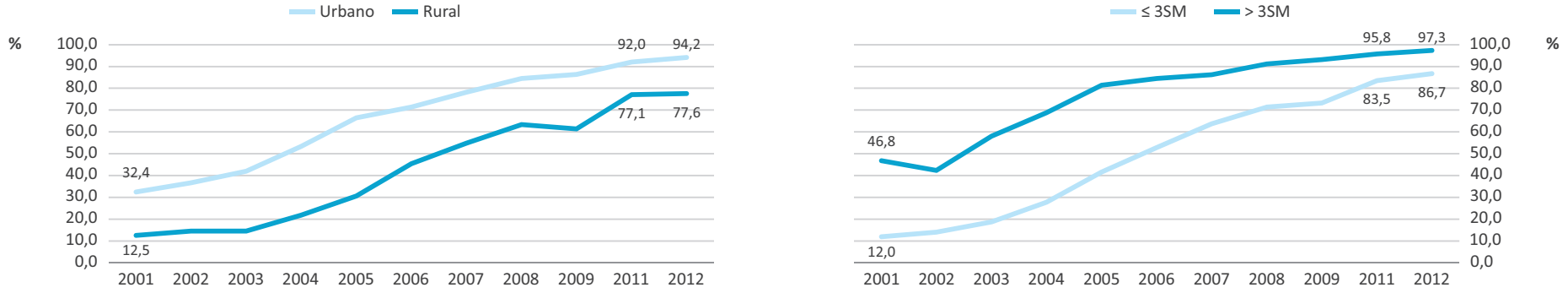
A proporção de domicílios com acesso a serviço de telefonia celular, ao contrário do que ocorreu com a telefonia fixa, aumentou substancialmente nas três regiões analisadas entre 2001 e 2012. O maior percentual é encontrado no Espírito Santo com 92% em 2012 (aumento de 63,2 p.p. no período). Enquanto na zona rural do Espírito Santo a oferta do serviço aumentou de 12,5% em 2001 para 77,6% em 2012, na zona urbana passou de 32,4% para 94,2%. Em relação ao rendimento domiciliar, aqueles domicílios com maior renda (acima de 3 salários mínimos) apresentaram maior acesso à telefonia celular em relação aos domicílios com renda até 3 salários mínimos (97,3% e 86,7% respectivamente).

Percentual de domicílios particulares permanentes com telefonia celular, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

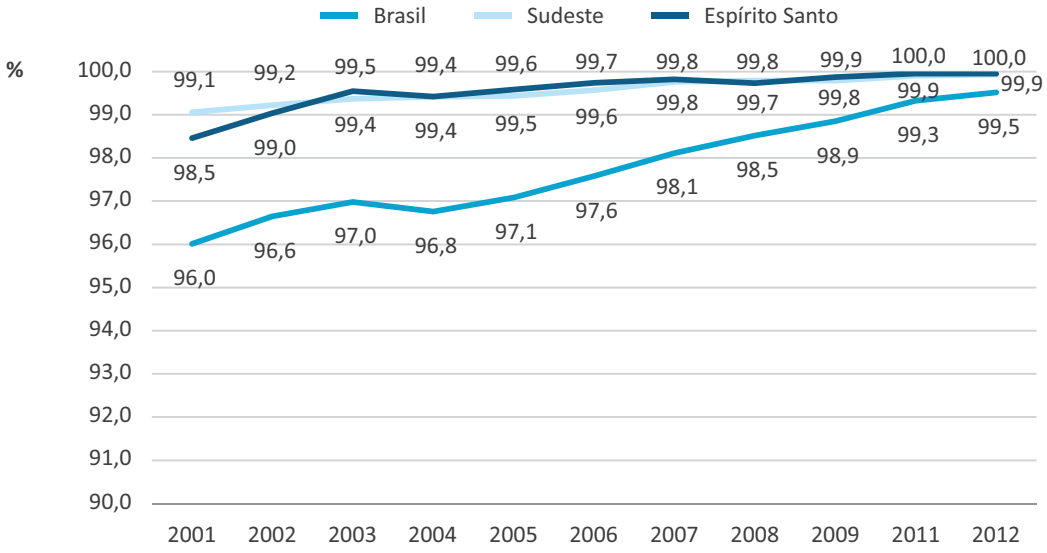
Percentual de domicílios particulares permanentes com telefonia celular, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Iluminação elétrica

Percentual de domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Entre os domicílios brasileiros, 99,5% apresentaram resultados favoráveis no acesso à iluminação com energia elétrica. O avanço observado no período (3,5 p.p.) fez com que praticamente todos os domicílios contassem com este serviço. O Espírito Santo seguiu a mesma tendência: todos (100%) os domicílios da amostra são atendidos. O crescimento da oferta de iluminação elétrica para a zona rural do estado observado entre os anos 2001 a 2012 (passando de 93,2% a 100%) foi importante para que o serviço fosse praticamente universalizado no Espírito Santo. O acesso é universal também em função da renda domiciliar (99,9% e 100% respectivamente para domicílios com renda até 3 salários mínimos e acima de 3 salários mínimos, respectivamente).

Percentual de domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001 a 2012

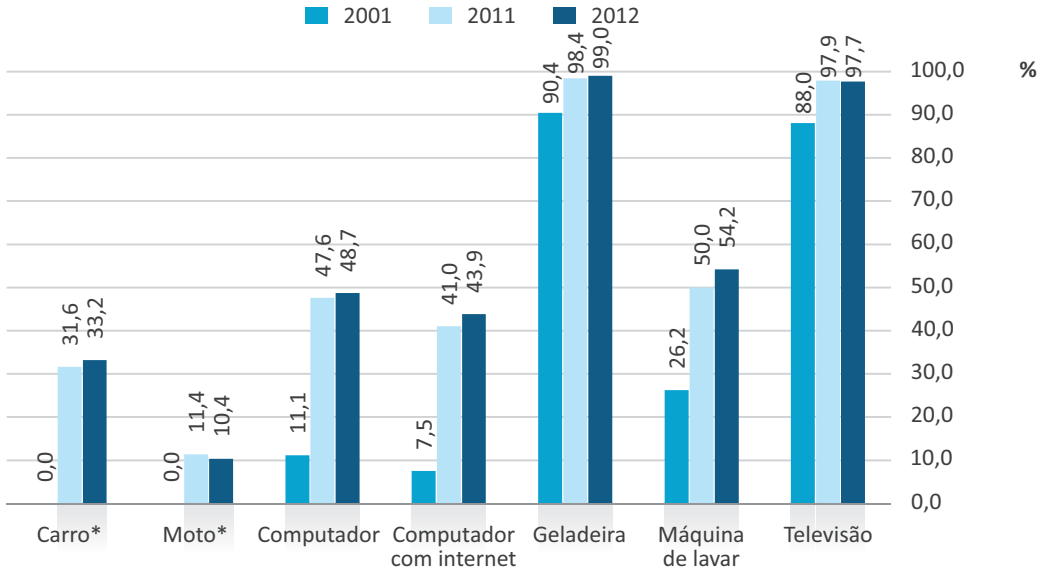


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Posse de bens móveis

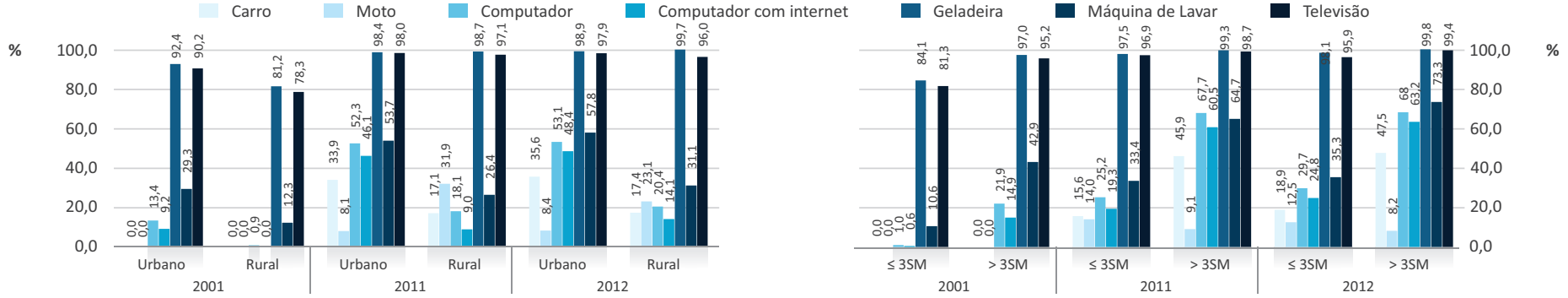
Os domicílios capixabas da amostra apresentaram resultados favoráveis quanto à posse de alguns bens duráveis. Em 2012, 33,2% dos lares possuíam carro, 10,4% moto, 99,0% geladeira e 97,7% dos domicílios capixabas tinham televisão. A máquina de lavar roupa, considerada um diferencial nos afazeres domésticos, foi encontrada em 54,2% dos domicílios no estado. No período de 2001 a 2012, a proporção de domicílios com microcomputador no Espírito Santo apresentou crescimento de 338,7%. Já a proporção de domicílios com acesso à internet cresceu 485,3% nesse período. Em 2012, 48,7% dos domicílios capixabas possuíam computador, 43,9% destes com acesso à Internet. A posse desses bens é distribuída de forma semelhante quando se analisa por região censitária - zona urbana ou rural. O percentual de domicílios com carro é maior na zona urbana (35,6%) e com moto é maior na zona rural (23,1%) em 2012. A posse de bens também é maior entre os domicílios com rendimento acima de 3 salários mínimos.

Percentual de domicílios particulares permanentes por existência de alguns bens duráveis, Espírito Santo, 2001, 2011 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).
*em 2001, o questionário não trazia a pergunta sobre posse de veículos.

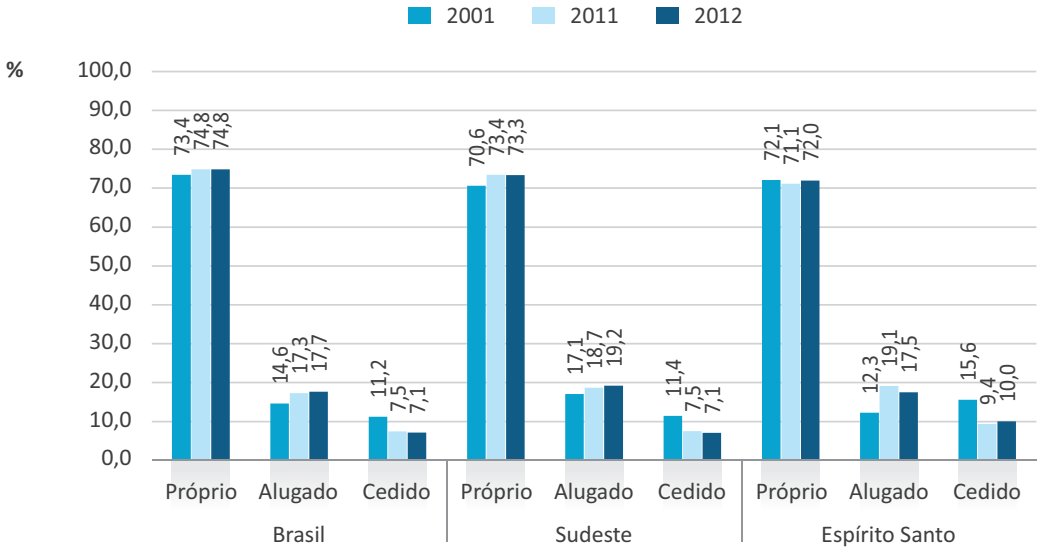
Percentual de domicílios particulares permanentes por existência de alguns bens duráveis, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001, 2011 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).
*em 2001, o questionário não trazia a pergunta sobre posse de veículos.

Domicílios próprios, alugados e cedidos

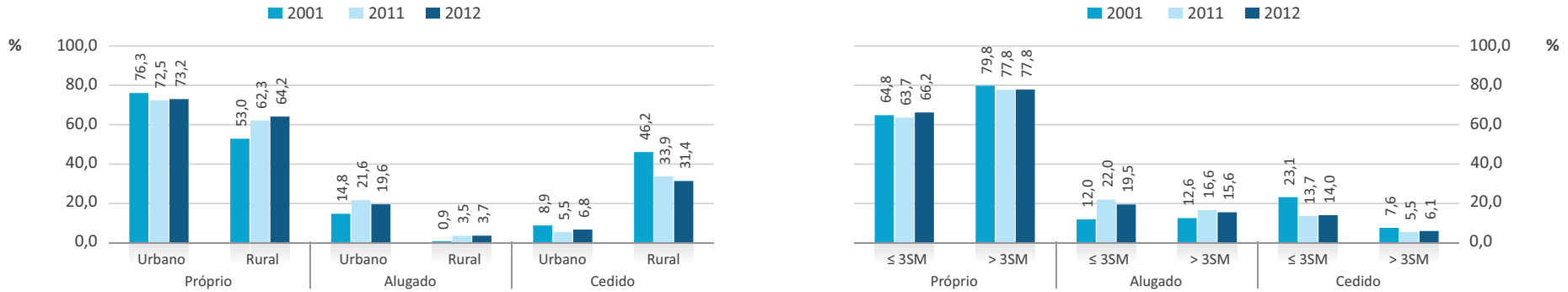
Percentual de domicílios particulares permanentes cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001, 2011 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

A proporção de domicílios próprios manteve-se razoavelmente estável nos anos 2001, 2011 e 2012 nas três regiões analisadas. A maior alteração foi sentida na região Sudeste (aumento de 2,7 p.p.). O Espírito Santo registrou o menor percentual do número de domicílios próprios em 2011 e 2012. Em relação aos domicílios alugados, houve crescimento em todas as regiões analisadas, mais notadamente no Espírito Santo (5,2 p.p.). A proporção de domicílios próprios nas áreas urbanas diminuiu 3,1 p.p. e aumentou 11,2 p.p. na zona rural. Em relação aos domicílios alugados, verifica-se que a maior proporção é na zona urbana (19,6% em 2012). Os domicílios cedidos são mais frequentes na zona rural (31,4% em 2012). Em relação ao rendimento domiciliar, domicílio próprio é mais encontrado nos domicílios com renda superior a 3 salários mínimos enquanto o aluguel é mais representado nos domicílios com rendimento até 3 salários mínimos.

Percentual de domicílios particulares permanentes cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2001, 2011 e 2012

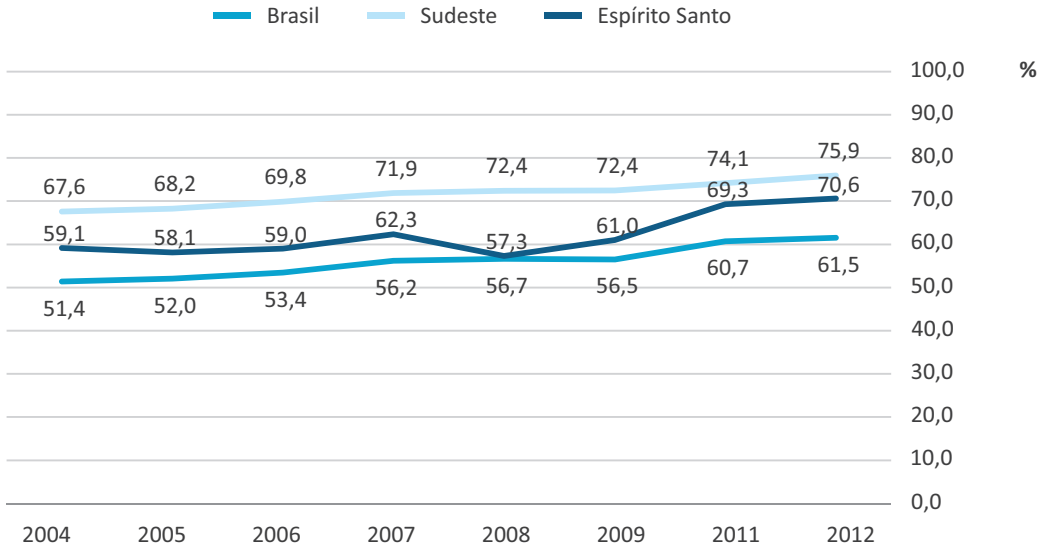


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Domicílios adequados

A proporção de domicílios adequados (domicílio com acesso a água da rede de distribuição, escoamento sanitário adequado, coleta de lixo e densidade de moradores por dormitório menor ou igual a 2) aumentou entre 2004 e 2012 nas três regiões analisadas. A maior alteração foi sentida no Espírito Santo (11,5 p.p.) e a maior proporção é verificada no Sudeste (75,9% em 2012). A adequação domiciliar é mais presente na zona urbana capixaba (80,1% dos domicílios em 2012) em relação a zona rural (apenas 8,4%). Em relação ao rendimento, quanto mais elevado, maior o percentual de adequação dos domicílios. Nos domicílios com rendimento superior a 3 salários mínimos o percentual alcançou 79,3% em 2012 contra 62,0% para os domicílios com renda até 3 salários mínimos.

Percentual de domicílios particulares permanentes adequados, Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2004 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).
*a partir de 2004 em função da disponibilidade dos dados.

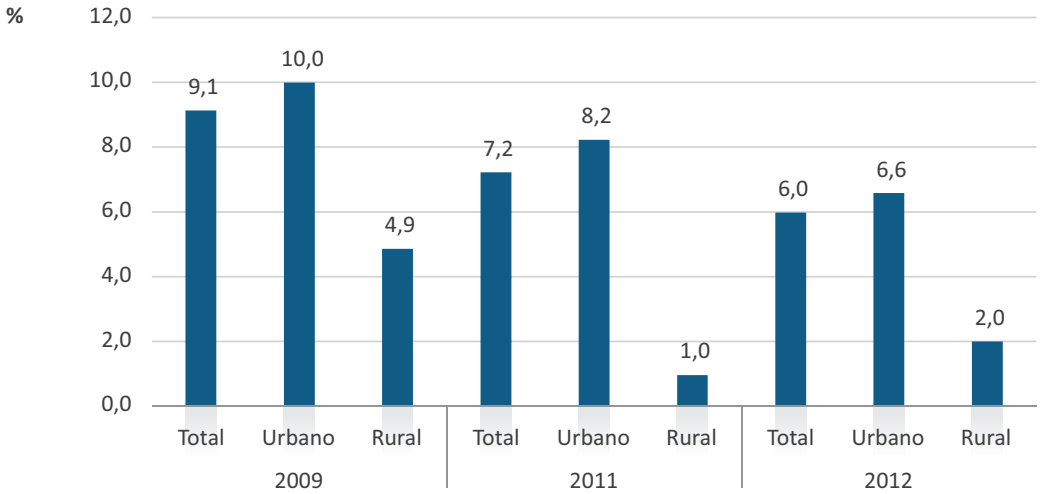
Percentual de domicílios particulares permanentes adequados, segundo situação do domicílio e renda domiciliar em salários mínimos, Espírito Santo, 2004 a 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).
*a partir de 2004 em função da disponibilidade dos dados.

Déficit habitacional

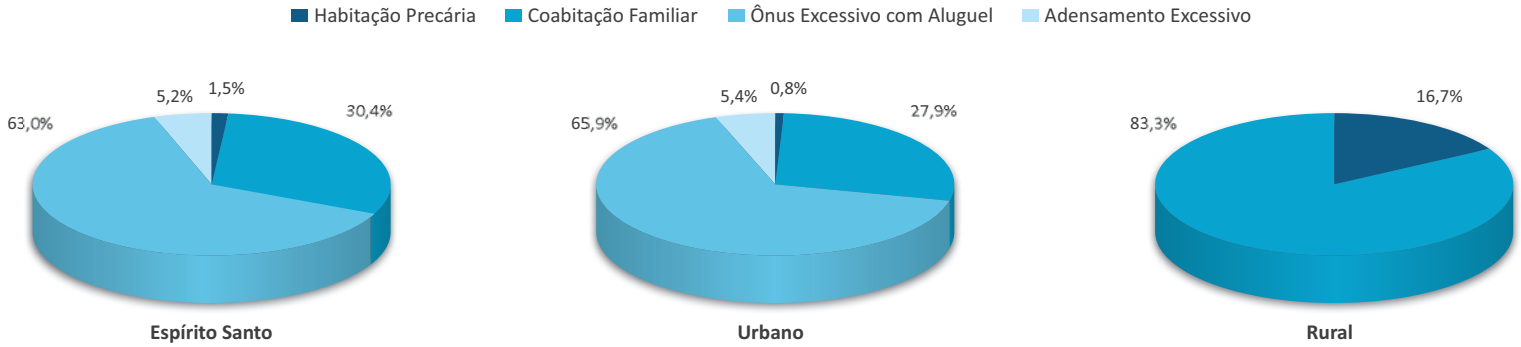
Percentual de déficit habitacional em relação ao total de domicílios particulares permanentes, segundo situação do domicílio, Espírito Santo, 2009, 2011 e 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).

Em 2012, o déficit habitacional no Espírito Santo correspondeu a 6,0% do total de domicílios particulares permanentes. Esse valor representa um decréscimo de 3,1 p.p. em relação a 2009 e 0,8 p.p. em relação a 2011. Em relação a situação do domicílio, representou 6,6% dos domicílios da zona urbana e 2% dos domicílios da zona rural em 2012. Observa-se que o déficit habitacional é um problema mais marcante na zona urbana (valores superiores aos encontrados na zona rural). Dentre os componentes do déficit, o ônus excessivo com aluguel desponta como o mais importante (63,0% em 2012) seguido da coabitação familiar com 30,4%, adensamento excessivo (5,2%) e habitação precária (1,5%). Na zona urbana a importância das participações se repete, aumentando a participação do ônus excessivo com aluguel (65,9%). Na zona rural, apenas dois componentes – coabitação familiar (83,3%) e habitação precária (16,7%).

Componentes do déficit habitacional, total e segundo situação do domicílio, Espírito Santo, 2012



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos (CEE).



APÊNDICE METODOLÓGICO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi implantada progressivamente no Brasil a partir de 1967. Trata-se de um conjunto de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento, habitação, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no conjunto de acordo com as necessidades de informação para o País.

A periodicidade dos levantamentos é anual, com realização no último trimestre de cada ano. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A abrangência geográfica da PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, foi alcançada gradativamente. No período de análise da Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo (2001 – 2012), ocorreu mais uma ampliação de sua abrangência. Até o ano de 2003, a abrangência geográfica da PNAD excluía somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A partir de 2004 passou também a incluir estas áreas, e alcançou a cobertura completa do Território Nacional.

A expansão da amostra é realizada com pesos definidos por meio dos dados do Censo Demográfico, o qual serve de marco para a classificação da situação do domicílio. Com isso, as estatísticas perdem um pouco de precisão à medida que os resultados obtidos se afastam dos anos de realização dos Censos. Em função disso, com a realização do Censo Demográfico de 2010 foram revisadas as projeções e estimativas populacionais e as pesquisas dos anos seguintes foram geradas levando em consideração esta revisão. Além disso, foi feita a reponderação dos pesos para as Pesquisas de 2001 a 2011, com o objetivo de melhorar a acurácia dos dados, sendo assim um leitor mais interessado que resolva comparar os resultados desta síntese com os da última pode encontrar algumas pequenas diferenças nos números.

No ano de 2012, a PNAD foi realizada em 147.203 domicílios em todo o Brasil, o que corresponde a um total de 362.451 pessoas na amostra. No Espírito Santo a pesquisa possui cobertura de 3.056 domicílios, divididos em 2.631 situados na zona urbana e 425 na zona rural dos municípios, com informações de 6.961 indivíduos, sendo 6.007 urbanos e 954 rurais. Para a expansão da amostra no Espírito Santo, um domicílio ou indivíduo da amostra corresponde a 522 ou 523 domicílios ou indivíduos da população.

GLOSSÁRIO

Recortes utilizados:

Branca: população de cor branca.

Outra cor ou raça: população de cor preta, amarela, parda ou de raça indígena.

Gênero: masculino (homem) e feminino (mulher).

Região censitária urbana: indivíduo, família ou domicílio localizado em área urbana.

Região censitária rural: indivíduo, família ou domicílio localizado em área rural.

Renda domiciliar em salários mínimos (SM): menor ou igual a 3 SM (≤3SM) e maior que 3 SM (>3SM).

DEMOGRAFIA

• **Estrutura etária:** Distribuição populacional por faixa etária e sexo.

• **Fluxos migratórios:** Número de imigrantes e emigrantes de um determinado espaço geográfico.

• **Grau de urbanização:** Porcentagem da população urbana em relação à população total.

• **Idade média da população:** A média da idade dos indivíduos na amostra.

• **Índice de envelhecimento:** Relação existente entre o número de idosos e a população jovem. É habitualmente expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos.

• **População censitária:** Número de habitantes residentes em uma determinada área geográfica de acordo com o Censo Demográfico. Contada de dez em dez anos.

• **População residente:** Número de habitantes residentes em uma determinada área geográfica com base nos dados anuais da PNAD.

• **População urbana:** População que habita em área urbana.

• **População rural:** População que habita em área rural.

• **Taxa bruta de natalidade por 1.000:** Número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

• **Taxa de crescimento populacional:** Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico no período considerado. O valor da taxa refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos.

• **Taxa de fecundidade total:** Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo (15 – 49 anos), na população residente em determinado espaço geográfico.

SAÚDE

• **Casos notificados de dengue:** Número de casos de dengue oficialmente notificados aos serviços de saúde responsáveis.

• **Casos de AIDS segundo ano do diagnóstico:** Número de casos de AIDS diagnosticados no ano especificado.

• **Equipes de Saúde da Família:** Número de equipes de saúde da família por 10.000 famílias.

• **Internação por grupo de causas:** Distribuição percentual de internação por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

• **Mortalidade proporcional por grupo de causas:** Distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

• **Mortes por causas externas:** São mortes não naturais que "sobrevém da decorrência de Acidentes, Homicídios, Suicídios ou qualquer outro tipo de violência", e constam do capítulo XX da CID 10 (Classificação Estatística e Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde –10ª revisão).

• **Mortes por causas internas:** São mortes naturais decorrentes de doenças.

• **Oferta de serviços básicos de saúde:** Número de médicos e de leitos por 1.000 habitantes.

• **Percentual de partos cesáreos (%):** Percentual de partos com procedimento cirúrgico no qual se pratica a extração fetal do útero materno por via abdominal.

• **Percentual de mães de 15 a 19 anos (%):** Percentual de meninas adolescentes grávidas no total de meninas de 15 a 19 anos.

• **Proporção de médicos por 1.000 habitantes:** Número de médicos por 1.000 habitantes.

• **Proporção de leitos de internação por 1.000 habitantes:** Número de leitos gerais e leitos SUS por 1.000 habitantes.

• **Taxa de mortalidade neonatal por 1.000:** Número de óbitos, por 1.000 nascidos vivos, de crianças com 0 a 27 dias de vida em uma população residente em determinado local e período.

• **Taxa de mortalidade pós – neonatal por 1.000:** Número de óbitos, por 1.000 nascidos vivos, de crianças entre 28 e 364 dias de idade por 1000 nascidos vivos, ocorridos em determinado local e período.

• **Taxa de mortalidade infantil por 1.000:** Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) em uma população residente em determinado espaço geográfico em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano.

MERCADO DE TRABALHO

• **Cobertura previdenciária em atividade agrícola e não agrícola:** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade, em atividade agrícola e não agrícola e que contribuíram para o instituto de previdência, federal, estadual ou municipal, em qualquer trabalho na semana de referência.

• **Configuração das ocupações segundo arranjos familiares:** Porcentagem de cada ocupação, dado cada um dos arranjos familiares.

• **Configuração dos arranjos familiares segundo ocupações:** Porcentagem de cada tipo de arranjo familiar, dada cada uma das ocupações.

• **Índice de descasamento:** Coeficiente de variação anual ao quadrado do grau de desigualdade intersetorial na taxa de desemprego sobre a população de 25 anos ou mais de idade. Visa avaliar a incapacidade do mercado de trabalho de transferir trabalhadores de segmentos onde postos de trabalho estão sendo destruídos para segmentos onde postos de trabalho estão sendo criados.

• **Ocupação segundo faixa etária:** Porcentagem de pessoas ocupadas em determinada faixa etária em relação às pessoas economicamente ativas considerando a mesma faixa etária.

• **Ocupação segundo anos de estudo:** Distribuição das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de idade segundo as seguintes faixas de anos de estudo: sem instrução, de 1 a 3 anos de estudo, 4 a 7 anos de estudo, 8 a 10 anos de estudo, 11 a 14 anos de estudo e 15 anos ou mais de estudo.

• **Ocupação por atividade econômica:** Distribuição das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de idade segundo os seguintes ramos de atividade econômica: Agrícola, Outras atividades industriais, Indústria de transformação, Construção civil, Comércio, Administração pública, Serviços, Outras atividades e Atividades mal definidas.

• **Pessoas sindicalizadas:** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade e filiadas a algum sindicato em qualquer trabalho na semana de referência.

• **Pessoas sindicalizadas em atividade agrícola e não agrícola:** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade e filiadas a algum sindicato em qualquer trabalho em atividade agrícola e não agrícola na semana de referência.

• **População em idade ativa:** Pessoas com 15 anos ou mais de idade.

• **População economicamente ativa:** Pessoas de 15 anos ou mais de idade que se encontram ocupadas ou que tomaram alguma providência para encontrar emprego na semana de referência da pesquisa.

• **População não economicamente ativa:** Pessoas com 15 anos ou mais de idade que não trabalham e não tomaram alguma providência para encontrar emprego na semana de referência da pesquisa.

• **População ocupada:** Número de pessoas de 15 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência da pesquisa.

• **População ocupada por setor formal e informal:** Distribuição do total de ocupados de 15 anos ou mais de idade, segundo a forma de inserção no mercado, sendo: trabalhadores formais aqueles que possuem carteira de trabalho assinada ou contribuíram para o instituto de previdência; e trabalhadores informais, aqueles que não possuem carteira de trabalho assinada ou não são contribuintes de instituto de previdência.

• **Posição na ocupação no trabalho principal:** Porcentagem de pessoas ocupadas de 15 anos ou mais de idade, de acordo com as categorias de posição na ocupação: empregados, conta própria, empregador, emprego não remunerado, consumo próprio e trabalhador doméstico.

• **Razão de dependência:** Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos de idade e mais de 65 anos de idade) e população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

• **Razão de dependência jovem:** Razão entre a população de 0 a 14 anos de idade e a população de 15 a 64 anos de idade.

• **Razão de dependência idosos:** Razão entre a população de 65 anos, ou mais, de idade e a população de 15 a 64 anos de idade.

• **Renda média de todos os trabalhos:** Renda mensal média proveniente de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-PNAD), a preços de 2012.

• **Taxa de atividade:** Porcentagem de pessoas economicamente ativas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas em idade ativa de 15 anos ou mais de idade.

• **Taxa de desemprego:** Porcentagem de pessoas desocupadas de 15 anos ou mais de idade em relação ao total de pessoas economicamente ativas de 15 anos ou mais de idade. Sendo definido como desocupadas as pessoas sem emprego, mas que tomaram alguma providência para arrumar emprego na semana de referência.

• **Taxa de desemprego segundo faixa etária:** Porcentagem de pessoas desocupadas em determinada faixa etária em relação às pessoas economicamente ativas considerando a mesma faixa etária.

• **Trabalho infantil:** População de 5 a 16 anos de idade ocupada em relação à população de 5 a 16 anos de idade, sendo que para o caso das pessoas de 14 a 16 anos de idade foi considerado como trabalho infantil apenas os que não estão inseridos no mercado de trabalho de maneira formal. O trabalho infantil é proibido, bem como qualquer trabalho, a menor de 16 anos, a não ser como aprendiz, a partir dos 14 anos de idade.

• **Taxa de ocupação:** Porcentagem de pessoas ocupadas em relação às pessoas economicamente ativas, considerando aqueles com 15 anos ou mais de idade.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E CLASSES ECONÔMICAS

• **Evolução do Coeficiente de Gini no Brasil e Espírito Santo (2001 a 2012):** Medida através do índice de Gini, que mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (a perfeita igualdade) até 1 (a desigualdade máxima).

• **Evolução dos extremamente pobres:** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita abaixo de R$ 93,64 na zona urbana e R$ 79,91 na zona rural (linha de indigência).

• **Evolução da classe E:** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita abaixo de R$ 187,28 na zona urbana e R$ 159,83 na zona rural (linha de pobreza).

• **Evolução da classe D:** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita entre R$ 187,28 a R$ 352,96 na zona urbana e R$ 159,83 a R$ 321,17 na zona rural.

• **Evolução da classe C:** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita entre R$ 352,96 a R$ 1.521,62 na zona urbana e R$ 321,17 a R$ 1.384,57 na zona rural.

• **Evolução da classe AB:** Porcentagem de pessoas que recebem renda domiciliar per capita acima de R$ 1.521,62 na zona urbana e R$ 1.384,57 na zona rural.

• **Renda média domiciliar per capita real:** Renda domiciliar média *per capita* deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de 2012.

• **Renda média real de todas as fontes:** Renda mensal média proveniente de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais de idade, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de 2012.

EDUCAÇÃO

• **Alocação do tempo dos jovens:** Distribuição do tempo dos jovens com idade entre 16 e 24 anos.

• **Anos de estudos segundo faixas de idade:** Média aritmética do número de anos de estudo para os indivíduos segundo faixas de idade.

• **Escolaridade Média das pessoas de 25 anos ou mais:** Média aritmética do número de anos de estudo completos da população adulta de 25 anos ou mais de idade.

• **Escolaridade média das pessoas de 25 a 34 anos:** Média aritmética do número de anos de estudo completos da população adulta de 25 a 34 anos de idade.

• **Frequência escolar:** Porcentagem de pessoas que frequentam a escola por faixa de idade.

• **Frequência escolar por nível de ensino e rede:** Porcentagem de pessoas que frequentam a escola por nível (ensino fundamental, médio e superior) e por rede (público e privado).

• **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 11 anos de estudos:** percentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade e que tenham pelo menos 11 anos de estudos.

• **Proporção de pessoas com 25 anos ou mais e pelo menos 15 anos de estudos:** percentagem de pessoas com 25 anos ou mais de idade e que tenham pelo menos 15 anos de estudos.

• **Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não são capazes de ler ou escrever.

• **Taxa de analfabetismo funcional (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever mas possuem menos de 4 anos de estudo completos.

• **Taxa de analfabetismo por classes de rendimentos (15 anos ou mais):** Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não são capazes de ler ou escrever, por classes de rendimentos.

• **Taxa de distorção idade-série:** Proporção de pessoas que, de acordo com a idade, não estão na série esperada em relação ao total de pessoas matriculadas naquela série.

• **Taxa de retenção no ensino fundamental e no ensino médio:** A taxa de retenção (%) na série "s" é dada pela razão entre a proporção de pessoas com escolaridade de "s" anos de estudo e a proporção de pessoas com escolaridade de "s" anos de estudo ou mais.

ARRANJOS FAMILIARES

• **Arranjos familiares:** Porcentagem de pessoas ou um grupo de pessoas que residem em uma mesma unidade domiciliar e que partilham laço de parentesco.

• **Arranjo familiar típico:** Porcentagem de famílias que apresentam chefe e cônjuge na sua estrutura familiar.

• **Arranjo familiar mononuclear:** Porcentagem de famílias com estrutura familiar sem cônjuge.

• **Característica das mulheres chefes de família:** Proporção de mulheres chefes de família em relação ao total de famílias; proporção de mulheres que residem sozinhas em relação ao total de pessoas que moram sozinhas; proporção de mulheres solteiras com filho em relação ao total de solteiros com filho.

• **Configuração dos níveis de instrução segundo arranjos familiares:** Porcentagem de cada nível de instrução, dado cada um dos níveis familiares.

• **Configuração dos arranjos familiares segundo níveis de instrução:** Porcentagem de cada tipo de arranjo familiar, dado cada um dos níveis de instrução.

• **Configuração das classes sociais segundo arranjos familiares:** Porcentagem de cada classe social, dado cada um dos arranjos familiares.

• **Configuração dos arranjos familiares segundo classes econômicas:** Porcentagem de cada tipo de arranjo familiar, dada cada uma das classes sociais.

DOMICÍLIOS

• **Abastecimento de água:** Percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição. Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes cujo serviço de fornecimento de água é proveniente de rede geral de distribuição ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade do domicilio.

• **Acesso à rede coletora de esgoto:** Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso a rede coletora de esgoto. Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: em rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.

•**Coleta de lixo:** Percentual de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo direta ou indireta.

• **Déficit habitacional:** Refere-se a necessidade da construção de novos domicílios, no intuito de solucionar problemas específicos de carência habitacional decorrentes do estoque insuficiente de habitações disponíveis. Componentes do déficit: **Domicílios rústicos** - são domicílios particulares sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, resultando em desconforto ou risco de doença por causa das condições insalubres; **Domicílios improvisados** - são domicílios particulares localizados em unidade não residencial (loja, fábrica, etc) que não tinham dependências destinadas exclusivamente à moradia (o conjunto de domicílios rústicos e improvisados é chamado de **Habitação precária**); **Coabitação familiar** que compreende Cômodos alugados e cedidos - são domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casas de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco, etc, alugados ou cedidos por particulares ou empregadores, com exceção dos cômodos cedidos por empregador e Famílias conviventes secundárias com intenção de constituir domicílio próprio - são famílias constituídas por no mínimo duas pessoas ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residentes no mesmo domicílio como outra família (principal); **Ônus excessivo com aluguel** - corresponde ao número de famílias cujo domicílio está localizado em área urbana, com renda familiar de até três salários mínimos, residentes em casa ou apartamento e que gastam mais de 30% de sua renda com aluguel (apenas para as famílias principais); **Domicílios alugados com adensamento** excessivo de moradores por dormitório - quando o domicílio apresenta uma densidade superior a três moradores por dormitório.

• **Domicílios próprios, alugados ou cedidos:** Percentual de domicílios particulares permanentes cuja condição de ocupação é própria (já pago ou ainda pagando), alugado ou cedido por empregador (para o domicílio

cedido gratuitamente por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora -parente ou não, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Nesta condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel fosse integralmente pago, direta ou indiretamente, por empregador de morador, instituição ou pessoa não moradora) ou outra forma.

• **Domicílios adequados:** Percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente da rede geral de distribuição, escoamento sanitário adequado, coleta de lixo e densidade de morador por dormitório menor ou igual a dois.

• **Esgotamento sanitário adequado:** Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário adequado (forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: em rede coletora de esgoto ou pluvial, em fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial, ou em fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial).

• **Esgotamento sanitário inadequado:** Percentual de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário inadequado (forma de escoadouro do banheiro ou sanitário: fossa rudimentar, vala, direto para o rio, lago ou mar e outra forma).

• **Iluminação elétrica:** Percentual de domicílios particulares permanentes com iluminação do domicilio por meio elétrico. Refere-se ao percentual de domicílios particulares permanentes com forma de iluminação do domicilio por meio elétrico (de rede, gerador, solar).

• **Posse de bens móveis:** Percentual de domicílios particulares permanentes por existência de alguns bens duráveis (carro, moto, computador, acesso à internet, geladeira, máquina de lavar e televisão).

• **Serviços de telefonia fixa ou celular:** Percentual de domicílios particulares permanentes com serviço de telefonia. Subdivide-se em telefonia móvel celular e fixo convencional.

• **Total de domicílios particulares permanentes:** Refere-se ao número de domicílios utilizados de forma permanente como residência.



www.ijsn.es.gov.br

SECRETARIA DE ECONOMIA
E PLANEJAMENTO



GOVERNO DO
ESPÍRITO
SANTO
CRESCER É COM A GENTE
www.es.gov.br